

MÁRCIA DE PAULA LEITE

SINDICATOS E TRABALHADORES
NA CRISE DO POPULISMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS
1983

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A minha mãe

Ao Tuca

"O Sindicato não é esta ou aquela definição do sindicato; o sindicato torna-se uma definição determinada, quer dizer, adota uma figura histórica determinada enquanto as forças e a vontade operária que o constituem lhe imprimem essa direção e impõem a sua ação aqueles fins que vêm afirmados na definição."

Gramsci

Apresentação

As mais recentes tendências do sindicalismo brasileiro, apontando para propostas de eliminação da ingerência do Estado nas relações entre empregados e empregadores, bem como de independência dos sindicatos em relação às superestruturas ideológicas e partidárias, têm recolocado no Brasil a questão da autonomia e independência dos sindicatos com relação ao Estado e aos partidos políticos.

Partindo da crítica à estrutura sindical corporativista herdada do Estado Novo que atrela os sindicatos ao Estado e proclamando sua independência com relação aos partidos políticos, setores importantes do movimento sindical atual vêm procurando repensar a prática anterior do sindicalismo brasileiro, apontando para a incapacidade que os sindicatos demonstraram tanto para atuar de maneira autônoma e independente, como para se enraizar no interior da classe trabalhadora.

Criticando o sindicalismo pré-64, quer por ter aceitado a legislação sindical vigente, quer por ter se descuidado da organização dos trabalhadores na base, os sindicatos mais combativos têm procurado apontar para um novo tipo de atuação, mais preocupada com a penetração das organizações sindicais na massa de trabalhadores e a democratização da vida sindical, assim como com a autonomia e independência dos sindicatos.

Nesse sentido adquire nova significação a reconstituição do movimento sindical no período pré-64 onde essas características estiveram ausentes, ao menos enquanto tendência dominante, a fim de que possamos melhor compreender os elementos constitutivos de um movimento que apesar de seus limites passa a ter, sem dúvida, papel determinante na cena política brasileira.

De fato, o movimento sindical dos anos 60 não foi

capaz de criar um sindicalismo de base com forte penetração na massa de trabalhadores, assim como demonstrou-se incapaz de forjar sindicatos autônomos e independentes, apesar de ter se constituído num importante ator político. O movimento sindical desse período esteve estreitamente ligado a orientações político-partidárias e a estrutura sindical, no seu conjunto, continuou praticamente intacta, em que pese a maior liberdade de ação conquistada pelos sindicatos. Embora tenham conseguido uma diminuição dos controles estatais sobre suas atividades, os sindicatos não lograram se transformar em organizações autônomas dos trabalhadores e em verdadeiros órgãos de representação de classe, na medida em que sua autonomia com relação ao Estado constitui-se na própria condição de sua capacidade de atuar enquanto órgão de classe.

É dessas questões que pretendemos tratar neste trabalho, tendo em vista a sua importância crucial para a organização dos trabalhadores e o profundo significado que elas adquirem hoje no Brasil.

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de uma preocupação inicial com a questão da autonomia operária que foi se desenvolvendo a partir de meus estudos de pós-graduação. De lá para cá, várias pessoas e instituições colaboraram com sua elaboração, provendo-me o necessário apoio intelectual, afetivo e financeiro. A todos sou imensamente grata, embora apenas alguns poderão ser citados aqui.

Inicialmente não poderia deixar de agradecer a Eliêzer Rizzo de Oliveira pelo carinho e amizade com que assumiu a orientação de meu trabalho, trazendo inestimáveis colaborações e me fornecendo o indispensável apoio para que eu chegasse ao final do trabalho.

Ao meu amigo e companheiro Roque agradeço o apoio intelectual e afetivo com que sempre pude contar e que me ajudaram a continuar o trabalho mesmo nos momentos mais difíceis.

A John Humphrey e Victor Manuel Durand Ponte sou grata não só por terem discutido pacientemente a primeira versão da tese comigo, como pelo estímulo e apoio intelectual que me ofereceram.

A Regis de Castro Andrade e José Álvaro Moisés agradeço a disposição de terem lido e discutido comigo os capítulos iniciais da tese, apresentando valiosas contribuições.

Agradeço também ao DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) e ao Setor de Documentação do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) por terem colocado à minha disposição o material de seus arquivos.

Da mesma forma sou grata aos funcionários do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo que colocaram à minha disposição a coleção do Jornal "O Metalúrgico", bem como as atas de assembleias.

Gostaria de agradecer também à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e à CAPES (Coordenação de Amparo à Pesquisa) pela concessão das bolsas de estudo sem as quais teria sido muito mais difícil cumprir esta tarefa.

A Amneris Angela Marconi e Maria Inês Rosa agradeço o carinho com que se dispuseram a ler e discutir comigo a redação final da tese.

A todos aqueles que se dispuseram a relatar sua experiência de participação na vida política daqueles anos, agradeço a valiosa colaboração.

A Sérgio Amad Costa sou grata pelo carinho com que me cedeu o material de pesquisa de que dispunha.

Aos meus companheiros da Cara a Cara agradeço imensamente o incentivo e o prazer pelo trabalho intelectual que ajudaram a despertar em mim.

Finalmente, não poderia deixar de agradecer aos companheiros do CEDEC, não só pelas inúmeras colaborações que prestaram ao meu trabalho, como principalmente, pelo clima inteligente de discussão que me propiciaram nos "Seminários Sindicais".

Í N D I C E

INTRODUÇÃO	01	
1. A CLASSE OPERÁRIA E A QUESTÃO SINDICAL: BALANÇO TEÓRICO.....	02	
2. A NATUREZA DA CRISE DOS ANOS 60.....	21	
PRIMEIRA PARTE: A POLÍTICA SINDICAL	30	
<u>CAPÍTULO I - DEFINIÇÃO DA POLÍTICA SINDICAL</u>		
1. FORTALECIMENTO DAS LIDERANÇAS NACIONALISTAS NAS ENTIDADES SINDICAIS	31	
2. PROPOSTA POLÍTICA: NACIONALISMO E REFORMAS DE BASE	40	
3. POLÍTICA SINDICAL		
3.1- Integração dos Sindicatos nas Campanhas Nacionalistas	54	
3.2- Estrutura Sindical: Organizações Horizontais de Cúpula	59	
<u>CAPÍTULO II - LIDERANÇAS SINDICAIS E BASES OPERÁRIAS</u>		
1. NÍVEIS DE SINDICALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SINDICAL.....	71	
2. POLÍTICA SINDICAL E REPRESENTATIVIDADE DOS SINDICATOS.....	75	
3. A GREVE DO 13º: LIDERANÇA E BASES NO CONFLITO DE CLASSES.....	95	
SEGUNDA PARTE: SINDICATOS E GOVERNO	110	
<u>CAPÍTULO I - O PARLAMENTARISMO</u>		116
1. AS GREVES DA LEGALIDADE E A ALIANÇA SINDICATOS-GOVERNO.....	118	

2. O MINISTÉRIO TANCREDO NEVES E A GREVE DO GABINETE.....	126
3. O GABINETE BROCHADO DA ROCHA E A GREVE DO PLEBISCITO.....	142
4. CONCLUSÃO.....	149

CAPÍTULO II - DA VOLTA DO PRESIDENCIALISMO AO GOLPE
MILITAR.....

1. O RECHAÇO AO PLANO TRIENAL.....	153
2. O DESGASTE POLÍTICO DO GOVERNO: O ESTADO DE SÍTIO E O LEVANTE DOS SARGENTOS.....	173
3. A GREVE DOS 700.000	176
4. A REAPROXIMAÇÃO ENTRE SINDICATOS E GOVERNO E O GOLPE MILITAR.....	197
5. CONCLUSÃO	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
FONTES CONSULTADAS.....	213
BIBLIOGRAFIA	214

Introdução

A preocupação que tem se desenvolvido nos últimos anos com o estudo das classes dominadas no Brasil e em particular da classe operária, tem gerado uma gama considerável de trabalhos sobre a questão sindical entre os cientistas sociais. O presente estudo, tendo como objetivo específico a análise do movimento sindical brasileiro durante o governo Goulart, sob o prisma de suas relações com o Estado, insere-se nesse esforço mais geral de elucidação da prática política da classe operária.

Tendo em vista o desenvolvimento dessa preocupação central, procederemos inicialmente à discussão das diferentes linhas de interpretação sobre o tema, buscando analisar também os estudos sobre a crise do início dos anos 60, de forma a poder situar melhor nossa proposta de análise.

A partir daí procuramos, na primeira parte do trabalho, analisar a política sindical encaminhada pelos setores preponderantes do movimento sindical e seus efeitos tanto no que se refere à relação dos trabalhadores com seus sindicatos, como no que diz respeito à questão da autonomia e independência sindical.

A seguir, procuramos analisar a atuação do movimento sindical nos momentos mais significativos do governo Goulart, buscando melhor apreender as conseqüências, na prática, da política sindical implementada por esses setores, bem como tentando elucidar a participação dos sindicatos nessa conjuntura de crise profunda que marcou o período final do populismo.

1. A Classe Operária e a Questão Sindical: Balanço Teórico

As discussões travadas pela ciência política a respeito do movimento operário e sindical brasileiro no pré-64 têm se pautado quase sempre pela preocupação em procurar explicar a incapacidade da classe operária em traçar uma estratégia autônoma de participação política com relação às outras classes e ao Estado. Nesse sentido, tem sido comum a ênfase sobre a sua heteronomia explicitada pela sua incapacidade em elaborar um projeto próprio de transformação social, diferenciando-se as interpretações sobre o assunto nos motivos apontados para explicar essa heteronomia.

Numa primeira vertente de interpretação teórica temos as tentativas de caracterização do comportamento operário pelos fatores de natureza estrutural, ou seja, a sua origem rural e o baixo nível do desenvolvimento capitalista.

Tais análises caracterizam-se sobretudo por relacionar o comportamento do operariado com as etapas do desenvolvimento econômico, considerando-as como as principais determinantes do comportamento de classe. Nesse sentido, costumam caracterizar a classe operária como "atrasada" ou "em formação", baseando-se nas características das relações sociais predominantes em seus ambientes de origem.

Dessa forma, o "atraso" da classe operária é explicado pela persistência de padrões de comportamento adquiridos num ambiente rural pré-capitalista, que ela manteria na passagem a um ambiente urbano capitalista. Seria essa persistência de valores tradicionais que explicaria a adesão do operariado ao populismo, seu baixo nível de consciência de classe e sua fraca capacidade organizatória.

José Albertino Rodrigues, por exemplo, ao analisar

a fragilidade do movimento sindical brasileiro, aponta para o "in-diferentismo" do operariado em relação aos sindicatos em virtude de sua origem rural:

"A consciência operária - afirma ele - ainda não se firmou de molde a superar a tradição sócio-cultural trazida do meio rural essencialmente patriarcal, que visualizava o patrão como chefe de empresa e protetor dos empregados. O proletariado no Brasil ainda é sobretudo uma classe em si e ainda não se tornou uma classe para si. Em outros termos, o proletariado ainda tende a considerar o patrão como um protetor, senão do indivíduo a quem dá trabalho, do emprego que lhe proporciona. Como a tradição profissional é limitada, o trabalho se concebe não propriamente como uma necessidade empresarial, mas como simples instrumento de sobrevivência e uma dádiva patronal. Cria-se, pois, uma relação de lealdade e dependência, não só do operário diante do patrão, mas também do operário face ao mestre e deste diante do patrão."⁽¹⁾

No mesmo sentido encaminham-se suas observações em trabalho posterior, onde procura estabelecer estreita relação entre a composição do proletariado e o seu comportamento como classe em si:

"A origem predominantemente rural ou pelo menos interiorana do proletariado faz com que ele veja sua simples mudança para os grandes centros industriais do país como um processo de ascensão social. A mobilidade horizontal assume formas de mobilidade vertical. Este fato condiciona sobremaneira a sua conduta face aos fenômenos que se desenrolam fora do seu âmbito de ação imediata. Em termos dos pattern-variable parsonianos sua conduta é mais 'adscritiva' que 'acquisitiva' de tal forma que ela se orienta antes pelos padrões cristalizados pela tradição do que por aqueles do tipo competitivo que se fazem sentir no mercado de trabalho urbano-industrial. Ele não é sequer portador de uma concepção do mundo do tipo camponês, dotado de um sentimento de forte apego à terra. Sua concepção cabocla do mundo e sua situação nas esferas sociais mais deprimidas colocam-no em posição desfavorável na disputa de novos valores que ele espera antes obter como dádiva que conquistar mediante novas técnicas or

⁽¹⁾ Rodrigues, José Albertino, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, DIFEL, 1968, pg. 173 e 174.

ganizatórias. A internalização de valores nos seus processos de socialização e re-socialização se faz naturalmente pelos canais estritamente coerentes com as orientações básicas do moderno sistema urbano-industrial."⁽²⁾

Apesar da crítica a esse tipo de enfoque "sociológico" já ter sido desenvolvida por vários autores ⁽³⁾ seria interessante retomar algumas questões importantes para o nosso tema.

O primeiro problema que se apresenta nesse tipo de interpretação é o raciocínio estático que o torna incapaz de perceber que o trabalhador rural que se incorpora à realidade urbana passa a estar submetido a novas relações sociais que tendem a modificar também a sua maneira de agir, pensar e sentir.⁽⁴⁾ Embora não modifique seus valores imediatamente ao entrar em contato com o meio urbano e preserve padrões de comportamento adquiridos no ambiente de origem, é evidente que, uma vez submetido a novas relações sociais, o trabalhador vai reelaborando seu universo de valores, passando a incorporar novos padrões de comportamento.

Seria necessário considerar também que esse tipo de interpretação tem como pano de fundo o modelo de comportamento político seguido pela classe operária européia no decorrer do processo de industrialização dos países centrais e a pressuposição de que o proletariado industrial brasileiro deveria seguir os mesmos caminhos percorridos por seus colegas europeus.

(²) Rodrigues, José Albertino, "Movimento Sindical e Situação da Classe Operária", Revista Debate e Crítica nº 2, janeiro/julho de 1974, pg. 108.

(³) Ver a esse respeito Moisés, José Álvaro, Greve de Massas e Crise Política, São Paulo, Polis, 1978; Vianna, Luís Werneck, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de algumas tendências", Revista Dados nº 17, Rio de Janeiro, 1978; Munakata Kasumi, "O Lugar do Movimento Operário", comunicação apresentada no IV Encontro Regional da ANPUH - São Paulo, setembro de 1978 (mimeo); Weffort, Francisco C., Sindicatos e Política, tese de livre docência, USP, (mimeo), Introdução, e Pinheiro, Paulo Sérgio, "Trabalho Industrial no Brasil: Uma Revisão", Estudos Cebrap, nº 14, São Paulo, out., nov., dez., 1975.

(⁴) Moisés, José Álvaro, op. cit.

O apoio da classe operária a líderes políticos provenientes de outras classes, bem como a sua pequena disposição para a prática sindical estão sendo pensados nesses casos em relação ao modelo europeu sem se considerar que o comportamento político das classes sociais e, portanto, também das classes dominadas, depende do processo histórico de cada formação econômico-social, não sendo possível presumir que a classe operária deveria ter um comportamento homogêneo em todos os países capitalistas.

Não queremos dizer com isso que a origem rural não possa ter predisposto aqueles contingentes a determinados comportamentos, mas apenas ressaltar que esse fator explicativo não pode dar conta da complexidade que envolve a questão de se caracterizar o comportamento político da classe operária se tomado isoladamente e, mais ainda, que pode levar a conclusões enganosas, como as do "atraso" da classe operária, se considerado de maneira estática.

Na realidade, a redução da prática política do operariado às "determinações estruturais", que fez com que essas análises viessem a constatar de forma mais ou menos rápida a falta de consciência de classe do operariado industrial brasileiro, acabou levando a sociologia industrial e do trabalho a menosprezar o conflito de classe e as lutas de resistência do operariado à organização capitalista do trabalho.

É o que podemos perceber, por exemplo, na análise de Leôncio Martins Rodrigues para quem, ao lado de uma industrialização baseada numa tecnologia poupadora de mão-de-obra que manteve a população operária numericamente pouco expressiva no conjunto da sociedade brasileira, as condições de formação da classe operária teriam tido importante influência na fraqueza do operariado brasileiro enquanto classe:

"De um modo geral, para os grupos operários surgidos nestes últimos anos, falta não apenas uma tradição operária e uma familiaridade com a civilização urbana como também um relacionamento mais profundo com a

condição operária. Tal condição é frequentemente sentida como passageira e, como tem sido observada, mais como um meio para o atingimento de certos alvos do que como um sistema de vida. Valoriza-se o emprego e não o trabalho operário. A rejeição da condição operária dificulta a integração na classe e a formação de uma concepção do mundo 'obreirista' e tende, de um modo geral, a acarretar uma superestimação dos elementos econômicos do emprego em detrimento dos aspectos sócio-profissionais. O trabalhador, recentemente incorporado à indústria, aprecia, antes de mais nada, as vantagens econômicas que o emprego fabril proporciona, as possibilidades aquisitivas que os salários mais elevados oferecem, principalmente em comparação com a remuneração percebida na agricultura ou nas pequenas cidades interioranas. O salário constitui a motivação básica dos novos setores operários, em especial dos de baixa qualificação profissional. Constitui o único ponto de conflito capaz de levar a mobilizações de classe ..." (5)

É claro que esse tipo de interpretação é insuficiente para a caracterização do comportamento político da classe operária na medida em que desconsidera a totalidade das relações de produção e de classe. Ou ainda, conforme já explicitou Vianna, na medida em que "não se inclui a classe operária e as demais classes em seu específico sistema de oposição no interior de um modo de produção capitalista, num estágio de desenvolvimento dado". (6)

Ocultando a dinâmica da luta de classes e partindo da premissa da heteronomia do movimento operário devido à sua fraqueza estrutural, essas teorias tendem a explicar as mobilizações operárias mais por fatores externos à própria classe do que por sua dinâmica interna, entendida como a dinâmica de sua atuação num determinado contexto histórico de relações entre as classes. Da mesma forma, as conquistas do operariado são compreendidas mais como

(5) Rodrigues, Leôncio Martins, "Classe Operária e Sindicalismo no Brasil", in: Sindicalismo e Sociedade, São Paulo, DIFEL, 1968, pg. 350 e 351.

(6) Vianna, Luis Werneck, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de algumas tendências", *op.cit.*, pg. 13.

doações do Estado do que como consequência de sua capacidade de luta ou de uma determinada correlação de forças no contexto mais geral da luta entre as várias classes sociais.

Essa questão se explicita claramente na análise da legislação trabalhista. Apontando para a fraqueza estrutural do operariado, essas interpretações não podem compreender a legislação trabalhista senão como doação do Estado, sendo essa maneira de explicar o advento da legislação trabalhista mais ou menos geral entre os autores que seguem essa linha de interpretação. Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, considera que as características heterônomas do sindicalismo brasileiro decorrem mais de um contexto estrutural relacionado ao tipo de desenvolvimento industrial e às circunstâncias que presidiram a formação da classe, do que a circunstâncias conjunturais nas quais a conduta das lideranças e o amadurecimento político da classe tivessem desempenhado papel relevante. Dessa forma, acredita ser pouco provável a hipótese de que a legislação trabalhista tenha sido consequência de uma pressão operária pré-existente, apesar de alertar que não há "muitos elementos que possibilitem rejeitá-la categoricamente, uma vez que vários aspectos relativos ao período em questão requerem uma investigação histórica mais detalhada".⁽⁷⁾

Considerando que "nada indica que, com a possível exceção dos grupos de trabalhadores qualificados a massa operária estivesse em condições de obter através de um processo de enfrentamento direto com os empregadores, um conjunto importante de vantagens profissionais e sociais", acredita que "a intervenção estatal garantiu para os trabalhadores urbanos de baixa qualificação mais benefícios sociais do que os sindicatos teriam podido consolidar".⁽⁸⁾

(7) Rodrigues, Leôncio Martins, Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização, São Paulo, Brasiliense, 1974, pg. 101.

(8) *Idem*, pg. 102.

Considerações semelhantes são também encaminhadas por José Albertino Rodrigues em artigo já citado:

"As leis trabalhistas instituídas no Brasil depois de 1930 foram em parte concebidas e aplicadas como um antídoto da luta de classes... Esses instrumentos legais chegaram mesmo a propiciar mais vantagens do que os próprios trabalhadores aspiravam e reivindicavam, seja através do movimento sindical, seja através do movimento operário".⁽⁹⁾

Tal enfoque não permite a essas teorias considerar a complexa conjuntura de crise e de lutas que marcou tanto os anos que antecedem a 30 como o período posterior no qual a legislação vai se efetivando, tornando-se, dessa forma, incapaz de identificar a atuação da classe operária na promulgação das leis protetoras do trabalho.

Não só a intensidade das lutas travadas pela classe operária no período anterior a 30, como a conquista de uma série de leis protetoras do trabalho antes mesmo de 30, vem comprovar o papel desempenhado pela classe operária no processo de regulamentação das condições de trabalho e a inadequação da teoria da outorga.⁽¹⁰⁾

Além disso, seria necessário lembrar que torna-se difícil compreender o significado da legislação trabalhista sem se remeter a uma relação mais geral entre as classes na cena polí

⁽⁹⁾ Rodrigues, José Albertino, "Movimento Sindical e Situação da Classe Operária", op. cit. pg. 109.

⁽¹⁰⁾ Em minucioso estudo sobre o problema, Werneck Vianna aponta para o fato de que uma série de leis protetoras do trabalho (descanso dominical, regulamentação da jornada de trabalho, do trabalho do menor, da mulher, férias, caixas de seguro, sindicatos e leis de acidentes de trabalho) antecede a 30 e alerta ainda para o fato de que a própria intervenção do Estado sobre o mercado de trabalho "foi legitimada pela emenda constitucional de 1926, que criou a Comissão de Legislação Social da Câmara, rompendo com a ortodoxia liberal da carta de 1891".

Vianna, Luiz Werneck, Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio, Paz e Terra, 1976, pg. 33.

tica da atuação das várias classes sociais naquela conjuntura. Na realidade a compreensão do significado da legislação trabalhista requer que se considere não só a dinâmica do movimento operário no período anterior, como o papel desempenhado pelo novo Estado que se instaura em 30 e a nova relação que se estabelece a partir de então tanto entre o capital e o trabalho como entre o Estado e a classe operária, da qual a legislação sindical é também uma das expressões.

A esse respeito seria importante relembrar que tanto a legislação trabalhista promulgada no pós 30, como a integração dos sindicatos numa estrutura corporativista que se inicia logo após a revolução de 30 têm seu embasamento no novo caráter do Estado.

Com efeito, a quebra da hegemonia do setor cafeeiro e o processo de centralização política que viria a se constituir num importante instrumento para a redução do poder da oligarquia do café, corresponderá também a uma transformação significativa da relação do Estado com a classe operária. A substituição do liberalismo que predominou durante a Primeira República pela pregação da necessidade de um Estado forte e intervencionista, que organizasse a nação através de pressupostos corporativistas, implicou também na substituição da antiga relação de exclusão da classe operária por uma nova relação entre o Estado e os trabalhadores.

Criticando o antigo tratamento dispensado às classes populares, o novo governo passará a incorporar as massas urbanas, atendendo a algumas das principais reivindicações do movimento operário, ao mesmo tempo que irá buscar formas mais eficazes de controle dos trabalhadores através da montagem da estrutura sindical corporativista.

Dessa forma, a legislação trabalhista e sindical fazem parte de um mesmo projeto de dominação. E isso não só por-

que elas são expressão de uma forma específica de relação do Estado com a classe operária, mas fundamentalmente porque o próprio Estado vinculou a legislação trabalhista à legislação sindical, como forma de minar o sindicalismo independente e impor o sindicato oficial. ⁽¹¹⁾

É portanto no contexto de instauração de uma nova ordem política e econômica que se pode compreender a legislação trabalhista não só como resposta às demandas dos trabalhadores, mas também como uma nova forma de relacionamento do Estado com a classe operária, que tem na estrutura sindical corporativista sua principal forma de expressão.

É assim que a integração dos sindicatos numa estrutura corporativa se iniciará já em 1931 e se aperfeiçoará em 39 com o Decreto-Lei nº 1402. Os princípios corporativistas aplicados na legislação sindical desde 1931 se aperfeiçoarão em 1939 através do retorno ao conceito dos sindicatos como órgãos delegados do poder público, de onde advém o princípio da unicidade e do controle estatal e do enquadramento por categorias econômicas ou profissionais, o que leva à possibilidade de divisão dos trabalhadores até mesmo no interior de uma mesma empresa. A Comissão de Enquadramento Sindical é que determina as categorias profissionais, através do quadro de atividades e profissões, responsabilizando-se pelo agrupamento ou desmembramento dos sindicatos. É também a Comissão de Enquadramento Sindical que outorga a car-

(11) Essa vinculação consistiu no estabelecimento de benefícios sociais pelos quais os trabalhadores vinham lutando, ao mesmo tempo que se restringiu esses direitos aos trabalhadores sindicalizados, como foi o caso, por exemplo, do Decreto 23.768 de 18/01/1934 que dava direito às férias exclusivamente aos operários sindicalizados oficialmente. Ver a esse respeito a tese de Maria Sílvia Duarte Hadler, Sindicato do Estado e Legislação Social: O Caso dos Gráficos Paulistas nos Anos 30, UNICAMP, 1982 (mimeo), onde se encontra excelente análise da vinculação da legislação trabalhista e sindical e seus efeitos sobre o Sindicato dos Gráficos nos primeiros anos da década de 30.

ta de reconhecimento de uma associação como sindicato, sendo que só o sindicato legalmente constituído e reconhecido pelo Ministério do Trabalho pode celebrar convenções coletivas em nome da categoria. (12)

A estrutura sindical não contempla nenhuma forma de organização sindical na empresa e impede a constituição de instâncias de organização horizontal inter-categorias, mesmo a nível das organizações de grau superior. As federações, organizadas por um mínimo de 5 sindicatos de uma mesma categoria económica, também não podem articular diferentes categorias a nível horizontal. Sua função é organizar os sindicatos de uma mesma categoria a nível estadual, podendo a Comissão de Enquadramento reconhecer federações com a base territorial abrangendo vários estados ou todo o território nacional. Quanto às confederações, que podem ser constituídas por um mínimo de 3 federações e são de nível nacional, continuam mantendo a estrutura vertical ao serem divididas em Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Aéreos (CNTTM), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC), além da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Cultura e a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais. O verticalismo se impõe ainda mais com o impedimento da formação de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores.

Aperfeiçoando também as tendências corporativas do período anterior, foi consolidada a Justiça do Trabalho, através do Tribunal Superior, os Tribunais Regionais e as Juntas de Conciliação e Julgamento, cuja função é decidir os conflitos entre empregados e patrões, desviando os conflitos entre as classes para o interior do aparelho estatal.

(12) Rodrigues, José Albertino, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, op.cit.

Essa estrutura corporativa é ainda mais reforçada com a designação de papéis assistenciais aos sindicatos e com a instituição do imposto sindical, através do Decreto-Lei nº 2377, de 8/7/1940, que estabelece o desconto, para todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, do equivalente a um dia de trabalho por ano para o sindicato representante de sua categoria. Desse imposto, descontado na folha de pagamento, o Ministério do Trabalho retém 20% para o Fundo Sindical - atualmente denominado Fundo de Emprego e Salário - sobre os quais os sindicatos não detêm nenhum controle (¹³), 15% para as federações e 5% para as confederações. Os sindicatos ficam com 60% do total arrecadado, mas as direções sindicais não têm nenhuma liberdade para a utilização desses recursos, devendo destiná-los fundamentalmente para as funções de assistência social, previstas na legislação de 39.

É assim que em 14/5/1942, através do Decreto-Lei nº 4298, cria-se a Comissão do Imposto Sindical, que teria por função fiscalizar as finanças dos sindicatos, transformando-os num complemento do Estado para os serviços de assistência social.

Através dessa estrutura sindical, o Estado perseguiu o controle das classes assalariadas não só durante o período do Estado Novo, como também após a redemocratização, em que, apesar da derrocada da ditadura estadonovista, a legislação sindical corporativa foi mantida quase intacta através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, terminada em 43, consistiu na reunião da atividade legislativa no campo do Direito do Trabalho. Antes de promulgada a Carta de 46, Dutra expede, ainda, o Decreto-Lei nº 9070, mantendo as greves praticamente proibidas. A Constituição elaborada em 1946 pela Assembléia Constituinte, assegurava a liberdade de greve e estabelecia que o poder executivo, em lei complementar, regulamentaria aquele direito. Ainda durante os trabalhos

 (¹³) Ao requisitar a utilização desse auxílio para os desempregados das fábricas do ABC paulista em 1981, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo foi simplesmente informado pelo Ministério do Trabalho de que a caixa estava vazia. *Jornal "Movimento"*, 24 a 30/8/81, pg. 10.

da Constituinte, a decretação da Lei 9070 estabelecerá tais exigências para a realização de greves, que elas continuarão praticamente proibidas. (14)

A estrutura corporativa dos sindicatos e a proibição do direito de greve consistirão assim nos dois eixos fundamentais para impedir a ação dos sindicatos como órgãos de defesa dos trabalhadores.

É nesse sentido que se pode compreender a legislação trabalhista como o resultado de um processo de lutas através do qual a classe operária conquistou algumas importantes reivindicações, ao mesmo tempo que perdeu a independência de seus órgãos de classe.

Dessa forma, é importante considerar que as vitórias conquistadas pela classe operária não só no pós-30, como durante todo o período que vai até 1964, são fruto de uma determinada correlação de forças cuja complexidade é muito maior do que as interpretações baseadas em concessões, doações e manipulações puras e simples do Estado podem supor.

Na realidade, o processo de luta da classe operária contra a dominação econômica, política e social a que está submetida, depende sempre da correlação de forças e se desenvolve continuamente através de um processo dialético em que, ao se verem obrigados a atender a determinadas reivindicações dos setores dominados, o Estado e as classes dominantes procuram adequar essas novas conquistas a novos modelos de dominação.

(14) "Este decreto impunha como condição para a 'paralisação do trabalho' que o dissídio coletivo fosse submetido à 'conciliação prévia ou à decisão da Justiça do Trabalho'. Nas atividades consideradas fundamentais (nos serviços, na lavoura e na pecuária, hospitais e indústrias básicas ou essenciais para a defesa nacional) a greve continuava proibida. Além disso, o Ministério do Trabalho, por portaria, poderia incluir outras atividades entre as consideradas 'essenciais'. Nas atividades acessórias, em não havendo conciliação entre empregados e empregadores, a 'paralisação coletiva do trabalho' poderia ser feita dentro da lei até decisão do Tribunal do Trabalho. Porém, após pronunciamento da Justiça do Trabalho a greve passava a ser considerada ilegal."

Cf. Rodrigues, Leôncio Martins, "Sindicalismo e Classe Operária (1930 - 1964)", in: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano 3, *Sociedade e Política (1930 - 1964)*, São Paulo, DIFEL, 1981, pg. 533.

É assim que as conquistas da classe trabalhadora no período que se segue à revolução de 30 foram inseridas num novo modelo de dominação que logrou manter o controle do proletariado pelo Estado, apesar das vitórias conquistadas pelo movimento operário.

E é aqui que chegamos à questão central. O problema das análises estruturais é que elas são insuficientes para a caracterização do comportamento político da classe operária, na medida em que não levam em consideração os aspectos políticos presentes nas várias conjunturas em que se desenvolve a atuação dos diferentes grupos sociais.

Sem negar o valor que essas interpretações tiveram para o levantamento de questões que, a partir daí, preencheram o debate sobre o tema, é necessário considerar que os fenômenos estruturais gerais são insuficientes para a caracterização do comportamento político das classes sociais em conjunturas históricas determinadas, na medida em que a atuação das classes, ao longo da história, depende não só das determinações estruturais, mas fundamentalmente de processos históricos que envolvem a política e que dizem respeito aos tipos de orientação e formas de organização dos agentes sociais.⁽¹⁵⁾ Na realidade, os fenômenos políticos não podem ser tratados como reflexos da estrutura econômica: embora atuem dentro de parâmetros determinados pela estrutura, conservam sempre uma margem de autonomia que precisa ser considerada. E é precisamente essa margem de autonomia que torna necessária a análise das orientações e formas de organização dos vários grupos sociais presentes nas conjunturas históricas determinadas, as quais incidem diretamente sobre os conflitos sociais.

Essas considerações alertam-nos para a importância de se pensar na necessidade de análises que, sem desprezar o nível estrutural, estejam centradas no nível político.

⁽¹⁵⁾ Weffort, Francisco C., *Sindicatos e Política*, op. cit., Introdução.

Somente esse enfoque nos permitirá caracterizar o comportamento político de uma determinada classe num determinado momento do desenvolvimento de uma formação social.

É exatamente sobre essa crítica que se basearão alguns outros trabalhos que se constituirão numa segunda vertente de interpretação a respeito dessa questão e que procurarão ter em conta o nível da política na explicação do comportamento das classes.

Tais interpretações constituem, sem dúvida, um avanço em relação a esse problema, na medida em que ressaltam a insuficiência da análise das estruturas para o estudo das conjunturas. O trabalho de Weffort se destaca aí como uma tentativa bastante importante de elucidação do problema.

Fazendo a crítica dos trabalhos anteriores, Weffort vai propor que as características do movimento operário brasileiro sejam procuradas menos num suposto "atraso" da classe operária que na orientação e disposição de ação dos grupos sociais e políticos, apontando para a explicação da heteronomia do movimento sindical, a orientação da sua liderança. Em outras palavras, o trabalho de Weffort vai procurar fazer a crítica às análises estruturais, substituindo-as por uma análise mais propriamente política, pondo a ênfase nas orientações ideológicas:

"As conjunturas históricas - diz ele - não podem ser entendidas independentemente da orientação e disposição de ação dos grupos sociais e políticos. Se assim fosse, elas teriam a mesma objetividade das estruturas reificadas pelo 'economicismo' e pelo 'sociologismo'. Antes, pelo contrário, a análise das conjunturas é importante precisamente por trazer ao nível do conhecimento estas encruzilhadas da história em que as orientações ideológicas e a capacidade de ação assumem um relevo decisivo."⁽¹⁶⁾

(16) Weffort, Francisco C., Sindicatos e Política, op. cit., pg. 1-13.

Partindo daí, Weffort considera que

"são as orientações vigentes em 45/46, retomadas e reafirmadas em 50/54, que darão ao movimento operário as características que veio a possuir até 64."⁽¹⁷⁾

Nesse sentido, teria sido o predomínio da ideologia nacionalista entre a liderança sindical, o motivo responsável por uma prática sindical dependente com relação ao Estado. Presa à orientação nacionalista, que se baseava na proposta de desenvolvimento nacional autônomo, a liderança sindical encaminhava sua prática para uma aliança com o Estado populista, numa adesão ao sistema político e às estruturas do Estado, tornando-se incapaz de forjar a autonomia dos sindicatos.

Centrando sua análise nos equívocos da ideologia nacionalista, Weffort procura elucidar como a hegemonia do Partido Comunista sobre o movimento sindical acaba por conduzi-lo a um distanciamento da massa, ao mesmo tempo que a uma aproximação e dependência, cada vez maior, com relação ao Estado.

Dessa forma, o movimento sindical se caracterizará, para Weffort, pela subordinação dos sindicatos à orientação nacionalista, pela sua crescente aproximação com o Estado e pela institucionalização da estrutura dual do sindicalismo populista, que vinha concretizar a tendência progressiva de aproximação e subordinação dos sindicatos ao Estado.

A crescente aproximação dos sindicatos com relação ao Estado é considerada por Weffort como decorrência da subordinação daqueles à orientação nacionalista, na medida em que ao propor uma política de desenvolvimento capitalista nacional, a ideologia nacionalista propugnava também uma aliança de clas-

⁽¹⁷⁾ Weffort, Francisco C., *Sindicatos e Política*, op. cit., pg. I-13

ses entre a burguesia nacional e o proletariado, que só poderia se efetivar através da mediação do Estado.

Com o processo de internacionalização de nossa economia, iniciado desde meados da década de 50, a aliança de classes se tornava inviável: de um lado, os setores mais importantes da burguesia não eram sensíveis aos apelos do nacionalismo e às propostas de aliança com o proletariado, na medida em que já se encontravam associados ao capital estrangeiro. Por outro lado, os setores da burguesia nacional, não associados ao capital estrangeiro, eram justamente os setores decadentes da economia e, nessa medida, incapazes de assumir o ônus dessa aliança. A aliança só poderá se dar, então, como "aliança triangular", mediada pelo Estado. Todavia, a própria incapacidade da burguesia nacional em assumir uma proposta de aliança com o proletariado tornará sua participação na aliança cada vez mais simbólica, levando o movimento sindical a se transformar em aliado direto do Estado populista. Como diz Weffort:

"A liquidação da política de desenvolvimento nacional e a incapacidade da burguesia nacional em assumir o ônus de uma aliança com a classe operária, passam a impor ao movimento sindical aproximar-se do Estado com o objetivo de apoiar os projetos reformistas que a ideologia imputava à burguesia, mas que esta se revelava incapaz de realizar por si própria."⁽¹⁸⁾

A proposta de aliança com a burguesia nacional corresponderá, assim, a um processo de "politização" do movimento sindical, através do qual ele passa a orientar-se mais por uma programação política que se inspirava na ideologia do nacionalismo (o que atinge seu ponto alto nas campanhas pelas reformas de base) do que pelas reivindicações econômicas dos trabalhado-

(¹⁸) Weffort, Francisco C., *Síndicatos e Política*, op. ct., pg. IV-7

res. Paralelamente, o processo de "politização" se expressava no progressivo distanciamento do movimento sindical em relação aos trabalhadores do setor privado da economia e a um redirecionamento de seu foco de atenção para o setor público.

Ao mesmo tempo, esse movimento era acompanhado pelo fortalecimento das organizações paralelas, que foram forjando a estrutura dual do sindicalismo e que, segundo Weffort, vieram complementar a estrutura sindical oficial, uma vez que eram organizações de cúpula que se assentavam sobre os sindicatos oficiais e que aliaram-se ao Estado populista passando a funcionar como mais um instrumento de controle da classe operária. Conforme ressalta Weffort, referindo-se à Comissão Inter-Sindical da greve de 53, a "organização paralela" consistia numa

"organização horizontal que se acoplava à estrutura vertical do sindicalismo oficial, portanto uma organização de cúpula onde a participação dos representantes dos sindicatos oficiais era pelo menos dominante. Este compromisso organizatório nascia de um compromisso político entre as direções sindicais e outros grupos sindicalistas, em especial os comunistas, prefigurando o compromisso que virá a caracterizar depois o movimento sindical no país. Era em parte o resultado dessa pressão espontânea das bases que iam além da capacidade organizatória do sindicalismo oficial e requeriam uma organização nova capaz de assegurar a coordenação e a unidade do movimento. Contudo, esta comissão surgiu em 53 do mesmo modo que as organizações paralelas algum tempo depois, como um organismo de controle sobre as bases que em sua espontaneidade ameaçavam levar de roldão o sindicalismo oficial."⁽¹⁹⁾

Baseando-se nessa análise, Weffort considera que o apoio do movimento sindical ao Estado desemboca numa aproximação e subordinação crescentes dos sindicatos com relação ao Estado e num distanciamento progressivo com relação às bases da classe

⁽¹⁹⁾ Weffort, Francisco C., Sindicatos e Política, op. cit., pg. III-21 e 22.

operária e suas reivindicações, principalmente com relação aos trabalhadores do setor privado da economia, o que se consubstancia nas greves políticas do final do período. Segundo suas próprias palavras,

"o movimento sindical chegava assim nas greves políticas aos seus limites finais. Orientara-se desde seus inícios para o Estado e terminara tão dependente dele que, em última instância, dava-se no âmbito do próprio Estado"^(2º)

O trabalho de Weffort constitui, sem dúvida, um passo à frente em relação às análises anteriormente citadas. Parece-nos fora de dúvida que mudando o eixo da análise das questões estruturais para colocá-lo sobre as orientações ideológicas dominantes no movimento, Weffort consegue levantar uma série de pontos relevantes para a análise do movimento sindical sob o prisma de suas relações com o Estado.

Na verdade, o trabalho de Weffort constitui-se numa contundente crítica ao populismo que tenta mostrar que a heteronomia do movimento sindical no período deve-se muito mais à orientação ideológica da liderança sindical que a fatores estruturais que teriam determinado esse comportamento da classe operária. Sem dúvida, esse tipo de interpretação representa um importante passo na análise, na medida em que substitui a justificativa do "atraso" da classe operária brasileira por análises mais políticas da atuação da liderança sindical.

Todavia, parece-nos que a preocupação de Weffort em analisar a orientação da liderança acaba por levá-lo a descuidar-se do movimento real da classe, no sentido de procurar recuperar as contradições que estiveram presentes no movimento, ou seja, os processos e lutas internas dos movimentos levados a cabo pelo sindicalismo no período, o que acaba reduzindo a análise do movimento sindical à análise da orientação da liderança sindi

^(2º) Weffort, Francisco C., Sindicatos e Política, op. cit., pg. 111-112.

cal. É preciso lembrar que, embora a análise das orientações políticas encaminhadas pela liderança seja fundamental para a compreensão dos rumos tomados pelo movimento sindical, essa análise corre o risco de se tornar ideologicista se não levar na devida conta a mobilização da base, a maneira como ela respondeu aos chamados da liderança, além das lutas travadas entre as diferentes correntes do movimento sindical.

O próprio Weffort aponta em seu trabalho a presença das bases operárias que, segundo suas palavras, ameaçavam "levar de roldão o sindicalismo oficial". Trata-se, portanto, de procurar recuperar esse processo, na medida em que o autor não se deteve na sua análise.

Por outro lado, seria necessário considerar que embora tenham se mantido dependentes do Estado, os sindicatos expandiram enormemente seu poder de pressão sobre o governo durante o período, o que veio conferir-lhes papel de fundamental importância na crise política que se abre com a renúncia de Jânio Quadros e se aprofunda até o golpe de 64. Apesar da aliança que se desenvolveu entre os sindicatos e o governo durante o período Goulart, suas relações não deixaram de ser conflituosas, tendo os sindicatos adquirido efetivo poder de pressão sobre o governo.

Nesse sentido, parece-nos que seria ainda necessário tentar recuperar não só as relações que se estabeleceram entre os sindicatos e o governo, como também o tipo de participação e as formas de atuação das bases, levando-se em consideração que o percurso por elas percorrido durante o período, nem sempre coincidiu com a orientação imprimida pelos setores que assumiam a liderança dos sindicatos.

2. A Natureza da Crise dos Anos 60

Tendo em vista as diferentes compreensões a respeito da crise que se abre a partir de 1961 e culmina em 1964 pode-se dividir os autores que se preocuparam com o tema entre aqueles que privilegiam o aspecto econômico e aqueles que privilegiam o aspecto político da crise.

Numa primeira linha de interpretação convém considerar aqueles autores que analisam a crise a partir de suas características estruturais.

Para Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello (²¹), por exemplo, a crise se define fundamentalmente como uma crise econômica, na medida em que a depressão econômica do início dos anos 60 é caracterizada por uma tendência estrutural à desaceleração, tendência esta considerada, por sua vez, como consequência do próprio rumo seguido pela economia nos anos anteriores.

Partindo da preocupação de entender a especificidade do processo de industrialização nos países que o iniciam quando a nível mundial o capitalismo já se encontra plenamente constituído, os autores destacam como importante particularidade do processo de industrialização nesses países de capitalismo tardio, o fato de que ele dependerá em grande parte das ações desenvolvidas pelo Estado.

De acordo com essa tese, desenvolvida principalmente por Cardoso de Mello, o Estado dos países de capitalismo tardio apresenta características típicas do Estado na fase de transição, desenvolvendo uma atuação fundamental no processo de industrialização, tanto no período que vai até meados dos anos 50 como no período de 56 a 61, quando se fará, com a ajuda do capital es-

(²¹) Mello, João Manuel Cardoso de, O Capitalismo Tardio, UNICAMP, 1975 (mimeo) e Tavares, Maria da Conceição, Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975 (mimeo).

trangeiro, a industrialização intensiva.

Nesse período a ação do Estado foi decisiva em primeiro lugar pelos investimentos maciços em infra-estrutura e nas indústrias de base, o que veio a estimular o investimento privado; e em segundo lugar, por estabelecer as bases da associação com a empresa estrangeira, fornecendo-lhe subsídios extremamente favoráveis. O Estado e a grande empresa internacional comandarão assim o processo de instalação da indústria pesada no Brasil, provocando um profundo salto tecnológico e ampliando a capacidade produtiva muito à frente da demanda pré-existente.

É a partir das características desse processo que se pode então compreender a depressão econômica que se abre a partir do início dos anos 60 e que caracteriza-se por uma tendência estrutural à desaceleração devido não só à existência de um potencial de acumulação superior à capacidade de crescimento efetivo da economia, como também ao desajuste dinâmico entre a estrutura da demanda e a capacidade de produção subutilizada.

A partir de 1963, a essa tendência estrutural à depressão provocada pela instalação de indústrias superdimensionadas para atender à demanda corrente ⁽²²⁾ aliam-se problemas conjunturais causados pelas medidas introduzidas pelo Plano Trienal (restrição dos créditos e dos gastos públicos e redução das emissões) que vão provocar maior desaceleração ainda na economia.

⁽²²⁾ e isto "não só porque as escalas mínimas necessárias para operar as novas plantas superavam as dimensões do mercado, como sobretudo, porque foram atraídas para um mesmo setor de investimento várias empresas, especialmente filiais estrangeiras de distintas procedências que disputavam as oportunidades existentes num mercado em expansão extremamente protegido e cujos gastos em equipamentos estavam fortemente subsidiados".

O primeiro problema que convém ressaltar nesse tipo de interpretação é o fato de os autores restringirem a análise da crise aos elementos estritamente econômicos, deixando de considerar os fatores relacionados à complexa conjuntura política do momento.

Além disso, seria necessário destacar a concepção de Estado que está subjacente à análise, que é a concepção do Estado como uma entidade que avança com relação às classes e à própria burguesia industrial para impor à nação medidas decisivas ao desenvolvimento industrial do país. Remetendo-nos a Marilena Chauí, convém ressaltar que essa interpretação tem como pressuposto implícito o fato de que "é porque o capitalismo tem que se desenvolver, mas porque o faz com atraso ou tardiamente, o Estado é obrigado a assumir a forma e os compromissos que assume"⁽²³⁾ promovendo no lugar das classes o desenvolvimento capitalista.

É esse tipo de interpretação - que desconsidera a capacidade das classes de se constituírem em verdadeiros atores sociais - que leva os autores a subestimarem os fatores relacionados à complexa conjuntura política do momento caracterizada pelo ascenso do movimento de massas, pela mobilização dos sindicatos, enfim, pela dinâmica da luta de classes que naquele momento havia se acirrado intensamente.

Na realidade, a crise 61/64 não pode ser compreendida apenas como uma crise econômica, na medida em que enquanto crise de realização ela atinge apenas os ramos industriais dependentes da demanda das classes de renda mais baixa, devido à deterioração dos salários reais das classes trabalhadoras urbanas. O setor produtor de bens de consumo duráveis continuou garantindo seu consumo devido ao próprio caráter concentracionista do modelo econômico implantado desde o governo Kubitschek.⁽²⁴⁾

⁽²³⁾ Chauí, Marilena, "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira", in *Ideologia e Mobilização Popular*, Rio de Janeiro, co-edições CEDEC/Paz e Terra nº 3, 1978, pg. 22.

⁽²⁴⁾ Oliveira, Francisco, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", *Estudos Cebrap* nº 2, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências Ltda, outubro de 1972.

Por outro lado, não se pode pensar na crise desses anos sem considerar que o acirramento do conflito de classes começou a dificultar enormemente o enfrentamento dos problemas econômicos, tornando extremamente difícil sua solução nos marcos da mesma composição de forças que vinha apoiando o Estado populista até então. Conforme elucidou Francisco de Oliveira, "a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente, mas porque não podia realizar-se institucionalmente".⁽²⁵⁾

Já numa outra vertente de interpretação, convém considerar os trabalhos de Weffort sobre o populismo⁽²⁶⁾, os quais procuram analisar a crise a partir de suas características político-institucionais.

Partindo da caracterização do Estado brasileiro de 30 a 64 como um Estado de compromisso entre as várias classes sociais, Weffort considera a crise dos anos 61/64 como uma crise de compromisso que servia de sustentação ao Estado e, portanto, ao sistema de dominação vigente.

O Estado de compromisso que teria emergido a partir da Revolução de 30, seria consequência da abertura de um período de vazio hegônico em que os grupos agrário - exportadores já não têm mais capacidade de atuar como força dirigente e nenhum dos grupos emergentes "possui condições reais para se constituir nos fundamentos de uma nova estrutura de Estado".⁽²⁷⁾ A essa incapacidade das várias classes e frações de classe em elaborar um projeto autônomo para toda a sociedade - o que impede qualquer uma delas de garantir sua hegemonia política - segue-se uma autonomização do Estado, através da qual "o Estado tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da

⁽²⁵⁾ Oliveira, Francisco, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", op. cit., pg. 59.

⁽²⁶⁾ Cf. Weffort, Francisco C., "Estado e Massas no Brasil" e "O Populismo na Política Brasileira", in O Populismo na Política Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

⁽²⁷⁾ Weffort, Francisco C., "Estado e Massas no Brasil", op. cit. pg. 49.

sociedade como soberano".⁽²⁸⁾

É nesse quadro de vazio hegemônico que as forças populares urbanas emergem como fonte de legitimação e sustentação do Estado: na medida em que nenhuma das classes que participam da aliança de poder têm condições de exercer seu poder de direção sobre o conjunto da sociedade, as massas populares urbanas surgem como a "única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro."⁽²⁹⁾

Dessa forma, a crise que se abre com a renúncia de Jânio Quadros liga-se não só à impossibilidade de se manter o compromisso, mas também, ao mesmo tempo, à inviabilidade de as massas populares continuarem servindo de base para a legitimidade do Estado: "Já não se verifica entre os grupos em confronto esta relativa comunhão de interesses que vinha permitindo aos detentores do poder revelarem-se sensíveis às insatisfações populares. Na medida em que se reduz o âmbito do compromisso entre os grupos dominantes, ou seja, exatamente nas circunstâncias em que se impõe ao Estado provar a realidade da sua soberania, reduzem-se também as condições que lhe vinham permitindo manipular as massas e, portanto, preservar e ampliar as bases de seu efetivo domínio."⁽³⁰⁾

É assim que a crise dos anos 60 se apresenta para Weffort como um esgotamento do modelo de dominação instaurado a partir de 30 e se apoia nas próprias características do Estado no período, qual seja, na impossibilidade, diante dos problemas estruturais que se agravam, do Estado continuar "atuando como agente dinamizador da estrutura política"⁽³¹⁾ na medida em que "reduzem-se cada vez mais as margens de compromisso entre os grupos que o pressionam".⁽³²⁾

⁽²⁸⁾ Weffort, Francisco C., "Estado e Massas no Brasil", *op.cit.*, pg. 50.

⁽²⁹⁾ *Idem*, pg. 58.

⁽³⁰⁾ *Idem*, pg. 59.

⁽³¹⁾ *Idem*.

⁽³²⁾ *Idem*.

A crise do populismo se explicita assim, para Weffort, no momento em que as massas começam a extrapolar os limites de atuação que o Estado populista sempre lhes impusera. A intensificação do movimento grevista, as reivindicações de reformas estruturais e as mobilizações no campo surgem, dessa forma, como elementos fundamentais da crise final do populismo, na medida em que esses movimentos começam a "superar os limites institucionais vigentes".⁽³³⁾

Apesar de que estudos recentes têm criticado a noção de Estado de compromisso - ressaltando que o conceito conclui pela fraqueza das classes, a qual teria como corolário a idéia do Estado forte e acima das classes e como consequência a relativização do papel da luta de classes no processo político brasileiro⁽³⁴⁾ - as análises de Weffort abriram uma importante perspectiva de investigação. Ao destacar a questão da atuação das classes populares na crise do populismo, Weffort inaugurou um veio de análise da história brasileira do período de 1930 a 1964 que se baseia mais propriamente nos aspectos políticos do período e que permite compreender a crise dos anos 60 como uma crise do sistema de dominação. Essa perspectiva aberta por Weffort será seguida por vários outros autores que trouxeram novas contribuições à análise do populismo.

Seria interessante destacar, nesse sentido, a análise desenvolvida por Regis de Castro Andrade, na qual o autor define o populismo como "uma forma de supremacia burguesa - ou um regime - abrangendo uma ampla margem de consenso".⁽³⁵⁾

⁽³³⁾ Weffort, Francisco C., "O Populismo na Política Brasileira", op.cit., pg.78.

⁽³⁴⁾ Cf. Chauí, Marilena, "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira", op. cit.

⁽³⁵⁾ Andrade, Regis de Castro, "Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro", in Encontros com a Civilização Brasileira nº 7, janeiro de 1979, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, pg. 42.

Enfatizando o tipo peculiar de hegemonia burguesa que o populismo expressa (em que o acesso da burguesia ao poder se deu no contexto de uma associação política e econômica entre a burguesia industrial e os setores oligárquicos), Andrade ressalta em sua análise a capacidade da burguesia dominar o Estado e de exercer um poder hegemônico tanto sobre as classes aliadas, como sobre as classes subordinadas.

Dessa forma, o autor dispensa atenção especial à atuação dos vários grupos sociais, tanto durante o período de transição à supremacia burguesa (1930/1937) como durante o período de sua evolução, descartando as análises que conceituam o populismo como "uma síndrome cultural típica da transição à sociedade industrial".⁽³⁶⁾ ou aquelas que veem no populismo uma forma de aliança de classe. Conforme ele mesmo ressalta, "o populismo é uma forma de hegemonia, não um conjunto de alianças de classe, muito embora as alianças de classe estejam presentes em todas as ordens hegemônicas".⁽³⁷⁾

Propondo que a natureza do populismo seja buscada na "formação de consenso dentro do processo de constituição da supremacia burguesa sobre o conjunto da sociedade",⁽³⁸⁾ Andrade destaca a ação tutelar do Estado e sua atração sobre os vários segmentos sociais e organizações políticas do país como característica fundamental de ordem populista:

"O Estado absorveu uma extensão muito grande da função ético-política das classes dominantes, intensificando desse modo a idéia, controvertida em sólida crença popular, de que a nação era dirigida por um poder neutro e benevolente, inteiramente desligado dos interesses e paixões da sociedade. Frente a isso - ou melhor, sob sua direção hegemônica - as classes subordinadas tendiam a ser fundidas em uma massa socialmente indiferenciada. A origem da supremacia burguesa no país - da qual o populismo é um momento no período de pós-guerra - remonta aos anos 1930, quan-

⁽³⁶⁾ Andrade, Regis de Castro, "Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro", *op. cit.*, pg. 42.

⁽³⁷⁾ *Idem*, pg. 66.

⁽³⁸⁾ *Idem*, pg. 63.

do a burguesia, como resultado das peculiaridades da sua ascensão política, localizou-se no Executivo e fez uso do Estado autoritário".⁽³⁹⁾

O consenso aparece assim na análise de Andrade enquanto categoria central que cimeta o "bloco político-ideológico" composto pelas classes aliadas e subordinadas sob a supremacia da burguesia.

Nesse sentido, a legitimação do Estado se baseará, para o autor, no acordo racional entre os vários grupos das classes dirigentes e não nos grupos populares, aos quais o Estado só recorria quando o acordo entre as classes dominantes não era alcançado.

É a partir dessa análise que Andrade chega à crise dos anos 60, marcada, segundo ele, pelo acirramento da luta de classes que colocou em confronto o movimento popular liderado pela classe trabalhadora e o movimento burguês comandado por sua fração internacional, destacando-se como traço proeminente o fato de que as duas forças "operavam a partir do Estado e tinham como meta imediata o monopólio do poder do Estado".⁽⁴⁰⁾

Embora o autor não se detenha na caracterização da crise, acreditamos que o conceito de Estado populista adotado traz novos elementos para se pensar a relação entre o Estado e as classes sociais, ao mesmo tempo que precisa a atuação das classes tanto durante o período de gestação do Estado populista, como durante sua evolução. Colocando a questão da luta de classes no centro dos acontecimentos que têm lugar durante os anos 61/64, o texto de Andrade traz uma grande contribuição às análises sobre a crise do populismo.

⁽³⁹⁾ Andrade, Regis de Castro; "Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro", *op. cit.*, pgs. 64 e 65.

⁽⁴⁰⁾ *Idem*, pg. 72

Com efeito, a crise que culmina no golpe de 1964 só pode ser compreendida a partir de uma análise mais geral da luta de classes que permita elucidar não só a relação que se estabelece entre as classes em pugna, como a relação do Estado com os diferentes setores sociais. É essa perspectiva de análise que pretendemos adotar nos capítulos que se seguem.

PRIMEIRA PARTE

A POLÍTICA SINDICAL

CAPÍTULO I

DEFINIÇÃO DA POLÍTICA SINDICAL

1. Fortalecimento das Lideranças Nacionalistas nas Entidades Sindicais

A intensa participação dos setores nacionalistas no movimento sindical do período 1961/64 é fruto de um processo não muito longo que, tendo se iniciado no princípio dos anos 50, se intensificará rapidamente a partir de 1960.

A aliança entre o PCB e setores de esquerda do PTB teve início durante o segundo governo de Vargas, apesar da política de oposição frontal ao governo e de não participação nos sindicatos oficiais definida pelo Partido Comunista no Manifesto de agosto de 1950.

Através da participação nas campanhas nacionalistas, principalmente na luta pela criação da Petrobrás, e no apoio à atuação de Goulart no Ministério do Trabalho (junho de 1953 a fevereiro de 1954), o PCB foi se aproximando dos setores de esquerda do PTB, numa aliança tática que se consolidará depois da morte de Vargas, quando a esquerda do PTB trouxe os comunistas para o seu lado na luta que desencadeou-se pela liderança no Partido Trabalhista.⁽¹⁾

A penetração do PCB nos sindicatos oficiais data também dessa época, embora a orientação política de não cooperação com os sindicatos só venha a se modificar oficialmente no IV Congresso, após o suicídio de Vargas, a partir de quando a parti-

(1) Chilcote, Ronald H., Partido Comunista Brasileiro, Conflito e Integração, Rio de Janeiro, Graal, 1982, pg. 115.

cipação dos comunistas nos sindicatos, em aliança com os setores de esquerda do PTB, se dará de forma mais efetiva. Será a partir de então que, desenvolvendo uma vigorosa campanha contra as demais tendências do movimento sindical, os setores nacionalistas conseguirão, pouco a pouco, ir detendo o controle dos principais sindicatos, federações e confederações.

A campanha pela ocupação dos sindicatos desenvolveu-se na luta contra as demais correntes presentes no movimento sindical. De um lado, os antigos sindicalistas encastelados no aparelho sindical que, por sua atuação no sentido de amenizar os conflitos entre o capital e o trabalho e por sua aproximação com o Ministério do Trabalho, eram também conhecidos como "pelegos" ou "ministerialistas". De outro lado a corrente "renovadora".

Os "ministerialistas", que vinham perdendo progressivamente sua força no movimento sindical, vão procurar resistir ao avanço dos setores nacionalistas integrando o Movimento Sindical Democrático (MSD). Fundado em maio de 1961, em São Paulo, o MSD era uma corrente sindical de direita, vinculada e sustentada pela Organização Interamericana de Trabalhadores (ORIT), apoiada pela AFL-CIO e por grupos patronais. Possuía também forte vinculação com o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) - organizações constituídas por empresários associados ao capital internacional que desempenharam ativa atuação na conspiração anti-Goulart. (2)

(2) Cf. Dreifuss, René Armand, *1964: A Conquista do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1981, pg. 313. No livro encontra-se uma recuperação extremamente minuciosa da atividade dos grupos empresariais na crise do início dos anos 60 e no golpe de 64.

Os "democráticos" chegaram a ter a direção de 89 dos 338 sindicatos de São Paulo, mas tinham pouca influência fora de São Paulo.⁽³⁾ No geral, limitavam-se a controlar poucos sindicatos e federações no ramo do comércio, vestuário e transportes terrestres que eram setores de pouca importância no Movimento Sindical. O MSD trabalhava junto com os "Círculos Operários"⁽⁴⁾ por um Brasil cristão democrático, desenvolvia uma intensa atividade anticomunista e centrava todos os seus esforços na luta contra os setores nacionalistas. Embora criticasse a participação política dos sindicatos e defendesse a proposta de um sindicalismo apolítico, o MSD não deixou de se relacionar com grupos políticos de direita, estabelecendo estreita ligação com Adhemar de Barros e Herbert Levy, em São Paulo, e Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro.⁽⁵⁾

Quanto aos "renovadores" (Movimento de Renovação Sindical), representavam uma tendência do movimento sindical de que participavam desde setores de tendências marxistas ou socialistas, mas que se opunham à orientação do PC, até católicos de

(3) Os dados sobre a penetração do MSD nos sindicatos são muito escassos e pouco precisos. O número de sindicatos associados ao MSD citado aqui foi encontrado em Flichtner, Hans, *Os Sindicatos Brasileiros, Organização e Função Política*, Rio de Janeiro, Graal, 1980, pg. 201. Também em Harding, Timothy, *The Political History of Organized Laybor in Brazil*, PHD Thesis, Stanford University, 1973, há uma breve descrição da penetração e atuação do MSD no movimento sindical.

(4) Os "Círculos Operários" eram organizações de operários católicos promovidas pela Igreja, que tinham como objetivos centrais a luta pela melhoria das condições profissionais; por uma ordem social justa; pela defesa da paz e harmonia entre as classes e o combate ao comunismo.

(5) Dreifuss, René Armand, *op. cit.*, pg. 312.

esquerda e lideranças sindicais independentes.⁽⁶⁾ Fundado em 1957, o MRS fez forte oposição às diretorias controladas pelos setores nacionalistas e pelos "ministerialistas". Suas principais propostas consistiam em medidas que viessem a libertar os sindicatos do controle estatal e a fortalecer o movimento sindical através da vinculação com as bases. Declaravam-se contra a participação política dos sindicatos e por isso opunham-se fortemente aos setores nacionalistas, cujos dirigentes eram chamados de "pelegos vermelhos", em contraposição aos "ministerialistas" denominados de "pelegos amarelos".

Suas principais propostas consistiram:

1) na criação de uma Central Operária a partir de um Congresso no qual participariam delegados eleitos unicamente nas assembléias de fábrica, sindicalizados ou não;⁽⁷⁾

2) na extinção do imposto sindical;⁽⁸⁾

⁽⁶⁾ As informações sobre a atuação e penetração do MRS são também muito esparsas. Os dados aqui levantados baseiam-se fundamentalmente em Harding, Timothy, *op.cit.*; Faria, Paulo de Tarso Barreto, "Considerações sobre o Movimento Renovador Sindical", in *História: Questões e Debates*, Curitiba 2 (3): 125-142, Dez. 1981; Plozzi, Patrícia, *O Ato Livre, Considerações a Respeito da Política Operária*, Dissertação de Mestrado, USP, 1982, (mimeo), 2ª parte do Cap.IV: "Os Renovadores do Movimento Operário"; e, Costa Neto, Carlos Renato, "O que é o Movimento de Renovação Sindical", *Rev. Brasiliense*, nov./dez. de 1960.

⁽⁷⁾ Essa proposta foi defendida pelos "renovadores" durante o II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, realizado de 27 a 30 de abril de 1960 e foi criticada tanto pelos "pelegos" que se opunham simplesmente à idéia de criação da Central Operária, quanto pelos setores nacionalistas que propugnavam por uma central formada por representantes de federações, confederações, conselhos sindicais estaduais e sindicatos não federados, propondo, dessa forma, que a entidade máxima que seria criada no sindicalismo brasileiro viesse a se acoplar à estrutura sindical oficial.

⁽⁸⁾ A proposta de extinção do imposto sindical contou sempre com a oposição dos setores nacionalistas que por considerarem que a abolição do imposto sindical levaria ao fechamento de muitos sindicatos, propunham apenas a não interferência do Ministério do Trabalho na sua aplicação. Também o MSD passou a defender a proposta de extinção do imposto sindical, devido à orientação da ORIT que o considerava inconsistente com o modelo de sindicalismo que os Estados Unidos estavam promovendo na América Latina. Cf. Harding Timothy, *op.cit.*

3) na instituição de contratos coletivos de trabalho que deveriam prever entre outras coisas: reajuste automático do salário em caso de elevação ou baixa do custo de vida; fixação do salário profissional para o conjunto das categorias, para grupos de empresas ou estabelecimentos isolados, mediante o cálculo da participação do trabalhador na elaboração dos produtos; que nenhum empregador pode admitir, segundo o contrato coletivo a ser elaborado, um empregado, a não ser nas condições de remuneração e de tratamento estabelecidas no contrato coletivo, equivalendo a violação da cláusula à denúncia do contrato por iniciativa do empregador; que o contrato de trabalho só entrará em vigor após ser aprovado em votação nos locais de trabalho e pelos empregadores, incluídas as cláusulas locais elaboradas em entendimentos paralelos, entre a comissão de trabalhadores do local de trabalho e o empregador respectivo, e que a negociação do contrato coletivo e a fiscalização deverão ser realizadas nos locais de trabalho através de comissões de empresa, constituídas por trabalhadores eleitos na base de um por cento dos empregados.

Um dos pontos principais da atuação dos "renovadores" consistiu, entretanto, na crítica à participação política dos sindicatos.

Suas propostas de libertação dos sindicatos da influência dos partidos consistiam, na realidade, numa compreensão do sindicato enquanto entidade voltada estritamente para as lutas econômicas, adotando uma ótica de que "política não interessa aos trabalhadores."⁹ Propondo que os sindicatos não deveriam se envolver em política, os "renovadores" se voltam na verdade não só contra a política partidária nos meios sindicais, mas contra a atuação dos sindicatos que buscavam estabelecer uma relação entre as lutas econômicas e políticas dos trabalhadores. Em última instância, o MRS acabava tentando conter os antagonismos de clas-

⁹) Piozzi, Patrícia, *op. cit.*, pg. 152.

se nos limites compatíveis com a coexistência pacífica das classes, colocando-se claramente a favor do sistema social vigente.⁽¹⁰⁾

É assim que, apesar de toda sua pregação apolítica, os "renovadores" não se eximem de fazer política. Pelo contrário, sua proposta sindical apresenta um conteúdo político explícito que vem se expressar claramente na participação do MRS na campanha eleitoral de Jânio Quadros, assim como na aceitação do apoio do complexo IPES/IBAD.⁽¹¹⁾

Embora não se tenha conhecimento de levantamento preciso da penetração do MRS junto aos trabalhadores, alguns dados disponíveis sugerem que os "renovadores" chegaram a desenvolver uma atividade sindical importante no país. De acordo com Harding o movimento possuía líderes de prestígio, principalmente em São Paulo, os quais tinham sua força radicada mais nas fábricas do que na burocracia sindical. Segundo Piozzi, os "renovadores" conseguiram um certo grau de penetração entre os metalúrgicos de São Paulo, o qual pode ser constatado através do número de votos obtidos por eles nas eleições para a diretoria do sindicato em 1961, quando obtiveram 6.633 votos sobre um total de 15.210.⁽¹²⁾ Também Costa Neto dá conta dessa penetração ao aludir à informação do jornal O Estado de São Paulo, segundo o qual 80% dos sindicatos gaúchos teriam aderido aos "renovadores" enquanto na Guanabara seria lançada a FID (Frente Intersindical Democrática) que já contaria com a adesão de 28 sindicatos.⁽¹³⁾

Ao que tudo indica, entretanto, o MRS começou a declinar a partir de 1960. O último evento importante do movimento sindical em que os "renovadores" tiveram uma participação destacada foi o III Congresso Sindical Nacional, no qual as di-

⁽¹⁰⁾ Piozzi, Patrícia, *op. cit.*, pg. 154.

⁽¹¹⁾ Dreifuss, René Armand, *op. cit.*, pg. 311.

⁽¹²⁾ Piozzi, Patrícia, *op. cit.*, pg. 161.

⁽¹³⁾ Costa Neto, Carlos Renato, *op. cit.*, pg. 60.

vergências entre os nacionalistas e "renovadores" atingiram o seu ponto mais alto. É preciso ter presente, entretanto, que nesse momento os "renovadores" já vinham entrando num processo de declínio e a maior parte de suas propostas foi derrotada no Congresso.

Na luta contra os "democráticos" e "renovadores" a aliança comunista-nacionalista foi se fortalecendo no interior dos sindicatos, passando a participar já em princípios da década de 60 de quase todas as confederações oficiais.

O progressivo processo de fortalecimento dos setores nacionalistas no movimento sindical vem culminar com as eleições da CNTI (a maior e mais importante confederação brasileira que abarcava à época mais de 1 milhão de trabalhadores) a 9/12/61, na qual os setores nacionalistas conseguem derrubar a chapa adversária que era apoiada pela Organização Regional Interamericana do Trabalho e por vários grupos anticomunistas no Brasil, incluindo organizações patronais.

O pleito, bastante concorrido, contou com a participação de 52 federações operárias e a chapa encabeçada por conhecidos líderes sindicais nacionalistas, como Dante Pellacani, Clodsmith Riani e Benedito Cerqueira, foi eleita por 29 votos contra 23.

Com a vitória dos setores nacionalistas na CNTI e a derrota de Deocleciano de Holanda Cavalcanti, Ari Camposta, Hirani Fagundes Wagner e Daniel Soares, antigos líderes sindicais "ministerialistas" que vinham controlando a entidade há 16 anos, os setores nacionalistas adquirem um poder significativo no interior do movimento sindical.⁽¹⁴⁾

⁽¹⁴⁾ De acordo com Chilcote, em 1964 os comunistas controlavam 21 das 55 federações ligadas à CNTI e tinham participação em outras 13. Chilcote, Ronald H., op. cit., pg. 226. Os dados que se seguem baseiam-se nessa obra (pg. 225 e seguintes) onde encontra-se uma descrição minuciosa da participação do PCB nas organizações sindicais.

Além da CNTI, os nacionalistas tinham também o controle da CONTEC que, com cerca de 400.000 membros, era presidida por Armando Ziller, membro do Comitê Central do PCB.

Quanto às demais confederações, os setores nacionalistas conseguiram ainda durante o período exercer bastante influência na CNTTM (135.000 membros), onde controlavam a Federação dos Estivadores, dirigida pelo comunista Oswaldo Pacheco, além de exercerem influência na Federação Nacional dos Portuários e dos Aeroviários. Embora estivessem ausentes na liderança da CNTC e da CNTTT, controlavam metade das federações filiadas à CNTC e uma das 5 federações filiadas à CNTTT que era a Federação dos Trabalhadores Ferroviários, dirigida pelo líder comunista Rafael Martinelli.

Há que se destacar, ainda, que esses setores controlavam a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), fundada em dezembro de 1963, que tinha os comunistas Lindolfo Silva, José Leandro Bezerra da Costa e Nestor Vera respectivamente na presidência, vice-presidência e tesouraria da Confederação.⁽¹⁵⁾

Evidentemente, além das federações e confederações, a aliança PCB/PTB controlava um grande número de sindicatos importantes durante o período entre os quais destacam-se o Sindicato dos Têxteis de São Paulo, Sindicato dos Gráficos de São Paulo, o Sindicato dos Marceneiros da Guanabara, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, além do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior e mais importante do país.

⁽¹⁵⁾ Apesar de ter sido fundada apenas em dezembro de 1963, a CONTAG expressava uma organização importante dos trabalhadores rurais, devido à grande mobilização desses trabalhadores no período. Quando da sua formação a CONTAG já englobava 41 federações estaduais (das quais 23 já eram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e as outras 18 vieram a ser reconhecidas depois). Cf. Bezerra, Gregório, *Memórias* (2ª parte: 1946 - 1969), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, 2ª edição, pg. 183.

Além disso, vale lembrar que muitas organizações sindicais não controladas pelos setores nacionalistas contavam com a presença de alguns de seus elementos, o que acabava criando uma situação em que mesmo nos sindicatos não controlados por eles, suas propostas tinham sempre algum tipo de penetração.

Não se pode esquecer, ainda, que os setores nacionalistas controlavam quase que integralmente as organizações intersindicais, criadas em geral por eles mesmos na tentativa de unificar o movimento sindical horizontalmente. É fundamentalmente através desses organismos entre os quais destacam-se o FSD (Forum Sindical de Debates de Santos/SP), CPOS (Conselho Permanente das Organizações Sindicais - Rio, Minas, Salvador), PUA (Pacto de Unidade e Ação) e, finalmente, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), criado no IV Encontro Sindical Nacional, em agosto de 1962, visando unificar o movimento a nível nacional, que os setores nacionalistas vão dirigir o movimento sindical até o golpe de 64.

Convém destacar que a predominância dos setores nacionalistas no movimento sindical correspondeu a um importante processo de renovação do sindicalismo brasileiro. Substituindo os setores "ministerialistas", que sempre desenvolveram uma política de contenção do movimento, os nacionalistas implementaram um dinamismo ao movimento que, somado ao clima de mobilização geral que preponderou na sociedade naqueles anos, foi responsável pela transformação do período num dos momentos de maior combatividade da história do sindicalismo brasileiro.

A política sindical implementada pelos setores nacionalistas apresentou, no entanto, um conjunto de ambiguidades que tiveram sua origem fundamentalmente na proposta política geral adotada pelo PCB, conforme se verá mais adiante.

2. Proposta Política: Nacionalismo e Reformas de Base

Destacando, sobretudo, a necessidade do desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, a política traçada pela aliança nacionalista baseava-se no programa de desenvolvimento defendido pelo PTB e pelo PCB. Mas, a esse respeito é necessário considerar que apenas o PCB possuía um programa mais elaborado a respeito do desenvolvimento nacionalista, o que lhe permitiu praticamente determinar a atuação das organizações sindicais controladas pela aliança.

Cabe lembrar que o PTB "que se constituía como um partido de massas, referido a um vínculo entre Getúlio Vargas e o operariado urbano, sustentado pela outorga da legislação trabalhista",⁽¹⁶⁾ se caracterizara desde seus primórdios por uma grande fraqueza doutrinária e programática.

Será o suicídio de Vargas e o legado de sua carta testamento que irão conferir ao partido um conteúdo ideológico mais definido, que se expressa na luta contra o imperialismo e na defesa do desenvolvimento do capitalismo autônomo no país.

Esse fortalecimento doutrinário não foi suficiente, entretanto, para mudar a configuração do partido, que continuou sendo quase uma extensão da burocracia sindical e previdenciária. Seu funcionamento continuou dependendo fundamentalmente da capacidade de manter o controle político sobre o Ministério do Trabalho, a Previdência Social e os sindicatos, instrumentos que o partido utilizava para manter posições de influência e dedicar-se ao jogo de favores e cargos.

⁽¹⁶⁾ Beiguelman, Paula. "O Processo Político-Partidário Brasileiro de 1945 a o Plebiscito", Brasil em Perspectiva, Rio de Janeiro - São Paulo, DIFEL, 1977, pg. 317.

A essa fraqueza ideológica corresponderá uma acentuada heterogeneidade na conduta política de seus membros.⁽¹⁷⁾ De acordo com Maranhão pode-se considerar no período a existência de três tendências no interior do Partido: um setor mais conservador constituído por políticos que acabavam, inclusive, apoiando a direita nas articulações parlamentares, "e viriam mais tarde a ser conhecidos como 'bigorrilhos' por aderir aos vitoriosos de 31 de março de 1964"; os "fisiológicos" dedicados exclusivamente ao jogo de favores e de cargos, como Ivete Vargas e Crockatt de Sá e os nacionalistas que formavam a ala esquerda do PTB e que apoiavam as reformas de base e a luta anti-imperialista, como Almino Afonso.⁽¹⁸⁾

A enorme heterogeneidade entre as várias correntes refletia-se evidentemente na sua atuação no meio sindical, onde o tipo de orientação imprimida pelos diferentes setores do Partido era também bastante distinto.

A atuação do setor mais conservador consubstanciava-se na figura dos "pelegos" vinculados ao Ministério do Trabalho e dependentes dos fundos sindicais, que controlavam a maior parte dos sindicatos, federações e confederações até o final dos anos 50. Garantindo-se nos postos sindicais fundamentalmente através de vinculações políticas com o governo, os "ministerialistas" desenvolviam uma política de controle dos trabalhadores e contenção do movimento, contrapondo-se não só aos comunistas como também aos setores do PTB que imprimiam uma maior combatividade aos sindicatos. A luta entre os setores nacionalistas e "ministerialistas" foi se acirrando progressivamente com o fortalecimento dos setores nacionalistas no movimento sindical, polarizando cada vez mais as duas correntes. Enquanto os últimos consolidavam as organizações intersindicais, os "ministerialistas" fo

(17) Cabe notar que as diferenças de comportamento político entre seus diferentes membros não é uma característica apenas do PTB, mas praticamente de todos os partidos políticos no período que vai de 46 a 64, conforme tem sido sublinhado pelos estudiosos do quadro político partidário brasileiro no período.

(18) Maranhão, Ricardo, "O Estado e a Política 'Populista' no Brasil (1954 - 1964)", in História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, o Brasil Republicano, 3º volume, op. cit., pg. 288.

ram engrossando o MSD e aliando-se cada vez mais com a direita no combate aos líderes nacionalistas.

Além dos "ministerialistas", havia também uma corrente ligada a Crockatt de Sá, que distanciava-se do conservadorismo dos primeiros e procurava imprimir uma maior vinculação dos sindicatos às reivindicações dos trabalhadores. Sua proposta em relação à política sindical restringia-se, entretanto, a uma vaga defesa do direito de greve, da luta por melhores condições de vida e da legislação trabalhista, negando-se a assumir as propostas mais radicais de transformação das estruturas sociais encaminhadas pelos setores nacionalistas. Baseando sempre sua atuação na vinculação dos sindicatos com a máquina partidária e com o governo, a política desses setores era também de controle do movimento sindical, o qual era colocado a serviço do Partido e do governo, através do jogo de cargos e favores. A declaração atribuída a Jango, que vem a seguir, é elucidativa sobre esse tipo de orientação:

"Quem manuseia os sindicatos, evita greves de 'esquerda', contrapõe-se às lideranças comunistas, mobiliza os trabalhadores para o 'queremismo janguista' e o Gilberto Crockatt de Sá".⁽¹⁹⁾

Distanciando-se ao mesmo tempo dos "ministerialistas" e dos nacionalistas, esse setor se colocava como uma corrente intermediária no movimento sindical. Sua força no interior do movimento não chegou, entretanto, a ser muito significativa, apesar dos esforços de Crockatt de Sá como assessor sindical de Goulart durante todo o período de sua presidência. A tentativa de organização mais efetiva desses setores consubstanciou-se na formação da União Sindical de Trabalhadores (UST), em setembro de 1962 por Domingos Alvarez, presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, a qual se pretendia uma força intermediária entre a liderança nacionalista representada no CGT e os "ministe -

⁽¹⁹⁾ Jurema, Abelardo, Juscelino & Jango, PSD & PTB, Rio de Janeiro, Artenova, 1979, pg. 92.

rialistas" reunidos no MSD. A UST não chegou, entretanto, a representar uma força efetiva no movimento sindical. Apesar de ter recebido um apoio inicial de Jango, a organização não conseguiu enfrentar a concorrência dos setores nacionalistas. Pressionado pelo CGT, que controlava efetivamente os sindicatos mais ativos e mais importantes do país, Jango acabou retirando seu apoio à UST, o que foi suficiente para esvaziá-la completamente, tendo praticamente deixado de existir a partir do final de 63.⁽²⁰⁾

Finalmente, a chamada ala esquerda do PTB era representada pelos setores nacionalistas que se encontravam em aliança com o PCB e que desenvolviam um tipo de atuação no movimento sindical bastante diferente da encaminhada pelos demais setores do PTB.

Por um lado, mais preocupados que as outras correntes do partido com a defesa das condições de vida da classe trabalhadora, a esquerda do PTB desenvolveu uma atuação bastante mais combativa do que a das demais tendências do trabalhismo, embora tenha mantido a orientação geral do partido de defesa da legislação trabalhista e sindical promulgada por Vargas. Por outro lado, apoiando o programa de reformas de base e as propostas de luta antiimperialista, esses setores orientaram também sua atuação no movimento sindical para a mobilização dos trabalhadores em torno das propostas nacionalistas.

Desenvolvendo, desde a morte de Vargas, uma intensa luta juntamente com o PC para derrubar os antigos "ministerialistas" que controlavam os sindicatos, a esquerda do PTB passará a ter uma presença marcante no movimento sindical, a partir do final dos anos 50 e início dos anos 60.

⁽²⁰⁾ Rodrigues, Leônicio Martins, "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)" op. cit., pg. 550.

Seria necessário destacar, entretanto, que os comunistas possuíam não só um programa de desenvolvimento nacional muito mais elaborado do que o vago nacionalismo defendido pela esquerda do PTB, como também uma política sindical muito mais definida, conforme se verá mais adiante. É assim que, apesar dos sindicatos contarem com uma presença maior dos petebistas do que dos comunistas, será o PC quem dará a tônica à aliança.

Ao contrário do PTB, o PC possuía um programa bastante desenvolvido sobre a política nacional e uma proposta de política sindical que seus membros procuraram seguir de maneira mais ou menos fiel.

Esse programa, que se expressa na declaração de março de 1958 e é reafirmado no V Congresso em 1960, consiste numa autocrítica do partido à orientação seguida nos anos anteriores.

A orientação estabelecida no Manifesto de agosto de 1950 baseava-se numa análise da sociedade brasileira, segundo a qual o governo - formado pelos latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo norte-americano - era considerado como um governo de "traição nacional" e a economia como estagnada, de onde advinha a proposta de oposição frontal ao governo, de luta pela sua derrubada e de revolução a curto prazo.

O suicídio de Getúlio e as grandes manifestações de massa de simpatia a Vargas que se seguiram, deixaram os comunistas numa situação bastante difícil, à qual o Partido tentará responder modificando pontos importantes de sua estratégia no IV Congresso realizado em novembro de 54.

Abandonando a proposta de revolução a curto prazo, o programa de 54 propõe a formação de uma ampla frente anti

imperialista e anti-feudal como etapa de transição na formação de um governo de coalisão ("um governo democrático de libertação nacional") que deveria substituir o governo de latifundiários e capitalistas. Apesar de continuar se baseando no mesmo tipo de análise da sociedade brasileira (a economia continua sendo considerada como estagnada e a política do governo como de traição nacional),⁽²¹⁾ a substituição das exigências revolucionárias por uma estratégia de reformas graduais terá conseqüências na política sindical, que passará a pregar a participação dos comunistas nos sindicatos oficiais "por mais reacionárias que possam ser tais organizações".⁽²²⁾

A prática política que será desenvolvida pelo Partido não consistirá, entretanto, numa aplicação fiel dos princípios contidos no Programa do IV Congresso. Tendo em vista a conturbada conjuntura do período e a constante ameaça de golpe que se apresenta durante os governos Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, o Partido abandona a proposta de derrubada do governo e adota uma política defensiva, procurando fortalecer os setores legalistas no governo.⁽²³⁾

É assim que o PC irá participar da campanha eleitoral de 1955 apoiando o candidato da aliança PSD/PTB, Juscelino Kubitschek, contra Adhemar de Barros (PSP) e Juarez Távora (UDN), considerados como aliados do imperialismo e dos golpistas, assim como passará a mudar seu discurso após a vitória de Kubitschek nas eleições. Logo o governo passa a não ser mais considerado como representante exclusivamente dos latifundiários e grandes capitalistas, incorporando, de acordo com a análise do Partido, forças progressistas e antientreguistas. Dessa forma, não caberia

(21) *Problemas, Revista Mensal de Cultura Política, Dezembro de 1954/Feveireiro de 1955, pgs. 29 a 35.*

(22) *Idem, pg. 77.*

(23) *Costa, Luiz Flávio de Carvalho, Nacionalismo e Alianças Políticas, dissertação de mestrado apresentada à UNICAMP, Campinas, 1976, [mimeo], pg. 56.*

mais derrubá-lo, mas sim transformá-lo gradativamente, fortalecendo as forças progressistas e alijando os setores entreguistas. O Partido abandona, assim, não só a oposição sistemática ao governo, como também a orientação no sentido de centrar sua tática na confrontação entre as classes, passando a privilegiar a luta política orientada para o Estado: "A luta por transformar o Estado travar-se-ia no interior do próprio Estado em um movimento que implicasse ao mesmo tempo apoio e oposição, sempre na procura do fortalecimento das posições consideradas progressistas presentes no governo".⁽²⁴⁾

Nesse sentido, embora o Programa só venha a se modificar efetivamente em 1958, o Partido já reorientara sua análise sobre o caráter do Estado, assim como seu programa de lutas, substituindo a proposta de derrubada violenta do governo e do regime por uma política que implicitamente apontava a viabilidade de transformação do Estado sem que fosse necessária a derrubada do governo.

É assim que as modificações na orientação do Partido se explicitarão claramente em 1958, quando se desenvolverá uma profunda revisão das posições adotadas no IV Congresso, através da Declaração de Março.

A autocrítica será encaminhada no sentido de que o Partido deixara de considerar que o processo acelerado de desenvolvimento industrial por que atravessava o país havia promovido um desenvolvimento capitalista nacional, que passara a se constituir num elemento progressista na sociedade, exigindo a independência do capitalismo nacional com relação ao capital monopolista estrangeiro e o rompimento com a estrutura agrária tradicional.

⁽²⁴⁾ Costa, Luiz Flávio de Carvalho, *op. cit.*, pg. 167.

Partindo desses princípios o PC vai considerar que o Estado brasileiro seria constituído não só de forças entreguistas, mas, também e principalmente, de setores nacionalistas que teriam interesses em promover uma política de desenvolvimento nacional e de independência com relação ao imperialismo norte-americano, em transformar radicalmente a estrutura agrária com a liquidação das relações pré-capitalistas de trabalho e em democratizar a vida política nacional.

Nesse sentido, a luta principal da sociedade brasileira seria a luta contra as forças entreguistas (as quais passam a ser consideradas "uma minoria verdadeiramente ínfima"), que seriam os sustentáculos da política de dependência com relação ao imperialismo, da manutenção das relações arcaicas no campo e das medidas antidemocráticas.

É interessante notar a esse respeito que a análise que o Partido fazia a respeito da relação com o imperialismo referia-se mais a uma realidade anterior de nosso país do que à situação em que o Brasil efetivamente se encontrava no período, marcada por vultuosos investimentos de capital estrangeiro em setores-chaves de nossa economia, notadamente no setor produtor de bens de consumo duráveis.

Com efeito, de acordo com a análise do Partido, os interesses do imperialismo estariam centrados na exploração de riquezas minerais, nos serviços básicos e no comércio exterior. Contritoriamente em relação aos fatos reais, o PC considera o imperialismo como associado ao atraso e não ao setor de ponta de nossa economia. (25)

(25) Costa, Luiz Flávio de Carvalho, *op. cit.*, pg. 278 e seguintes.

É esse tipo de análise que levará o Partido a centrar seus ataques às forças do latinfúndio, associado ao imperialismo, ao mesmo tempo que se mantém alheio à entrada de capital estrangeiro proporcionada pelas medidas econômicas implementadas pelo governo Kubitschek, as quais não chegaram a ser seriamente questionadas pelo Partido. É também em decorrência desse tipo de análise que o PC considera a burguesia nacional como um setor democrático e nacionalista que teria interesses contraditórios com o capital estrangeiro, sem perceber a aliança que efetivamente se processava entre o capital industrial nacional e o estrangeiro.

Vale destacar ainda que o Partido concentra sua crítica no imperialismo norte-americano, em virtude da predominância dos capitais norte-americanos em nossa sociedade, não dedicando maiores atenções aos capitais europeus (que tiveram uma penetração destacada na economia brasileira no período) ou de outras origens, considerados inclusive como eventuais aliados na luta contra o imperialismo norte-americano.

Na medida em que amplos setores da sociedade estariam interessados no desenvolvimento independente do país e na democratização da vida nacional, a luta por um governo nacionalista e democrático deveria ser desenvolvida por uma frente única nacionalista, que abarcaria todos os setores que se encontravam em oposição ao imperialismo norte-americano: o proletariado industrial, o campesinato, a pequena burguesia urbana, a burguesia nacional, setores de latifundiários que possuíam contradições com o imperialismo norte-americano e até os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios americanos.

Essa mudança na orientação anterior do Partido, que se estabelece com as resoluções de março de 58, será ratificada no V Congresso, que aprofunda a nova política então introduzida. Realizado em 1960, o Congresso seguirá a mesma orientação de março de 58, centrando a atuação do partido na luta pela formação de um governo nacionalista e democrático, e na proposta de formação da frente única nacionalista a quem caberia encaminhar as lutas no interior da sociedade.

A frente única tinha como plataforma de luta os seguintes pontos:

- "- A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros no país, principalmente os norte-americanos;
- A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe;
- O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do país e a superação do atraso de nossa agricultura;
- A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo;
- A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas."⁽²⁶⁾

Esse programa consistia das medidas consideradas necessárias para a etapa da revolução brasileira naquele momento, a qual é caracterizada como antiimperialista, anti-feudal, nacional e democrática. Para atingi-las o Partido considerava fundamental a atuação no sentido de fortalecer os setores nacionalistas e democráticos, visando à eliminação dos setores entreguistas do poder.

(²⁶) PCB - 20 Anos de Política, 1958 - 1979 (documentos), São Paulo, Editora de Ciências Humanas, 1980, pg. 48.

Baseando-se nessa análise, o PC procurou traçar uma política que consistiu em orientar sua ação fundamentalmente para a pressão sobre o governo e o Congresso, no sentido de viabilizar as reformas de base consideradas como fundamentais para implementar o desenvolvimento econômico e político do país. Consideradas como soluções de caráter nacionalista e democrático, as reformas de estrutura seriam o caminho para a ampliação dos direitos democráticos do povo e a aplicação de uma política independente e progressista.

Dando um destaque importante às reformas, a resolução política do V Congresso assim se referia a elas:

"Os comunistas chamam todas as forças antiimperialistas e democráticas a lutar por um programa de desenvolvimento econômico que objetive a industrialização do país com base, principalmente, nos recursos internos. A ajuda econômica estrangeira deve ser aceita sob forma de financiamento, de governo a governo, e em condições favoráveis ao nosso país e sem concessões políticas. É necessário lutar para abolir os privilégios concedidos ao capital imperialista, mediante, entre outras, as seguintes medidas: vigorosa restrição às remessas de lucros, royalties e juros, e do retorno de capital estrangeiro; encampação das subsidiárias da Brazilian Traction (Light) e da Bond and Share; extensão do monopólio estatal à distribuição, em grosso, dos derivados de petróleo; interdição aos bancos estrangeiros de receberem depósitos no país e proibição aos capitais estrangeiros de atuarem no ramo de seguros; política nacional de defesa dos nossos minérios; encampação dos frigoríficos estrangeiros. ... Um programa de desenvolvimento progressista exige a ampliação e diversificação do comércio exterior mediante a intensificação das relações comerciais com a União Soviética e outros países socialistas, a Europa e a América Latina; exige, igualmente, o monopólio estatal de câmbio em benefício exclusivo dos empreendimentos nacionais e a aplicação da receita de dívidas com prioridade para as importações essenciais. A fim de evitar que o desenvolvimento econômico se realizê, como ocorre atualmente por meio do agravamento da exploração das mas-

sas, é necessário combater a inflação e defender o valor do cruzeiro através de medidas no terreno cambial, financeiro e econômico; eliminar as emissões de papel moeda para fins improdutivos; selecionar rigorosamente o crédito, favorecendo as atividades produtivas essenciais; reduzir os impostos indiretos e aumentar os tributos que incidam sobre os altos rendimentos...

Os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa, sob formas individuais ou associadas. A fim de abrir caminho para essa reforma agrária radical é necessário lutar por medidas parciais, como a desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, com base no preço da terra registrado para fins fiscais e loteamento das terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante pagamentos módicos e a longo prazo; por um forte aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades e isenções fiscais para as pequenas propriedades; pela utilização das terras do Estado para formar núcleos de economia camponesa; pela entrega dos títulos de propriedade aos atuais posseiros e a defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem ...

Os Comunistas consideram que, nas condições atuais do mundo e de nosso país, as massas trabalhadoras podem obter importantes vitórias na luta pela elevação do seu nível de vida e pela ampliação dos direitos sociais. A fim de que os frutos do desenvolvimento econômico não sejam monopolizados por uma ínfima minoria, os trabalhadores devem lutar constantemente pelo reajustamento geral dos salários e vencimentos; pelo salário profissional e pela extensão, a todos os trabalhadores, do salário família de que gozam os servidores públicos; pela modificação da lei do salário mínimo, a fim de garantir sua revisão anual, sua extensão à família e a inclusão das despesas com instrução, recreação e contribuições de previdência. Cabe aos trabalhadores pugnar pela contenção da carestia da vida, exigindo a adoção de medidas concretas para o incentivo à produção e controle dos preços, inclusive a participação de representantes dos sindicatos nos órgãos governamentais de abastecimento de preços. Ao mesmo tempo que lutam pelo aperfeiçoamento e moralização das instituições de previdência social, devem os trabalhadores exigir a participação de representantes operários em sua direção, de acordo com a nova lei de previdência. A atual legislação trabalhista precisa ser efetivamente aplicada e aperfeiçoada, com a eliminação dos dispositivos de caráter reacionário da Consolidação das Leis do Trabalho,

e sua adaptação, no que se refere à estrutura do movimento sindical, aos dispositivos constitucionais e às conquistas práticas do movimento operário. Constitui, por fim, dever inadiável do movimento operário a luta pela garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais mas, em geral, não aplicados, pela extensão ao campo de outros direitos já conquistados pelos trabalhadores da cidade e por uma legislação trabalhista adequada ao campo, assim como pelo reconhecimento legal dos sindicatos de assalariados agrícolas.

Os Comunistas chamam todos os cidadãos a defender, firmemente, cada liberdade política, cada direito democrático inscrito na constituição, e denunciam quaisquer tentativas reacionárias de violação de legalidade. Ao mesmo tempo, consideram necessárias reformas na carta magna, com o objetivo de ampliar os direitos democráticos e possibilitar medidas mais consequentes em defesa da economia nacional e a realização de uma reforma agrária em grande escala. A consolidação da democracia exige a livre organização dos partidos políticos, sem quaisquer obstáculos para o seu registro eleitoral, a legalização do Partido Comunista Brasileiro e a eliminação das discriminações contra os comunistas que derivam do artigo 58 da Lei Eleitoral; a completa libertação das organizações sindicais da tutela do Ministério do Trabalho e a abolição de todas as formas de intervenção policial e discriminação ideológica no movimento sindical, como em qualquer outra esfera; a regulamentação do direito constitucional de greve em bases democráticas de organização para os camponeses e assalariados agrícolas; o direito de voto para os analfabetos, soldados e cabos das forças armadas; a abolição das desigualdades jurídicas que afetam as mulheres e o combate efetivo a todas as discriminações raciais e religiosas.

Os Comunistas lutam para que o desenvolvimento econômico do país se traduza na melhora substancial dos índices de educação e saúde das massas. Impõe-se, neste sentido, exigir o aperfeiçoamento e ampliação do sistema de ensino público e gratuito, mediante o aumento das verbas destinadas a instrução, devendo ser reservado ao ensino privado um papel estritamente auxiliar ... A solução dos problemas de assistência e de saúde pública está profundamente ligada ao aumento da renda nacional e à elevação do nível de vida do nosso povo. Entretanto, é preciso que as massas lutem, desde já, pelo aumento e melhoria da assistência médica fornecida pela previdência social, pela concessão de maiores verbas aos hospitais, ambulatórios, postos médicos e serviços higiênicos.

Os Comunistas chamam todos os brasileiros a lutar por uma política externa de defesa da soberania nacional e da paz mundial, que sirva à causa do desenvolvimento independente do Brasil. Esta política deve basear-se na amizade e cooperação com todos os povos, nos princípios do respeito mútuo à integridade nacional e à soberania, de não agressão, de não intervenção nos assuntos internos e de igualdade de direitos e vantagens recíprocas. O povo brasileiro está vitalmente interessado na manutenção da paz e na coexistência pacífica entre os países de regimes sociais diferentes, a fim de que possa progredir livre da ameaça de uma guerra atômica. Para alcançar uma política exterior independente e pacífica, o povo brasileiro deve lutar contra a subordinação do Brasil às exigências do Departamento de Estado Norte-Americano; pelo estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, a República Popular da China e outros países socialistas ..."(27)

Dessa forma, o Partido propunha um conjunto de reformas que atingiam o sistema agrário, cambial, tributário, bancário, de comércio externo e relação com o capital estrangeiro e sistema de ensino, além de referirem-se a um conjunto de medidas destinadas à elevação do nível de vida da classe trabalhadora e à ampliação dos direitos democráticos. Os objetivos do programa de reformas centravam-se, assim, na eliminação da dependência da economia brasileira em relação ao imperialismo e na transformação da estrutura de produção agrícola, que eram considerados como responsáveis diretos pelos sérios problemas que entravavam o desenvolvimento econômico do país e nas reformas políticas e sociais destinadas a garantir a melhoria das condições de vida da população e o aperfeiçoamento democrático.

Tais medidas, que seriam alcançadas através da luta constante contra os setores entreguistas do governo e da democratização do Estado, consistiam nos objetivos fundamentais do Partido, que passava a dirigir suas atenções fundamentalmente para o Estado.

(27) PCB - 20 Anos de Política, 1958 - 1979 (documentos), op. cit, pgs. 54 a 59.

É assim que caracterizando a etapa da revolução brasileira naquele momento como antiimperialista e anti-feudal e optando por transformar o Estado a partir de dentro (na medida em que ele passa a ser considerado como sendo integrado prioritariamente por elementos progressistas), o PC abdica de um projeto de transformação social autônomo e com conteúdo de classe, ao mesmo tempo que passa a orientar suas lutas para o Estado, desviando suas atenções do confronto direto entre as classes fundamentais.

Convém salientar que essa transformação na política do Partido durante o período caminha no sentido da adequação de sua prática às características do regime populista: orientando-se para o Estado, o Partido passa a atuar em consonância com a atração que o Estado populista exerce sobre os vários segmentos sociais e organizações políticas do país, conforme já foi ressaltado na Introdução deste trabalho.

3. Política Sindical

3.1- Integração dos Sindicatos nas Campanhas Nacionalistas

No que diz respeito ao movimento sindical, a política do PC acompanhava as propostas mais gerais de reforma da sociedade centrando-se na luta pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, pelo fortalecimento democrático e na luta contra o imperialismo e seus aliados internos, considerados como inimigos fundamentais da nação.

Nesse sentido, o Partido procurou vincular o movimento sindical tanto às lutas econômico-corporativas dos trabalhadores, como às lutas que visavam a fortalecer o processo democrático brasileiro e estabelecer maior participação dos trabalhadores na vida política do país, incrementando rapidamente a combatividade do movimento sindical e dinamizando a vida de muitos

sindicatos adaptados a uma prática mais burocratizada e assistencialista.

É preciso ter presente, entretanto, que as lutas pela melhoria das condições de vida estavam também vinculadas à proposta nacionalista defendida pelo Partido o que limitou o alcance das lutas sindicais.

Por um lado, a definição sobre o caráter da revolução (antiimperialista, anti-feudal, nacional e democrática) implicava num privilegiamento das lutas nacionalistas e numa limitação do confronto direto entre as duas classes fundamentais da sociedade, na medida em que o proletariado e a burguesia nacional encontravam-se unidos na frente única nacionalista. Conforme esclarecia Luiz Carlos Prestes, a luta contra a burguesia deveria se desenvolver "nos marcos das formas correspondentes, isto é, subordinada à tarefa principal - luta contra o imperialismo norte-americano na união de diferentes classes, incluindo o proletariado e a burguesia".^(2º)

Nesse sentido, as contradições do proletariado com a burguesia nacional, embora não devessem ser ignoradas, deveriam ser tratadas de modo a que não se rompesse a aliança, uma vez que a contradição principal seria com o imperialismo e não com a burguesia nacional, e que a exploração imperialista imporiam maiores sacrifícios ao proletariado do que o desenvolvimento capitalista.

A orientação nesse sentido é bastante enfatizada, conforme podemos notar na declaração de 58:

^(2º) Prestes, Luiz Carlos, "A Situação Política e a Luta por um Governo Nacionalista ou Democrático", Rio de Janeiro, 1959, pg. 46, citado por Koval Boris, História do Proletariado Brasileiro 1857 a 1967, São Paulo, Alfa Omega, 1982, pg. 460.

"O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista".⁽²⁹⁾

E, mais adiante:

"É indispensável ... jamais perder de vista que a luta dentro da frente única é diferente, em princípio, da luta que a frente trava contra o imperialismo norte-americano e as forças entreguistas. Neste último caso, o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação brasileira e derrotar a sua política. Já a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia, nem romper a aliança com ela, mas visa a defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, através da crítica ou de outras formas, evitando elevar contradições internas da frente única ao mesmo nível da contradição principal que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes. Assim, é preciso ter sempre em vista que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única, embora não devam ser ocultadas e venham a causar dificuldades, podem ser abordadas e superadas sem romper a unidade".⁽³⁰⁾

Por outro lado, a integração do movimento sindical na luta geral da sociedade pela libertação nacional tornava-o dependente dessa luta mais geral, na medida em que as reformas de base e o desenvolvimento do capitalismo autônomo no país eram considerados como elementos determinantes para a elevação das condições de vida dos trabalhadores.

⁽²⁹⁾ PCB - 20 Anos de Política, 1958 - 1979 (documentos), op. cit. pg. 16.

⁽³⁰⁾ Idem, pg. 17.

"Cabe ao movimento operário um papel decisivo na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas. Os comunistas lutam para que as organizações sindicais, além da defesa dos interesses profissionais dos trabalhadores, assumam uma posição cada vez mais ativa em defesa dos interesses nacionais e se integrem no movimento antiimperialista, participando de iniciativas conjuntas com outros setores patrióticos".⁽³¹⁾

Na realidade, a integração do movimento sindical no movimento nacionalista passa a ter um papel preponderante na política sindical definida pelo Partido e de acordo com ela os sindicatos deveriam orientar sua ação fundamentalmente para os objetivos políticos traçados para a frente nacionalista:

"A experiência dos últimos anos demonstra que os trabalhadores, utilizando os direitos assegurados pela Constituição da República e pela legislação trabalhista vigente, podem não só obter vitórias de caráter estritamente sindical como influir nos rumos políticos do País. Ao participarem do movimento nacionalista, as organizações sindicais contribuem para o fortalecimento da frente única nacionalista e democrática. O proletariado se esforça por assumir seu papel de vanguarda lutando ombro a ombro com todas as forças antiimperialistas e democráticas e desenvolvendo significativamente, no curso dessa luta, sua consciência política".⁽³²⁾

O importante a ressaltar é que ao estabelecer uma política que vinculava os sindicatos ao movimento nacionalista e às orientações do Partido, a liderança sindical passou também a subordinar as lutas sindicais às propostas definidas pelo Partido, o que terá consequências importantes não só na independência

⁽³¹⁾ PCB - 20 Anos de Política, 1958 - 1979 (documentos), op. cit., pg. 64.

⁽³²⁾ Resolução aprovada pela reunião nacional dos comunistas, realizada no mês de setembro de 1959, in Telles, Jover, O Movimento Sindical no Brasil, São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981, pg. 286.

dos sindicatos como também na relação entre a liderança sindical e a massa dos trabalhadores, conforme veremos mais adiante.

É importante assinalar, também, que essa política encontrava-se em perfeita consonância com a atuação da ala nacionalista do PTB. Embora o PTB não possuísse uma proposta política mais elaborada, nem uma proposta sindical definida, a ala esquerda do Partido defendia as mesmas propostas nacionalistas do PC e sempre pautara sua atuação sindical no controle dos sindicatos.

Herdeiros de Vargas, e acostumados com uma tradicional política de controle e manipulação dos sindicatos, visando obter apoio para as políticas do Estado, os setores nacionalistas do PTB esforçavam-se, também, para levar aos sindicatos a ideologia nacionalista, ao mesmo tempo que concentravam os seus esforços em mobilizá-los para o apoio às políticas de cunho nacionalista, que eram implementadas pelo governo.

É assim que o PCB e a ala nacionalista do PTB convergirão no sentido de vincular os sindicatos aos respectivos partidos e ao movimento nacionalista.

3.2- Estrutura Sindical: Organizações Horizontais de Cúpula

Tem sido já bastante enfatizada pela bibliografia brasileira a incapacidade do movimento sindical do período anterior a 64 em lutar contra a estrutura sindical corporativista e pela autonomia dos sindicatos com relação ao Estado. Apesar das constantes críticas às ingerências do Estado nas entidades sindicais e às medidas repressivas tomadas pelo governo contra os sindicatos, o movimento sindical não logrou transformar a estrutura sindical corporativista que atrela os sindicatos ao Estado.

Essa questão assume grande importância no que se refere à análise do movimento sindical do período, na medida em que a combatividade assumida pelo movimento sindical, assim como o fortalecimento dos sindicatos a nível nacional e sua crescente capacidade de interferir na vida política nacional consistiu num contraste em relação à incapacidade que demonstrou em transformar a estrutura sindical.

A questão a respeito da relação sindicato/Estado e da autonomia dos sindicatos com relação ao Estado, remete-nos, entretanto, novamente para a questão do nacionalismo, na medida em que, configurando-se como uma ideologia do próprio Estado, a ideologia do nacionalismo confundia-se com estatismo, impedindo a seus seguidores o encaminhamento de propostas de luta que se contrapusessem à visão do Estado enquanto árbitro dos conflitos sociais e protetor dos menos favorecidos.

Presente na sociedade brasileira desde os anos vinte, através do movimento dos tenentes,⁽³³⁾ a ideologia nacionalista surgiu entre nós com um forte componente de culto do Esta-

⁽³³⁾ Décio Saez desenvolve uma interessante análise do nacionalismo dos tenentes acentuando sua preocupação com a construção de um estado soberano e em defender "a centralização político-administrativa e a concentração ao nível do poder central dos instrumentos de política econômica anteriormente disseminados pelos governos estaduais". Cf. Saez, Décio, "Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil", in Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, nº 6, 1976, pg. 20.

do, na medida em que esteve profundamente ligada ao esforço de fortalecer o Estado na luta contra o poder das oligarquias regionais.

Embora o tenentismo tenha entrado em declínio apenas alguns anos após a revolução de 30, o culto do Estado continuou tendo presença na sociedade brasileira⁽³⁴⁾ tanto através do integralismo, como através da ideologia da Segurança Nacional durante os anos de guerra. Seu maior desenvolvimento, entretanto, se dá nos anos 50, atingindo seu apogeu a partir de 55, quando as relações com o capitalismo internacional tornam mais contundente a questão da limitação da soberania nacional e o aparelho estatal passa a difundir uma ideologia de afirmação do sentimento nacional contra os interesses estrangeiros. Configurando-se como ideologia do próprio Estado (a quem caberia promover a luta contra os interesses estrangeiros e salvaguardar a soberania nacional), a ideologia do nacionalismo assume, assim, características bastante peculiares que podem ser definidas pelo estatismo presente no culto do Estado, na luta pelo seu fortalecimento e no apoio ao intervencionismo estatal sobre a sociedade. A decorrência mais importante do culto do Estado foi, sem dúvida, o mito do Estado protetor, elemento central da ideologia do populismo, segundo a qual cabe ao Estado defender as classes dominadas na luta contra as classes dominantes.⁽³⁵⁾

É assim que a ideologia nacionalista se estendeu do Estado para a sociedade e os partidos políticos, passando a subordinar as correntes políticas que a abraçaram ao próprio Estado e à ideologia do populismo.

⁽³⁴⁾ A discussão a respeito do nacionalismo, que vem a seguir, apoia-se no trabalho de Décio Saez, citado anteriormente.

⁽³⁵⁾ Boito Jr., Armando, "A Ideologia do Populismo Sindical", Teoria e Política nº 2, São Paulo, Editora Brasileira de Debates Ltda., 1980.

O processo de adesão ao nacionalismo e ao populismo ocorreu, entretanto, de forma bastante diferente no PTB e no PCB.

No caso do PTB, a adoção do nacionalismo terá lugar com o suicídio de Vargas quando, conforme já se salientou, o Partido passa a encampar a luta contra o imperialismo e a defesa do desenvolvimento do capitalismo autônomo no país. Todavia, tendo sido dependente do Estado desde a sua formação, a adoção do nacionalismo não representará para o trabalhismo uma modificação mais significativa na sua relação com o Estado. Apesar de dividido em diferentes facções, o Partido manteve-se sempre dependente do Estado e seguiu durante toda a sua vida uma orientação de culto do Estado e de fortalecimento do poder estatal.

No caso do PCB, entretanto, a situação apresenta uma outra configuração. Tendo começado a se aproximar do nacionalismo desde 34, com a entrada dos militares no Partido⁽³⁶⁾, o PCB adotou o estatismo, passando a apoiar o fortalecimento do Estado e as medidas estatizantes tomadas pelos diferentes governos. Seria necessário lembrar, entretanto, que o PCB desenvolveu diferentes análises a respeito do caráter do Estado Brasileiro que orientarão diferentes formas de atuação do Partido, embora a orientação nacionalista tenha se mantido sempre presente.

Apesar de ter enfatizado sempre a luta contra o imperialismo, aliado aos setores mais retrógrados da sociedade brasileira, o Partido evoluiu, conforme já foi destacado anteriormente, de uma análise que considerava o Estado como aliado do imperialismo para uma análise que apontava o seu caráter heterogêneo, na medida em que representava não só os interesses dos latifundiários e capitalistas associados ao capital estrangeiro, mas também da burguesia ligada aos interesses nacionais.

⁽³⁶⁾ Rodrigues, Leônico M., "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964), op. cit., pg. 437.

Passando a considerar, a partir das Resoluções de março de 58, que a economia brasileira encaminhava-se em termos de tendências para um "capitalismo de Estado de caráter nacionalista e progressista"⁽³⁷⁾ e que o regime político tendia para um processo de democratização em virtude da presença cada vez maior em seu seio de forças interessadas no desenvolvimento independente da economia nacional, o Partido se inclinará, a partir de então, para uma aliança com o sistema político e com o peculiar modelo de dominação burguesa que representou o Estado populista, aderindo também à ideologia do populismo que confere a o Estado o papel de defender as classes subordinadas.

Evidentemente, esse tipo de orientação teve profundas repercussões na política sindical do Partido e na luta pela liberdade sindical.

Por um lado, a própria política de aliança com o PTB - eterno defensor da CLT - e com o Estado populista limitavam a possibilidade de adoção de uma política concreta de libertação dos sindicatos com relação ao Estado. Por outro lado, ao adotar a ideologia do populismo, que possui como elemento central o mito do Estado protetor, o Partido abraçou também a sua manifestação a nível sindical, que consiste em colocar nas mãos do Estado a iniciativa de organizar as classes trabalhadoras.⁽³⁸⁾

Referendando o papel do Estado como defensor e organizador das classes dominadas, o Partido se tornou incapaz de encaminhar a luta pela criação de organizações autônomas do proletariado, tendo ao contrário cumprido o papel de defensor do sindicalismo de Estado.

Apesar de serem constantes as referências nos pronunciamentos dos líderes sindicais nacionalistas à necessidade de se encaminhar a luta pela liberdade e autonomia sindicais, eles não de

(37) PCB - 20 Anos de Política, 1958 - 1979 (documentos), op. cit. pg. 4.

(38) Boito Jr., Armando, op. cit.

se desenvolveram nenhuma luta concreta contra os pontos fundamentais da estrutura sindical corporativista, a saber: a necessidade de reconhecimento dos sindicatos pelo Estado, a unicidade sindical, ou seja, o sistema de sindicato único imposto por lei e o imposto sindical,⁽³⁹⁾ não tendo desenvolvido nenhuma proposta concreta que pudesse colocar nas mãos dos trabalhadores a decisão de como organizar os seus sindicatos, como garantir a sua unidade, bem como de como financiá-los.

É assim que a luta pela liberdade sindical, encaminhada pela aliança PTB/PCB, restringiu-se apenas à liberdade de ação sindical: as reivindicações de liberdade não incidiam sobre a estrutura sindical como um todo e não se expressavam na exigência de uma nova legislação que garantisse à liberdade dos sindicatos um estatuto legal.

Dessa forma, a luta pela liberdade sindical se traduziu no encaminhamento de reivindicações como o relaxamento do controle governamental sobre os sindicatos e a defesa do direito de greve, que embora permitissem maior liberdade de ação às organizações sindicais, não eram suficientes para modificar a essência da estrutura sindical corporativista.

Essa concepção da liberdade sindical pode ser percebida claramente, por exemplo, na Resolução aprovada pela reunião nacional dos comunistas, em setembro de 1959, onde o aperfeiçoamento da legislação trabalhista é apontado como uma das reivindicações da maior atualidade e é compreendido fundamentalmente como o relaxamento do controle estatal sobre o sindicato e a garantia do direito de greve:

"Assume primordial importância a mobilização e luta dos sindicatos pela aprovação do projeto de lei que regulamenta democraticamente o direito de greve e revoga o decreto 9.070, bem como contra as tentativas de revigoramento do atestado de ideologia e qualquer

⁽³⁹⁾ Apoiamo-nos, aqui, em Boito Jr., Armando, *op.cit.*

cerceamento às liberdades sindicais. Na luta pelo aperfeiçoamento da estrutura sindical é necessário pugnar para que se estabeleça como norma a criação de federações e confederações e a reestruturação das mesmas em congressos e conferências, que os sindicatos criem representações nos locais de trabalho, tendo como principal objetivo fiscalizar a execução das leis e auxiliá-los na realização de tarefas sindicais; que, de acordo com a portaria nº 126, de 26/8/58, todos os sindicatos, federações e confederações procedam à modificação de seus estatutos, inserindo nos mesmos as conquistas democráticas obtidas pelo movimento sindical e que dão maior autonomia às entidades; estas modificações devem ter em conta as condições concretas de cada categoria profissional; que sejam incluídas nos projetos de lei em curso ou em lei especial, garantias para os diretores de sindicatos e delegados sindicais, assegurando sua permanência no emprego e respeito à execução de suas funções; que seja contado nas empresas como serviço ativo para todos os efeitos previstos em lei, o tempo em que qualquer associado foi chamado pela classe a exercer funções sindicais que o obriguem a licenciar-se da produção".⁽⁴⁰⁾

Como se pode notar, a resolução não aborda os pontos centrais da estrutura sindical corporativista, que impedem os sindicatos de garantir sua independência em relação ao Estado, restringindo-se à reivindicação de maior liberdade de ação para os sindicatos.

Aliás, a aceitação da estrutura sindical está explícita nas resoluções com relação ao movimento sindical, presentes no V Congresso, aonde a única proposta concreta de transformação da estrutura sindical é a da unificação horizontal dos sindicatos:

"Os sindicatos e demais organizações profissionais não devem servir a objetivos que dividam os operários, mas constituir instrumentos de unidade de ação dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas

⁽⁴⁰⁾ Resolução aprovada pela Reunião Nacional dos Comunistas, realizada no mês de setembro de 1959, in Telles, Jover, op. cit. pg. 286.

e políticas que atuam no movimento sindical e dos trabalhadores ainda desorganizados e sem filiação partidária. Para obter unidade de ação os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações. Ao mesmo tempo que defendem as conquistas da legislação social devem chamar as massas a concretizá-la, a aperfeiçoá-la e ampliá-la ... Os comunistas devem atuar no sentido de coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal. Trabalhando para aperfeiçoar a forma vertical de organização, esforçam-se para que seja instituída legalmente a forma horizontal de organização desde o município e o Estado até a Central Unitária que deve ser a expressão da unidade nacional dos trabalhadores." (1)

É em função dessa concepção que os setores nacionalistas vão centrar seus esforços na criação e consolidação das organizações intersindicais como o PUA, FSD, CPOS e, finalmente, o CGT, criado no IV Encontro Sindical Nacional.

Dessa forma, a luta pela transformação da estrutura sindical se manteve bastante restrita durante o período, limitando-se à reivindicação de liberdade de ação para os sindicatos e à luta pela unificação horizontal das entidades sindicais.

Não há dúvida de que as intersindicais constituíram-se numa forma organizativa de grande importância para o movimento sindical, na medida em que permitiam uma maior unidade e ampliavam o poder de pressão dos sindicatos. Aliás, não é por outro motivo que tanto os empresários como o governo sempre tentaram impedir a legalização das intersindicais. A esse respeito, vale lembrar que as tentativas feitas nesse sentido durante o período foram sempre repudiadas, como foi esse inclusive um dos motivos que levou o presidente João Goulart a se indispor com o Ministro do Trabalho Almino Afonso, em 1963, e que culminou com

(1) PCB - 20 Anos de Política - 1958 - 1979 (documentos), op.cit. pg. 64.

sua demissão em junho⁽⁴²⁾. Com efeito, o Ministro vinha prestigiando as intersindicais e chegara, inclusive, a revogar uma "portaria ministerial que determinava a intervenção nas organizações sindicais que desrespeitassem a rígida estrutura estabelecida na CLT."⁽⁴³⁾

(⁴²) O comentarista Carlos Castello Branco alude a esse desentendimento da seguinte forma: "...suas medidas (do Ministro do Trabalho) no que se refere ao CGT e, mais recentemente, a uma propalada criação de delegados de fábrica reconhecida pelo Ministério, estariam contrariando o Sr. João Goulart e engrossando o descontentamento dos setores empreguistas da banca-da". Castello Branco, Carlos. Introdução à Revolução de 1964, II Tomo, Rio de Janeiro, Arte Nova, 1975, pg. 162.

(⁴³) FOLHA DE SÃO PAULO, 24/03/1979, pg. 3. Tal portaria embora não legalizasse o CGT, permitia que a organização pudesse continuar existindo sem ser ameaçada de intervenção, conforme podemos notar:
"Portaria Ministerial GM - 125:

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 141, parágrafos 11 e 12, assegura os direitos de associação e de reunião que nenhuma disposição legal ou regulamentar pode anular, e no § 2º daquele artigo, estabelece que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Considerando que a Consolidação das Leis do Trabalho não proíbe nem poderia proibir, em face do mandamento constitucional, a existência de organismos de coordenação entre as entidades sindicais para o trato de problemas que não se limitam pela competência de cada uma delas em particular (artigo 511), porque envolvem interesses de todas em geral (inflação, custo de vida, níveis salariais, etc.);

Considerando que esses organismos, para terem existência, em face da Constituição, não dependem de reconhecimento e, em face da Consolidação das Leis do Trabalho, apenas não possuem a representatividade conferida às entidades sindicais que especifica para os fins pré-fixados;

Considerando que a realidade social, que deve informar a feitura das leis, revela a multiplicação de organismos daquela natureza, de base municipal, regional, estadual e nacional;

Considerando que a observação da história do sindicalismo em outros países mostra o aparecimento deste tipo de organização, como ocorreu nos Estados Unidos (A.F.L. - C.I.O.), na França (C.G.T. - C.F.D.T. - F.O.), na Itália (C.G.T.I.) e outros países;

Resolve:

Artigo 1º - Revogar a portaria nº 129, de 23 de setembro de 1954, publicada no Diário Oficial de setembro de 1954.

Artigo 2º - Deverá o Ministério Público do Trabalho, através do respectivo Procurador Geral, tomar as necessárias providências no sentido de que sejam arquivados os processos instaurados com fundamento no art. 4º da referida Portaria."

Boletim Mensal Informativo - CNTI, Ano II, nº 16, abril de 1963, pg. 24 e 25.

Mas embora as intersindicais se constituíssem numa forma de organização horizontal não permitida pela estrutura sindical, elas não significavam uma forma de organização autônoma dos trabalhadores, uma vez que eram organizações de cúpula que tinham sua base nos próprios sindicatos atrelados ao Estado.

Dessa forma, embora os setores nacionalistas tenham proposto uma modificação na estrutura sindical, escolheram um caminho que não lhes permitia transformar a essência dessa estrutura, tornando-se incapazes de quebrar o atrelamento dos sindicatos ao Estado.

Na verdade, as propostas de transformação da estrutura sindical só foram defendidas no movimento sindical pelas correntes que se mantiveram em oposição à aliança PTB/PCB como o Movimento Sindical Democrático e o Movimento de Renovação Sindical.

Nesse sentido, é interessante notar como que ao se contraporem às medidas propostas pelas correntes que a elas se opunham, as forças nacionalistas se encontravam na incômoda posição de defender abertamente a vinculação dos sindicatos ao Estado.

A esse respeito, vale a pena lembrar os comentários feitos por Carlos Renato Costa na Revista Brasiliense, em que o autor critica as posições do movimento renovador contra os setores nacionalistas.

No que diz respeito às relações dos sindicatos com o Estado, o artigo deixa bem clara sua posição contra a "ingerência tolhedora" do Ministério do Trabalho, mas não a favor de um desligamento dos sindicatos com relação ao Estado:

"Nos estatutos das diversas associações profissionais (...) constam os itens com a 'afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional'. (Grifo de C.R.C.)

Não nos parece sejam contraproducentes tais preceitos. Não foi com base neles e na cooperação que deve existir entre o sindicato e o Estado, que foi aprovado o projeto-lei que faculta aos dirigentes sindicais a cooperarem com a COFAP, a COAP e COMAPs, contra as fraudes e imoralidades no comércio? Não foi com base nesse preceito que os dirigentes sindicais providenciaram a elaboração e a apresentação do projeto-lei permissivo de cooperação dos mesmos com o governo na fiscalização das leis trabalhistas?"⁽⁴⁴⁾

E, mais adiante:

"Afirmam, pois, os renovadores, que o Estado prejudica as relações que devem existir entre empregados e empregadores. Procuram suprimir essa interferência. Isso, todavia, contraria o princípio do SUPRIMENTO DA DEBILIDADE ECONÔMICA (grifo de C.R.C.) dos órgãos estatais trabalhistas, tão repetido pelos doutrinadores, segundo o qual, face à fraqueza econômica dos trabalhadores frente aos patrões, o Estado, por meio dos referidos órgãos 'cobre' essa diferença, com o que se obtém o necessário nivelamento ou igualdade de condições nos litígios."⁽⁴⁵⁾

O mesmo tipo de posição pode ser notada, ainda, a respeito da questão do imposto sindical. Em comentário a respeito da resolução do MSD e do MRS, tirada em reunião do dia 10 de agosto de 1960, no sentido de lutar pela extinção do imposto sindical, um líder nacionalista observa:

⁽⁴⁴⁾ Costa Neto, Carlos Renato, "O que é o movimento de renovação sindical", op. cit., pgs. 69 e 70.

⁽⁴⁵⁾ Idem, pg. 72.

'Este imposto foi no passado base de financiamento para viagens turísticas, dos banquetes e orgias promovidas por 'pelegos' e altos funcionários do Ministério do Trabalho. Mas hoje, graças a uma vigilância dos trabalhadores, tem sido em boa parte, aplicado direta ou indiretamente em seu benefício. Sua extinção, de um momento para o outro, redundaria, ao contrário, ao menos por algum tempo, no desaparecimento de algumas centenas de entidades sindicais e contribuiria para a pluralidade sindical com o aparecimento dos chamados Sindicatos Cristãos'

(⁴⁶)

Vale destacar, ainda, o mesmo tipo de orientação presente no apelo do presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, ao Ministro do Trabalho, no sentido de que este exercesse o papel de unificador das entidades sindicais por ocasião da cisão entre os setores nacionalistas, os "ministerialistas" e os "renovadores", no III Congresso Nacional realizado em agosto de 1960. (⁴⁷)

Dessa forma, a questão da luta contra a estrutura sindical acabou sendo desprezada pelos setores nacionalistas que vinham se fortalecendo no interior do aparelho sindical, os quais se demonstraram incapazes de propor a libertação dos sindicatos ao Estado, deixando nas mãos da direita as propostas de transformação da estrutura sindical brasileira.

É assim que o movimento sindical do início dos anos 60 se caracteriza por uma profunda ambigüidade que se expressa, ao mesmo tempo, no progressivo fortalecimento dos sindicatos e na incapacidade que demonstraram em superar os limites que sempre marcaram a vida sindical brasileira.

(⁴⁶) Chámorro, Antonio, "O III Congresso Nacional de Trabalhadores", Revista Brasiliense, set/out de 1960, pgs. 77 e 78.

(⁴⁷) Última Hora, 23/08/60.

Por um lado, a política definida pelos setores nacionalistas levou os sindicatos a desenvolverem uma atuação muito mais combativa do que quando eram liderados pelos setores "ministerialistas" que sempre empreenderam uma rígida política de controle dos trabalhadores. Essa maior combatividade, que foi por seu lado fortalecida pela unificação dos sindicatos, permitiu-lhes adquirir, naquela conjuntura, um efetivo poder de influência nas decisões políticas.

Por outro lado, a política sindical dos setores nacionalistas não só impedia-os de desenvolverem uma atuação mais combativa com relação à libertação dos sindicatos ao Estado, como também enfraquecia sua penetração na massa de trabalhadores na medida em que ao privilegiarem as campanhas nacionalistas e a luta pelas reformas de base, os sindicatos nem sempre conseguiram dar direção às insatisfações econômico-profissionais manifestadas pela base, conforme se verá mais adiante.

CAPÍTULO IILIDERANÇAS SINDICAIS E BASES OPERÁRIAS

1. Níveis de Sindicalização e Participação Sindical

Apesar de ser difícil o levantamento do índice de sindicalização no Brasil, os estudiosos do sindicalismo têm frequentemente sublinhado que as taxas de sindicalização entre nós são relativamente baixas⁽¹⁾

Em 1960, a sindicalização apresentava o seguinte quadro:

NÚMERO DE ASSOCIADOS DOS SINDICATOS DE EMPREGADOS
POR RAMOS DE ATIVIDADE

RAMO DE ATIVIDADE	NÚMERO DE ASSOCIADOS
INDÚSTRIA	692.184
COMÉRCIO	203.469
TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS E AÉREOS	89.135
TRANSPORTES TERRESTRES	122.466
COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE	25.476
EMPRESAS DE CRÉDITO	67.670
EDUCAÇÃO E CULTURA	17.255
TOTAL	1.217.655

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE, 1963, pg. 82

(¹) Cf. Rodrigues, José Albertino, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, op. cit.; Rodrigues, Leôncio Martins, Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1966 e Industrialização e Atitudes Operárias, São Paulo, Brasiliense, 1970 e Flüchtner, Hans, op. cit.

Considerando que a população urbana economicamente ativa era de 10.483.120, segundo o Censo de 1960,⁽²⁾ esses dados apontam efetivamente para taxas de sindicalização bastante baixas (11,6%), se comparadas com outros países capitalistas industrializados.⁽³⁾

Seria necessário considerar, entretanto, que os índices de sindicalização variam de acordo com os ramos de atividade. Se se compara o número de trabalhadores industriais sindicalizados com o total da população empregada na indústria em 1960, é possível verificar que esses setores apresentam índices de sindicalização bastante superiores em relação ao índice de sindicalização do conjunto da P.E.A.Urbana.

NÚMERO DE SINDICALIZADOS E PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA

Média Mensal dos Operários Ocupados na Indústria	Número de Associados a Sindicatos de Trabalhadores Industriais	Índice de Sindicalização
1.509.713	692.184	45,84%

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE, 1963, pgs. 82 e 273

(2) *Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, Vol. I, Tomo II - IBGE, pg. 6.*

(3) *De acordo com Pizarro e Calsing, nos primeiros anos da década de 70 o Chile tinha em torno de 30% dos seus empregados urbanos sindicalizados e na maioria dos países latino-americanos a porcentagem de sindicalização fica ao redor dos 15% da população sindicalizável. Já para os países desenvolvidos as taxas são significativamente mais altas: em meados da década de 60 os Estados Unidos e a Alemanha apresentavam taxas de aproximadamente 30% e a Inglaterra de 40%. Já nos Países Baixos a sindicalização estava em torno dos 50%, enquanto na Dinamarca e na Suécia ultrapassava os 70%.*

Pizarro, C. Crisóstomo e Calsing, Eliseu F., "Sindicatos, Demanda Operária e Reforma Institucional na Década de 70", Versão Preliminar do Relatório-Técnico do Projeto de Política Social, CNRH, IPEA, 1982, (mimeo), pg. 6.

Todavia, apesar do índice de sindicalização ser muito mais significativo no caso dos trabalhadores industriais, é necessário considerar que ele não reflete fielmente a realidade, na medida em que os dados relativos à sindicalização referem-se ao número de pessoas inscritas no sindicato e não àque-
las que estão em dia com suas obrigações associativas. Levando-se em conta que grande número de trabalhadores inscrevem-se nos sindicatos apenas para poderem utilizar-se, momentaneamente, de seu aparelho jurídico e assistencial, deixando de frequentá-lo uma vez atendidas as suas necessidades, Albertino Rodrigues considera que apenas 2/3 (dois terços) ou metade dos sindicalizados computados poderiam ser contabilizados como sócios com participação sindical.⁽⁴⁾

Utilizando outro procedimento - o número de trabalhadores que votou nas eleições sindicais - Leôncio Martins Rodrigues chega a taxas bastante inferiores de participação sindical: 10% de votantes entre os metalúrgicos, 10% entre os têxteis (1961), 21% entre os gráficos e 7% entre os trabalhadores da indústria química e farmacêutica (1962).⁽⁵⁾

Tais dados sugerem que a grande massa de trabalhadores industriais encontrava-se alheia à atividade sindical, apesar da mobilização geral da sociedade observada durante esses anos.

Seria interessante verificar, ainda, que as taxas de sindicalização vinham se elevando, apesar de que, mais uma vez, seria necessário relativizar os dados sobre o número de sindicalizados, na medida em que não consideram o movimento geral de entrada e saída dos sindicatos:

(4) Rodrigues, José Albertino, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, op. cit., pg. 135.

(5) Rodrigues, Leôncio Martins, Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização, op. cit., pg. 95.

ASSOCIADOS DOS SINDICATOS DE EMPREGADOS NO BRASIL

ANO	NÚMERO DE ASSOCIADOS	ÍNDICE
1952	747 309	100
1953	823 693	110
1954	908 061	122
1955	886 121	119
1956	1 012 223	135
1957	1 087 737	146
1958	1 060 594	142
1959	1 148 710	154
1960	1 125 910	151
1961	1 203 570	161

FONTE: Rodrigues, José Albertino, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, op. cit., pg. 134

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Anuário Estatístico - IBGE, 1955 a 1963

É preciso destacar, todavia, que devido às características peculiares do sindicalismo brasileiro, os índices de sindicalização não podem ser tomados isoladamente como fator de representatividade dos sindicatos. Com efeito, devido ao caráter assistencialista que os sindicatos assumiram no Brasil com o advento do imposto sindical, grande número de trabalhadores é levado a inscrever-se nas suas organizações de classe tendo em vista os serviços assistenciais que elas oferecem e não sua capacidade de defesa dos interesses da categoria. Isso significa que o incremento da sindicalização não corresponde obrigatoriamente a uma intensificação da representatividade do sindicato em relação ao conjunto dos trabalhadores.

A questão da identificação dos sindicatos com suas bases durante o período é, entretanto, uma questão bastante complexa e que está determinada por um conjunto de fatores sobre os quais seria necessário que nos detivéssemos um pouco mais.

2. Política Sindical e Representatividade dos Sindicatos

Conforme procuramos elucidar no capítulo anterior, a política sindical definida pelo PCB enfatizava a luta pelas reformas de base, pelo fortalecimento democrático e pela melhoria das condições de vida da população.

A estratégia traçada implicava, no entanto, num privilegiamento das lutas nacionalistas e pelo fortalecimento democrático em detrimento das lutas que colocavam em confronto direto os trabalhadores e o empresariado. Por um lado, a proposta de aliança com a burguesia nacional tornava necessário que as contradições entre esse setor da burguesia e o proletariado fossem tratadas de forma a não romper a unidade da frente única nacionalista, como já demonstramos anteriormente. Por outro lado, o baixo nível de vida da população era considerado como decorrência dos problemas nacionais que impediam o desenvolvimento do capitalismo autônomo no país, conforme podemos notar mais uma vez na declaração abaixo:

"... os comunistas compreendem que é necessário redobrar esforços na luta pela paz, contra a dominação dos imperialistas norte-americanos, pela reforma agrária, pelas liberdades democráticas e demais reivindicações populares; que é urgente objetivar a ação objetivando a instauração no país de um governo de coalisão nacionalista e democrática, no qual estejam representadas todas as forças interessadas na solução dos problemas postos na equação pela realidade brasileira - desde o proletariado até a burguesia ligada aos interesses nacionais. Nosso partido foi fruto do avanço da consciência de classe do proletaria-

do que compreendeu não dever limitar suas lutas ao terreno econômico e sim elevar sua ação tendo em vista alcançar uma modificação qualitativa no Poder Político do país. Cabe, assim, aos comunistas o dever imperioso de ganhar as amplas massas de nosso povo para a compreensão da importância da realização dessa tarefa..."⁽⁶⁾

Considerando que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores só ocorreria se acompanhada de reformas estruturais do capitalismo brasileiro, o Partido buscava orientar os sindicatos fundamentalmente para a luta pelas reformas de base e pelo fortalecimento dos setores nacionalistas no governo.⁽⁷⁾

É assim que na medida em que os setores nacionalistas foram se fortalecendo nos sindicatos, estes passaram também a se orientar para as propostas nacionalistas, as quais se expressavam não só nas resoluções dos Encontros e Congressos, como nas mobilizações e greves políticas que marcaram o período.

Já em 1960, as lideranças sindicais aprovam no III Congresso Sindical Nacional uma Declaração de Princípios, de conteúdo essencialmente nacionalista:

"Os trabalhadores do Brasil, reunidos no III Congresso Sindical Nacional, após discutir as questões mais candentes da situação econômica e política de nossa Pátria, aprovaram a seguinte declaração, pela qual lutam e lutarão unidos com todo o povo brasileiro:

⁽⁶⁾ Telles, Jover, "O PCB - Partido da Classe Operária", Novos Rumos, 23 a 29 de março de 1962, suplemento especial nº 162.

⁽⁷⁾ Entrevista realizada com Rafael Martinelli, em julho de 1980.

- 1- Defendemos intransigente e incansavelmente as liberdades democráticas expressas em nossa Constituição, não admitindo retrocessos no desenvolvimento da democracia brasileira, porque, na experiência brasileira própria sabemos que os trabalhadores e suas organizações sindicais são os primeiros a serem atingidos por quaisquer medidas antidemocráticas.
- 2- Em defesa da liberdade nos pleitos eleitorais, somos pela revogação do artigo 58 da Lei Eleitoral que fere frontalmente o texto constitucional e os sagrados interesses do nosso povo. Reclamamos o amplo direito de greve e a revogação da lei 9070.
- 3- Somos pela unidade de todo o povo brasileiro na luta contra os interesses internacionais, pelo progresso do Brasil, bem-estar do povo e democracia, contra qualquer discriminação política, ideológica, religiosa ou filosófica. Lutamos pelo desenvolvimento independente da economia nacional, somos favoráveis ao monopólio estatal do petróleo e lutaremos por ele, como vem sendo realizado pela Petrobrás, empresa a qual consideramos intocável; pela extensão do monopólio estatal à importação e distribuição do petróleo e seus derivados; pela nacionalização das empresas estrangeiras de energia elétrica e pela constituição da Eletrobrás para a produção da borracha natural, sintética e da compra e venda de trigo; somos pela nacionalização dos frigoríficos estrangeiros, dos bancos de depósitos e contra o retorno indisciplinado dos lucros do capital estrangeiro.
- 4- Lutamos por uma política nacionalista e independente de defesa dos interesses nacionais e pugnamos: pelo estabelecimento e ampliação das relações comerciais e diplomáticas e culturais com todos os países, independentemente do regime vigente nos mesmos e levando em conta, somente, o benefício mútuo, principalmente os interesses do Brasil. Somos também: contrários à alienação, a quem quer que seja, de qualquer parte do território nacional; pelo reforçamento da solidariedade dos povos e dos trabalhadores dos países da América Latina, na luta contra os monopólios dos Estados Unidos e pela defesa da soberania nacional de cada país; contrários à intervenção econômica ou militar contra o glorioso povo cubano, com cuja luta nos solidarizamos; favoráveis à unidade e à luta de todos os povos do mundo pela paz e pelo desarmamento universal. Reclamamos e lutaremos pela reforma do atual sistema sindical, de acordo com o

espírito do artigo 159 da Constituição Federal, pela completa existência da liberdade e autonomia sindical, contra qualquer interferência governamental no movimento sindical e somos pela aprovação do projeto de regulamentação do sagrado direito de greve.

- 5- Somos pela completa liberdade, para manter relações com as organizações internacionais, cuja decisão deve ser um direito exclusivo das entidades sindicais e não do governo ou do parlamento nacional. Quanto à filiação, somos pela autonomia em relação às organizações internacionais e favoráveis à luta pelo rápido restabelecimento da unidade internacional dos trabalhadores.
- 6- Manifestamo-nos, também, pela modificação da atual estrutura econômica e social existente no campo brasileiro e lutamos por: uma reforma agrária que liquide os latifúndios e dê terra aos que trabalham; pela extensão dos direitos consignados na CLT aos trabalhadores do campo; somos pela defesa da pecuária nacional e dos consumidores no mercado da carne e somos contra a carestia de vida e contra os sonegadores de alimentos necessários à alimentação do povo; somos pelos rápido reconhecimento das associações de assalariados agrícolas e dos camponeses; lutaremos contra o projeto de Diretrizes e Bases e pela defesa e aplicação da escola pública." ()

Também no IV Encontro Sindical Nacional é aprovada uma declaração à Nação, aos Trabalhadores e ao Povo, onde é enfatizada a necessidade de luta contra o imperialismo e o latifúndio:

"Os trabalhadores e suas organizações sindicais, reunidos em São Paulo no seu IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL, com cerca de 4.000 delegados de todo o país e todas as categorias profissionais, reafirmam a sua firme disposição de lutar, com apoio de todas as forças nacionalistas e democráticas, contra o imperialismo e o latifúndio - causas essenciais da crise em que vivemos.

Coerentes com os pronunciamentos assinados pelos dirigentes sindicais definindo a posição dos trabalhadores face aos problemas que afligem a Nação, reafirmamos mais uma vez que não haverá solução favorável ao povo pela forma como procedem as cúpulas partidárias e o Governo, com conciliações que atendem aos trustes e monopólios, seus agentes, inimigos da Nossa Pátria.

(⁸) Chamorro, Antonio, "O III Congresso Nacional de Trabalhadores", Revista Brasiliense, set/out de 1960, pgs. 83 e 84.

Só com a participação dos trabalhadores, dos patriotas civis e militares derrotaremos nossos inimigos.

Examinando profundamente e coletivamente a situação econômica, política e social do nosso país, concluímos que não houve, que não se tomou nenhuma medida eficiente para enfrentar as causas do atraso e da miséria em que vive o nosso povo. Por isso estamos convencidos de que se não lutarmos com energia, essa situação se agravará muito mais.

Concluimos, também, que apoiados na opinião e ação de todo o povo, afirmamos nossa disposição de nos manter unidos, vigilantes e organizados para prosseguirmos, sem desfalecimento, nossa luta, para tornarmos realidade o programa de 18 pontos (9) que constitui nossa bandeira de luta. Ao denunciarmos a conciliação que se realiza contra os interesses da Nação

(9) O programa de 18 pontos consistia das seguintes reivindicações:

1. luta concreta e eficaz contra a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para a condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até ao confisco dos estoques existentes;
2. reforma agrária radical e imediato reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais;
3. reforma urbana como única solução para o problema da casa própria;
4. reforma bancária com a nacionalização dos depósitos;
5. reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das Forças Armadas e a instituição da cédula única para as eleições de 7 de outubro;
6. reforma universitária e a participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários;
7. ampliação da atual política externa do Brasil pela conquista de novos mercados, em defesa do desarmamento total e autodeterminação dos povos;
8. repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional;
9. a aprovação da lei que assegure o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e congressos;
10. encampação com tombamento de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos;
11. controle da inversão de capitais estrangeiros no país e limitação da remessa de lucros;
12. participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;
13. revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais;
14. fortalecimento da Petrobrás com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares;
15. medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás;
16. criação da Aerobrás instituindo o monopólio estatal na aviação comercial;
17. manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas, na importação e na exportação, as embarcações mercantes nacionais;
18. aprovação da lei que institui o 13º salário."

Telles, Jover, O Movimento Sindical no Brasil, op. cit., pgs. 168 e 169.

e do Povo, conclamamos a todos os nacionalistas, democratas, patriotas, que agora necessitamos multiplicar nossas energias, nossa mobilização e nossa organização. Este é um momento que exige de todos nós maior esforço porque assim, unidos, conquistaremos nossas reivindicações e direitos. Mantenhamos as nossas organizações em Assembléias Permanentes. Organizemos comissões nos locais de trabalho; multipliquemos os nossos efetivos sindicais. Discutamos nossas resoluções e decisões para aplicá-las.

Lutaremos com energia para que as forças imperialistas e dos latifundiários não continuem a expoliar e roubar o povo brasileiro.

Defendamos com energia as liberdades democráticas e sindicais. Lutaremos pelo direito do voto para os soldados e analfabetos. Exigimos a democratização da Lei Eleitoral e legalização de todos os partidos políticos. Lutaremos contra a Lei de Segurança Nacional, pela ampla liberdade da imprensa falada, escrita e televisionada.

Não aceitaremos o substitutivo Jefferson de Aguiar e exigimos a imediata aprovação do projeto de lei originário da Câmara dos Deputados sobre o Direito de Greve.

Exigimos medidas reais contra os trustes e os monopólios. Lutemos pela Reforma Agrária radical, com acesso à terra aos camponeses pobres e medidas complementares de amparo ao trabalhador rural.

TRABALHADOR:

Consideramos justas todas as reivindicações que os participantes do IV ENCONTRO, com tanto calor e firmeza defenderam no decorrer dos debates, condenando todas as formas de exploração e opressão. Reivindicamos, além de outras, a revisão imediata do salário mínimo atual, aumentando como está o custo de vida; pugnamos pelo aumento geral dos salários, o salário-família, contra qualquer tentativa de congelamento de salários e vencimentos de civis e militares.

Reclamamos medidas imediatas e eficientes do Governo contra a insuportável alta constante do custo de vida e contra os exploradores do povo.

Lutaremos pela aplicação integral de todas as conquistas das leis sociais e trabalhistas e da Lei Orgânica da Previdência Social, bem como das resoluções que tomamos no nosso IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL.

Enquanto as cúpulas partidárias e homens do Governo dissociados do povo, dos supremos interesses da Nação, conciliam e tentam enganar a Nação com algumas medidas, que agravam ainda mais a situação do país, os trabalhadores demonstram com a greve de 5 de julho último e por outras formas de luta, e ainda com as suas decisões em nosso conclave, que nessa batalha vai se estendendo por todo o país, formando uma frente única que cada vez mais vai se tornando invenível.

Agora, mais do que nunca lutaremos pela constituição de um governo nacionalista, capaz de executar as REFORMAS que o país exige.

Firmes, unidos e mobilizados derrotaremos a conciliação dos que não querem a solução dos problemas vitais do nosso país e do nosso povo e dos que querem impedir e retardar a execução do programa nacionalista, democrático e tentar anular as liberdades democráticas.

Para alcançar estes objetivos que são de todo o povo conclamamos a preparação de uma greve geral para ser deflagrada, quando o determine o Comando Geral dos Trabalhadores, sem prejuízo de continuarmos lutando pelas nossas reivindicações.

Levemos com entusiasmo as justas resoluções do IV ENCONTRO NACIONAL SINDICAL para os locais de trabalho e às Assembléias sindicais.

Conclamamos a toda a nação, civil e militar, camponeses, estudantes, homens e mulheres e ao povo em geral, para unidos lutarmos pela emancipação da nossa Pátria."⁽¹⁰⁾

A partir dessa orientação, o movimento sindical passa a concentrar seus esforços na campanha nacionalista e nas lutas democráticas, adotando uma estratégia de profundas consequências para as lutas sindicais.

Inicialmente, seria necessário considerar que as lutas pelo fortalecimento democrático assumiam um significado bastante importante naquela conjuntura de profunda instabilidade política e constantes ameaças dos setores mais conservadores. Defendendo as liberdades democráticas expressas na Constituição; o

(10) Resoluções Finais do IV Encontro Sindical Nacional de Trabalhadores.

direito de voto para os soldados e analfabetos; a legalização de todos os partidos políticos e a liberdade de imprensa, os sindicatos encampavam propostas importantes no sentido da ampliação da participação política dos trabalhadores.

Essas propostas vinham no entanto, sempre imbricadas com a campanha nacionalista que se constituía no ponto central das lutas sindicais, passando a amalgamar as lutas democráticas com propostas que, conforme já foi explicitado, se encontravam superadas pelos próprios rumos tomados pela economia desde o governo Kubitschek. O salto tecnológico implementado a partir de 1956 e a associação do capital nacional com o capital estrangeiro deitavam definitivamente por terra as esperanças de um desenvolvimento capitalista autônomo, ao mesmo tempo que eliminavam as possibilidades efetivas de aliança da burguesia nacional com o proletariado na luta contra os interesses estrangeiros (os quais passavam a se dirigir prioritariamente para os setores chave de nossa indústria e não para os setores mais atrasados de nossa economia, conforme a estratégia traçada pressupunha).

Embora a proposta nacionalista tenha não só mantido sua força como inclusive fortalecido sua influência na sociedade brasileira a partir de então, convém considerar que a subordinação das reivindicações econômico-profissionais dos trabalhadores à dinâmica da campanha nacionalista encaminhada pela liderança sindical dificultava a identificação das bases com os sindicatos.

Todavia seria necessário considerar que a relação dos sindicatos com as bases se deu de maneira diferente entre os trabalhadores do setor público e do setor privado da economia, conforme já foi assinalado.

Com efeito, os sindicatos tiveram bastante difi

culdade de penetração entre os trabalhadores do setor privado e tenderam a se apoiar principalmente nos trabalhadores dos setores estatais e paraestatais como os portuários, marítimos e ferroviários, entre os quais o nacionalismo e o programa de reformas de base tiveram uma maior penetração de massa e em alguns setores mais tradicionais da indústria onde o PCB e o PTB tinham uma base consolidada em períodos anteriores.

Entre os trabalhadores do setor público, o apoio dado ao programa nacionalista foi significativo e teve para isso alguns motivos.

De um lado, concordamos com Andrade, que é possível supor que os trabalhadores públicos fossem mais sensíveis a uma ideologia de governo que opõe os interesses nacionais representados sobretudo pelo Estado, a interesses alienígenas sobre os quais se descarregam todas as denúncias e críticas imputáveis ao patronato em geral".⁽¹¹⁾

Além disso, é preciso lembrar que a atuação do PC junto a esses setores vinha desde a década de 20, o que permitiu ao Partido consolidar uma importante penetração entre eles.

Entre os trabalhadores do setor privado e principalmente das indústrias mais modernas, entretanto, a penetração dos sindicatos e das campanhas nacionalistas era mais difícil. Evidentemente isso não ocorria porque os trabalhadores dessas indústrias fossem antinacionalistas, mas como já ressaltou Humphrey porque "as estratégias utilizadas pelas forças nacionalistas de esquerda não se dirigiam às necessidades desses operários".⁽¹²⁾

⁽¹¹⁾ Andrade, Regis de Castro, "Movimento Trabalhista e Sindicatos sob o Nacional Populismo", São Paulo, 1974, (mimeo), pg. 13.

⁽¹²⁾ Humphrey, John, Fazendo o Milagre: Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira, Petropolis, Vozes, 1982, pg. 28.

Com efeito, a política das grandes indústrias monopolistas que vinham se instalando desde meados da década anterior tendia a isolar seus trabalhadores das mobilizações lideradas pelos sindicatos. Por um lado, em virtude das altas taxas de produtividade com que operavam, essas indústrias podiam normalmente adotar uma política de salários mais altos em relação aos salários comumente pagos pelas indústrias de capital nacional, além de oferecerem em geral maiores oportunidades de promoção a seus trabalhadores. Por outro lado, as companhias multinacionais procuravam oferecer salários indiretos aos trabalhadores através de assistência médica e clubes recreativos.

Essa política interna das fábricas teve como efeito separar os trabalhadores das lutas econômicas encaminhadas pelos sindicatos - as quais visavam fundamentalmente melhorar os salários através da pressão sobre o governo para que aumentasse o salário mínimo e ampliasse o papel do Estado na determinação dos salários.

Convém ressaltar também que o processo de instalação das modernas unidades industriais foi acompanhado por importantes modificações na organização do processo de trabalho que se baseiam fundamentalmente na intensificação do controle do capital sobre o trabalho e que vieram colocar novos problemas para os trabalhadores, relacionados à questão do ritmo e intensidade do trabalho, arbitrariedades das chefias, insalubridade, periculosidade, etc...⁽¹³⁾ Esses problemas não foram, entretanto, enfrentados pelas lideranças nacionalistas uma vez que se tornavam de difícil solução no interior da estratégia seguida de orientar o movimento para o Estado. Dessa forma os sindicatos acabaram não

⁽¹³⁾ A esse respeito ver o excelente trabalho de Rosa, Maria Inês, A Indústria Brasileira na Década de 60: As Transformações nas Relações de Trabalho e a Estabilidade, tese de mestrado, IFCH, UNICAMP, 1982, (mimeo).

dispensando maiores atenções às lutas relacionadas às condições de trabalho que os operários enfrentavam no interior das empresas. A análise dos congressos e plataformas sindicais é bastante elucidativa a esse respeito, raramente se encontrando propostas relativas aos problemas referentes às condições de trabalho.

(14)

No que se refere aos trabalhadores das indústrias mais tradicionais, embora a tradição de atuação do PCB e do PTB tenha permitido em geral uma maior penetração dos sindicatos, era também difícil para esses trabalhadores (frente à política de salários mais baixos adotada em geral pelas empresas em que trabalhavam) encampar a proposta de aliança com a burguesia nacional.

Dessa forma, os sindicatos não conseguiram adquirir uma maior representatividade entre os trabalhadores do setor privado e, principalmente, entre os trabalhadores das indústrias de ponta, que vinham se tornando o eixo da economia brasileira. Na realidade, o movimento sindical do período foi marcado por uma antinomia entre o setor público e o setor privado, representada pela dificuldade dos sindicatos em mobilizar os trabalhadores dos setores privados, embora tenham conseguido lograr uma representatividade mais significativa entre os trabalhadores do setor público.

(14) Vale lembrar que de acordo com a estratégia seguida pelos setores nacionalistas, os problemas referentes às condições de trabalho deveriam ser resolvidos através da CLT e da Justiça do Trabalho. Um bom exemplo a esse respeito encontra-se no texto de Miglioli no qual o autor considera que não são a legislação do trabalho como a fiscalização oficial tornavam cada vez menos necessárias as greves por melhores condições de trabalho.

Cf. Miglioli, Jorge, Como são feitas as Greves no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, pgs. 102 e 103.

Distanciada da ideologia nacionalista e sendo pouco atingida pela estratégia de luta adotada pelas lideranças sindicais, a classe operária das indústrias privadas e, principalmente das indústrias de ponta, mantém-se afastada da maior parte das campanhas políticas comandadas pelas organizações intersindicais que congregavam fundamentalmente os trabalhadores dos setores públicos.

Seria necessário destacar ainda que o distanciamento dos sindicatos com relação às bases esteve ligado também a o fato de que os setores nacionalistas orientavam sua política sindical por um trabalho de cúpula (consubstanciado não só no esforço de criação e consolidação das organizações intersindicais, como também no esforço de penetração nas entidades sindicais de cúpula), relegando a um segundo plano a questão da organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho.

Essa negligência em relação ao trabalho de base é aliás reconhecida pelos próprios líderes sindicais da época. Referindo-se às várias tentativas implementadas pelo movimento sindical no sentido da criação de uma organização sindical horizontal, incluindo entre elas a formação do CGT, do qual foi membro da direção, Hércules Correa assim se refere à questão:

"Durante o exercício dessas tentativas fica claro que o ponto débil foi sempre não ter partido da implantação de um forte movimento sindical nos locais de trabalho reivindicativo e orgânico".⁽¹⁵⁾

⁽¹⁵⁾ Correa, Hércules, "A Estrutura Sindical Brasileira: Lutas, Experiência, Proposta", in *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 21, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, pg. 135. Vale destacar que comentários semelhantes foram feitos também por Rafael Martinelli, líder ferroviário da direção do CGT, em entrevista à autora, já citada. De acordo com o entrevistado, mesmo entre os ferroviários, categoria que sempre se havia destacado por sua combatividade, era comum a base não ser consultada para a deflagração de greves e ir ao trabalho sem saber que a greve havia sido tirada. Dessa forma, muitas greves foram garantidas simplesmente através da atuação dos chefes de estação que não abriam a estação ou dos operadores que, retirando peças-chave da maquinaria, impediam que os trens funcionassem.

Embora o trabalho de unificação dos sindicatos tenha levado o movimento sindical a fortalecer seu poder de pressão, esse trabalho não foi acompanhado de esforços no sentido de se criar organizações intermediárias entre as entidades sindicais e suas bases.

Em recente trabalho sobre o CGT, Lucília Neves aponta a fraqueza do trabalho de base como a principal limitação do movimento sindical do período, acentuando a não complementação do trabalho de cúpula através da criação de organizações nos locais de trabalho. Segundo a autora,

"A grande fragilidade do sindicalismo do período é a ausência de combinação das duas estratégias, o que acaba por enfraquecer uma experiência sindical com grande potencial de unificação e fortalecimento real da classe trabalhadora".⁽¹⁶⁾

Na realidade, a preocupação com o trabalho de base não esteve ausente da política sindical traçada pelos setores nacionalistas, conforme pode ser observado nas resoluções do IV Encontro Sindical Nacional promovido pelos setores nacionalistas em agosto de 1962:

"Tornar obrigatória a organização sindical a base dos órgãos nos locais de trabalho. Enviar a todos os organismos sindicais as instruções como funcionam as representações nas empresas, incluindo seu regulamento nos estatutos sindicais. Lutar com toda a energia para que a Câmara dos Deputados aprove sem demora o Projeto de Lei, em tramitação, que assegure a estabilidade da representação sindical nos locais de trabalho".⁽¹⁷⁾

⁽¹⁶⁾ Neves, Lucília de Almeida, CGT no Brasil, 1961 - 1964, Belo Horizonte, Vega, 1981, pg. 99.

⁽¹⁷⁾ Resoluções Finais do IV Encontro Sindical Nacional de Trabalhadores.

Essa preocupação esteve também presente entre os comunistas, conforme pode ser constatado na própria resolução do V Congresso do Partido:

"Cumpra aos comunistas lutar para que o movimento sindical não seja uma atividade apenas de cúpula, porém conte com a participação ativa das massas trabalhadoras. A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas empresas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas não sindicalizadas".⁽¹⁸⁾

É preciso salientar, entretanto, que apesar das resoluções do PCB e do próprio movimento sindical, os setores nacionalistas não encaminharam, na prática, um trabalho mais efetivo de organização dos trabalhadores na base, conferindo uma importância secundária à legalização dos delegados sindicais e à criação de comissões de empresa que poderiam organizar os trabalhadores nos locais de trabalho e constituir-se em importantes formas de organização intermediária entre a liderança e a base.

Como formas organizativas que contam com a participação do conjunto dos trabalhadores, essas organizações poderiam ser importantes agentes de renovação da vida sindical trabalhando no sentido favorável à democratização sindical, a uma aproximação entre a liderança e a base e ao fortalecimento do sindicato.

Tendo como função a auto-representação dos trabalhadores em seus locais de trabalho, as comissões têm condições de estabelecer um controle diário sobre a exploração do trabalho, vigiando diariamente as medidas tomadas pela empresa. Da mesma forma, fazendo a intermediação entre o sindicato e a classe, os delegados sindicais são figuras importantes para permitir uma aproximação da liderança com a base. Devido seu contato constan-

⁽¹⁸⁾ PCB - 20 Anos de Política, op. cit., pg. 64.

te com os operários na fábrica e a possibilidade de levar seus interesses para o sindicato, o delegado sindical tem condições de permitir uma democratização do sindicato, ainda que essa possibilidade seja restringida pela sua dependência em relação à direção sindical.

No que diz respeito às comissões de empresa, não há notícias de que os setores nacionalistas tenham se preocupado com a sua formação durante o período. No que se refere ao delegado sindical, embora não disponhamos de dados suficientes para chegarmos a uma idéia mais aproximada de seu número,⁽¹⁹⁾ na da indica que o movimento sindical tenham desenvolvido maiores esforços, seja no sentido de incentivar a sua criação, seja no sentido de garantir o seu reconhecimento. Na realidade, a questão da garantia do livre exercício dos delegados sindicais no interior das empresas não foi um tema que tenha preocupado a liderança sindical.⁽²⁰⁾ A nível do movimento propriamente dito, a questão do reconhecimento do delegado sindical aparece nas resoluções do IV Encontro e na pauta de reivindicações da greve de outubro de 1963 em São Paulo, sendo que nesse caso é significativa a pouca importância conferida a esse ponto durante todo o decorrer do movimento. Conforme se verá mais adiante, a greve centra-se na questão da negociação conjunta das várias categorias envolvidas e a questão do reconhecimento dos delegados sindicais não é sequer mencionada nos documentos emitidos pela liderança durante o conflito.

(19) Apesar de não dispormos de dados mais efetivos sobre a existência de delegados sindicais nas fábricas, é possível supor, por relato dos próprios trabalhadores, que eles não fossem muito difundidos. Segundo dados do Boletim do DIEESE, Ano II, nº 4, 1961, pgs. 3-4, de 178 delegados do III Congresso Nacional de Metalúrgicos, apenas 42 trabalhavam em fábricas onde existiam delegados sindicais. (Citado por Erickson, Kenneth Paul, Sindicalismo no Processo Político no Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, pg. 65.

(20) Entrevista realizada com Almino Afonso, em fevereiro de 1982.

Evidentemente, não se pode deixar de lembrar a resistência patronal ao reconhecimento dos delegados sindicais.⁽²¹⁾ O que queremos salientar, entretanto, é que os sindicatos não desenvolveram uma luta efetiva nesse sentido, e que o trabalho de organização dos trabalhadores na base ficou aquém dos esforços orientados para a unificação do movimento na cúpula, questão central da atuação da liderança nacionalista.

A falta de organização dos trabalhadores na base, bem como o descolamento ⁽²²⁾ dos sindicatos em relação aos trabalhadores do setor privado constituíram-se, assim, nos principais fatores responsáveis pela limitação da representatividade dos sindicatos entre os trabalhadores.

O ponto mais importante a ser desenvolvido aqui, entretanto, é que a fraca organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e o descolamento dos sindicatos com relação aos trabalhadores dos setores privados, limitava sua capacidade no sentido de captar as insatisfações dos trabalhadores. Dessa forma, as reivindicações econômicas dos trabalhadores nem sempre puderam contar com uma orientação mais efetiva dos sindicatos, o que acabou levando ao surgimento de movimentos espontâneos da base no sentido de pressionar pelo atendimento de suas reivindicações: sem uma direção mais efetiva dos sindicatos, no sentido de encaminhar suas reivindicações econômico-profissionais, os trabalhadores passaram a desenvolver, muitas vezes por iniciativa própria, as lutas ligadas à melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

(21) Essa resistência pode ser constatada, por exemplo, nos comentários de Castello Branco a respeito do descontentamento dos setores empresariais com relação a atitudes de Almino Afonso, no sentido da criação de delegados de fábrica. (Ver nota 42 do Capítulo anterior). Segundo declarações de Almino, sua iniciativa fôra no sentido de interpretar a lei a favor dos trabalhadores quando solicitado por militantes sindicais, na medida em que a própria lei facultava a nomeação de delegados pelos sindicatos. (Entrevista pessoal de Almino Afonso, acima citada).

(22) O termo é utilizado por Weffort em sua tese de livre-docência para designar a fraca representatividade dos sindicatos junto às suas bases.

A própria participação das bases operárias nas greves lideradas pelos sindicatos sugere que a massa operária vinha se mobilizando para a luta por suas reivindicações específicas e imprimindo um rumo ao movimento que se diferenciava da dinâmica sindical. Nesse sentido, vale lembrar que a adesão dos operários às greves chamadas pela liderança esteve fortemente condicionada aos objetivos que os dirigentes imprimiam aos movimentos: enquanto as greves políticas contaram com uma pequena adesão dos trabalhadores do setor privado, apesar da importância conferida ao movimento pela liderança, as greves econômicas contaram com uma maior adesão desses trabalhadores e inclusive algumas vezes com a sua pressão para que a greve fosse decretada.

Em excelente estudo sobre o movimento sindical do período, Erickson ressalta, ainda, que as greves políticas comandadas pela liderança sindical tinham maior probabilidade de sucesso quando os salários estavam mais deteriorados pela inflação, tendo suas chances de sucesso diminuídas quando se davam logo depois de um reajuste salarial.⁽²³⁾ Realmente, é possível supor que os trabalhadores tivessem maior disposição em se mobilizar quando as greves políticas eclodiam em momentos de grande erosão dos salários. E isso não só porque a insatisfação era maior como também porque os dirigentes sindicais sempre incluíam na pauta das greves reivindicações econômicas que, embora fossem consideradas como secundárias pela liderança, poderiam servir como forma de atração para que os trabalhadores aderissem ao movimento.

Embora seja muito difícil a reconstituição da movimentação e mobilização da base operária no período, há não só

⁽²³⁾ Erickson, Kenneth Paul, *op. cit.*, pg. 141.

relatos dos trabalhadores⁽²⁴⁾ como informações nos jornais da época que nos oferecem indícios de uma movimentação e pressão a partir das bases, no sentido de encaminhar suas reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho que extrapolaram a direção imprimida ao movimento pelas lideranças sindicais. Da mesma forma, podem ser encontradas informações sobre greves e mobilizações econômicas, que iniciavam-se a partir das bases e eram posteriormente encampadas pelos sindicatos.

A dificuldade de um trabalho de sistematização sobre esses movimentos encontra-se no fato de que, em geral, a imprensa não notícia as pequenas mobilizações do trabalhadores em seus locais de trabalho, a não ser quando elas adquirem uma amplitude maior. No levantamento de greves elaborado por Weffort em sua tese de livre docência⁽²⁵⁾ há, no entanto, algumas indicações sobre a questão.

O levantamento feito na Folha de São Paulo encontrou 110 greves no país para o ano de 1961, 123 para 1962 e 149 para 1963 e tentou recuperar como a greve foi deflagrada (através do sindicato ou sem contar com a sua intervenção). Embora essa informação não conste para quase metade das greves levantadas, é possível verificar a existência de movimentos grevistas que partiram por fora do sindicato. Levando-se em consideração apenas as greves para as quais esse tipo de informação foi encontrada, teríamos em 1961, 57 greves deflagradas pelos sindicatos e 16 que saíram sem a intervenção das entidades sindicais. Em 1962 os números seriam respectivamente de 40 e 19 e, em 1963, 54 e 12.

⁽²⁴⁾ Essa mobilização das bases e a incapacidade dos sindicatos em dar direção aos movimentos que eclodiam por iniciativa dos trabalhadores nas empresas foi apontada em entrevistas que realizamos, tanto com Rafael Martinelli (já citada), como com Santo Comte e Salvador Pires (respectivamente metalúrgicos de São Paulo e de Guarulhos durante o período), entrevistados em setembro de 1978.

⁽²⁵⁾ Weffort, Francisco C., Sindicatos e Política, op. cit., apêndice.

Embora a enorme quantidade de greves para as quais não se encontrou informações, não permita conclusões definitivas sobre o assunto, os dados levantados indicam, pelo menos, uma tendência a ser destacada. Levando-se em consideração o descolamento dos sindicatos em relação aos trabalhadores do setor privado e lembrando, também, que as entidades de classe não desenvolviam um trabalho mais efetivo de organização dos trabalhadores na base, pode-se presumir que esses movimentos tenham sido fruto de uma mobilização espontânea das bases. Seria preciso assinalar, ainda, que é provável que a incidência de greves que saíram por fora dos sindicatos seja ainda maior entre as greves para as quais não se encontrou a informação de como foram desencadeadas, na medida em que é mais provável que a imprensa tenha acesso a esse tipo de informação quando as greves são deflagradas pelos sindicatos do que quando não contam com a direção de um canal institucional.

Todavia, a reflexão sobre esses dados indica ainda algumas outras tendências que merecem um pouco mais de atenção.

Em primeiro lugar, é preciso destacar a forma como se dava esse processo de luta dos trabalhadores: partindo da própria base e por fora das associações oficiais, as greves eram em geral encampadas pelos sindicatos que se constituíam no único conduto oficial de mediação entre os trabalhadores e os patrões.

(²⁶)

(²⁶) Andrade, Regis de Castro, "Movimento Trabalhista e Sindicatos sob o Nacional-Populismo", *op. cit.*, pg. 26

Em segundo lugar, o fato de estarmos em presença de movimentos grevistas que partiam por fora dos sindicatos indica que a base estava mobilizada para a defesa de suas reivindicações econômico-profissionais e soube utilizar de sua capacidade de mobilização para pressionar os próprios sindicatos a encamparem suas reivindicações. Esses fatos sugerem que as diferenças de motivação entre a liderança e a base operária e a falta de organizações intermediárias entre a liderança sindical e os trabalhadores deram origem a uma outra antinomia que esteve presente no período que é a antinomia entre movimento sindical e movimento operário: presos a motivações diferentes, o movimento operário e sindical obedeceram a dinâmicas também diferentes e seguiram rumos também muitas vezes diferentes.

Apesar da mobilização das bases não ter chegado a se constituir numa força alternativa no movimento operário, nem ter logrado promover a consolidação de uma orientação sindical diferente da orientação predominante, ela indica no sentido do desenvolvimento de trajetórias diferentes no movimento operário e sindical.

Obviamente isso não significa que as repercussões do movimento operário no movimento sindical e vice-versa não tenham sido profundas. Por um lado, é possível presumir que o próprio clima de maior combatividade imprimido pelas novas lideranças sindicais tenha cumprido um papel importante no irrompimento de movimentos espontâneos da base. Por outro lado, o fato dos sindicatos acabarem, em geral, encampando as greves e reivindicações que partiam das bases indica que o movimento sindical readequou também muitas vezes os seus rumos em função do movimento operário. Essas repercussões não invalidam, entretanto, a presença de dinâmicas diferentes nos dois movimentos. Um bom exemplo dessa diferença encontra-se na greve pelo 13º salário, desencadeada em dezembro de 1961, em que tanto a diretoria da CNTI como a maior parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgi

cos de São Paulo colocaram-se contra a greve por considerar que o momento político não era favorável à sua eclosão e que ela poderia vir a enfraquecer Goulart.

3. A Greve do 13º: Liderança e Bases no Conflito de Classe

Fruto de uma reivindicação que há anos vinha sendo levantada pelos trabalhadores, a greve do 13º é uma importante demonstração de que a classe operária estava disposta a lutar por seus interesses utilizando-se de suas próprias forças.

A reivindicação do 13º salário começou a aparecer no movimento dos trabalhadores desde o início dos anos 50. Como era comum nessa época algumas empresas oferecerem uma pequena gratificação de Natal aos trabalhadores, estes começaram a reivindicar que fosse instituído o pagamento do 13º salário no mês de dezembro.

Uma das primeiras manifestações nesse sentido ocorreu ainda em dezembro de 51, quando foi realizada uma passeata organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo até a FIESP, reivindicando o pagamento de 10% de aumento atrasado e o abono de Natal.⁽²⁷⁾

A partir daí, a reivindicação foi se solidificando, passando a aparecer cada vez mais frequentemente no rol de reivindicações das greves e mobilizações operárias, tendo sido, inclusive, uma das resoluções aprovadas no III Congresso Sindical Nacional, em 1960. A resolução era de que o movimento sindical deveria lutar para que o Congresso Nacional aprovasse e o Executivo sancionasse o projeto de lei nº 440/59, de autoria do deputado Aarão Steinbruck, que instituía o 13º mês de salário a título de gratificação anual.

⁽²⁷⁾ Entrevista realizada pela Ação Católica Operária com Santo Comte, metalúrgico de São Paulo, gentilmente fornecida pela ACO à autora.

A mobilização que desembocou na greve geral de São Paulo em dezembro de 1961, iniciou-se no dia 13 de novembro, quando dirigentes, delegados sindicais nas empresas e líderes operários realizaram reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com o objetivo de desfechar campanha para que o 13º fosse conquistado ainda naquele ano. Nessa reunião, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com exceção de Afonso Detelis e José de Araújo Plácido, manifestou-se contrária à proposta de greve defendida pelos trabalhadores, tendo inclusive se retirado da reunião, diante da decisão dos trabalhadores de decretar a greve, caso a lei do abono não fosse sancionada até o dia 30 de novembro.⁽²⁸⁾ Na reunião decidiu-se também que os sindicatos deveriam convocar assembléia em caráter permanente e realizar, no dia 3 de dezembro, uma assembléia intersindical para tomar posição decisiva sobre o problema do abono de Natal.

Segundo Antonio Flores, a divergência dos líderes sindicais com relação aos trabalhadores encontra-se no fato de que os primeiros consideravam que o 13º deveria ser conquistado através de pressão sobre o Congresso, que era o canal legal para a aprovação da lei do 13º, e não através da greve.⁽²⁹⁾

Nesse sentido, os sindicatos vinham desenvolvendo um amplo trabalho de coleta de assinaturas pela instituição do 13º salário a serem encaminhadas ao Congresso visando pressioná-lo para a aprovação do projeto de lei 440/59.⁽³⁰⁾

No dia 26 reuniram-se em suas respectivas sedes sindicais os trabalhadores metalúrgicos, ferroviários da Santos e Jundiaí e operários em papel e papelão.

Em todas essas reuniões foi ratificado o prazo para que fosse aprovado e sancionado até o dia 30/11 o projeto

⁽²⁸⁾ *Cadernos do Presente* nº 2, "Greves Operárias 1968/78", São Paulo, Editora Aparte, 1978, pg. 77. Declaração de Antonio Flores, metalúrgico de São Paulo, em debate realizado pelos Cadernos do Presente com vários operários.

⁽²⁹⁾ *Idem*, pg. 78.

⁽³⁰⁾ *Última Hora*, 14/11/61, 15/11/61, 22/11/61 e 24/11/61.

que institui o 13º salário. Foi ainda decidida a participação em massa na assemblêia intersindical marcada para o dia 3 de dezembro no Cine São José do Belém, quando os trabalhadores de todas as categorias profissionais do Estado discutiriam a possibilidade de greve geral caso não tivesse sido definitivamente resolvido o problema pelo Congresso.⁽³¹⁾

É assim que na assemblêia intersindical do dia 3 os trabalhadores decidem paralisar os serviços por 24 horas a partir da meia-noite do dia 13.

Tentando ainda garantir a aprovação do projeto antes do Natal, 4 dirigentes sindicais (Remo Forli, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; Antonio Cândido Lindolfo, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano; Francisco Borges, do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Orlando Sposito, do Sindicato dos Gráficos de São Paulo) seguem para Brasília no dia 5 a fim de avistar-se com deputados, senadores e membros do Executivo Federal para solicitar urgência à aprovação do Projeto 440/59.⁽³²⁾

Tendo em vista a atitude dos empregadores que vinham sistematicamente afirmando que eram contrários à transformação da gratificação de Natal em obrigatoriedade e que só cumpririam o pagamento do Abono se fosse transformado em lei, 49 dirigentes de federações e sindicatos enviam memorial no dia 7 de dezembro ao deputado Ranieri Mazzili, presidente da Câmara Federal, solicitando empenho no sentido de que o projeto 440/59

⁽³¹⁾ Última Hora, 27/11/61.

⁽³²⁾ Última Hora, 06/12/61.

fosse aprovado em regime de urgência. ⁽³³⁾

No dia 10 de dezembro os trabalhadores decidem que a greve deveria ser por tempo indeterminado e não mais de 24 horas, enquanto os patrões reiteram seu ponto de vista contrário à aprovação do projeto de lei sobre o 13º salário. Enviando telegrama através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo ao presidente João Goulart, ao Primeiro Ministro Tancredo Neves, ao presidente da Câmara Federal e do Senado e aos Ministros da Fazenda, Indústria e Comércio e Trabalho, os empresários advertem sobre a sorte financeira das empresas se a medida fosse efetivada:

"No instante em que o Legislativo Federal estuda o projeto instituindo a obrigatoriedade do pagamento de gratificação em dezembro de cada ano, sob a forma de 13º mês de salário, tomamos a liberdade de lembrar as profundas repercussões que essa propositura ocasionará à situação financeira da Nação. A indústria não é contrária em tese à concessão de gratificação ou abono de Natal. Pede venia, entretanto, para o caráter de obrigatoriedade daquela medida, dadas as condições e possibilidades financeiras desiguais que as firmas apresentam.

Várias empresas desde há muito outorgam esse benefício aos trabalhadores de acordo com os resultados obtidos no exercício. Outras, porém, não o fazem porque não podem suportar os ônus decorrentes. A obrigatoriedade legal irá acarretar, assim, para essas organizações, uma situação financeira assaz delicada, afetando profundamente seu trabalho e quicá sua própria sobrevivência". ⁽³⁴⁾

Ainda nesse mesmo dia, a Câmara aprova o projeto 440/59, mas os trabalhadores reiteram a palavra de ordem de greve geral se até a meia-noite do dia 13 o Senado não aprovasse o projeto e o presidente da República não o sancionasse, tornando o 13º uma realidade ainda para aquele ano.

⁽³³⁾ Última Hora, 07/12/61

⁽³⁴⁾ Última Hora, 11/12/61

A decisão foi tomada em assembléias realizadas nos sindicatos, sendo que a assembléia mais movimentada realizou-se no Sindicato dos Metalúrgicos, à qual esteve presente a cúpula sindical brasileira. Novamente os líderes sindicais, inclusive Dante Pelacani, recém-eleito para a vice-presidência da CNTI, posicionaram-se contra a déflagração da greve e ela foi decidida pela assembléia que contava com a presença de mais de 2.000 trabalhadores.⁽³⁵⁾ Nessa assembléia foi também expressa a opinião de que, caso as entidades patronais assim o desejassem, seria feito um acordo entre empregados e empregadores para o pagamento do abono, à margem de qualquer decisão do Parlamento.

Além do Sindicato dos Metalúrgicos decidiram-se pela greve: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas, Gráficos, Papel e Papelão, Padeiros, Empregados em Hotéis e Similares, Indústrias Plásticas, Indústrias de Couro, Construção Civil, Operadores Cinematográficos, Indústria de Vidro, Carris Urbanos, Fiação e Tecelagem, Frigoríficos.⁽³⁶⁾

Já no dia anterior à greve, enquanto os dirigentes sindicais conclamavam todos os trabalhadores a dirigirem-se a seus sindicatos, que dariam a última palavra sobre a greve geral, engrossavam as declarações dos patrões e do governo condenando o movimento.

Em nota oficial, o Ministro da Justiça, Alfredo Nasser, declarava a greve ilegal e subversiva:

"O Ministro da Justiça, responsável pela preservação da ordem pública em todo o País, informado de que se prepara esta noite na cidade de São Paulo uma greve geral da qual participariam todas as categorias operárias, visando à obtenção do pagamento de um mês de salário como abono - matéria já aprovada em primeira discussão na Câmara dos Deputados - vem

⁽³⁵⁾ *Cadernos do Presente*, nº 2, op. cit. pgs. 77 e 78.

⁽³⁶⁾ *O Estado de São Paulo*, 14/12/61.

apelar para o patriotismo de todos os trabalhadores do Brasil e particularmente aos paulistas, que não se lancem neste movimento, cujas repercussões seriam as mais danosas ao equilíbrio econômico, social e político da Nação. O atual governo sempre se mostrou sensível às justas reivindicações dos trabalhadores nacionais e as tem atendido com presteza, dentro das possibilidades máximas das resistências da nossa economia. Também compreende as angústias da classe operária nesta hora de dificuldades, mas não desconhecem os trabalhadores que o movimento da natureza do que se diz projetado não encontra amparo legal, o que poderia vir prejudicá-los seriamente no seio das próprias empresas, a cujos quadros pertençam. Assim, a fim de proteger e acautelar a ordem pública e os interesses dos próprios trabalhadores, o Ministro da Justiça apela para que todos continuem dedicados às suas tarefas normais, enquanto o Congresso Nacional, no exercício da sua soberania, decide sobre o assunto. O Ministro da Justiça está certo de que não faltará aos trabalhadores a compreensão, no seu próprio interesse, de que o Congresso Nacional não decide sob coação e de que toda agitação nesse sentido só pode ser entendida e tratada como subversiva."⁽³⁷⁾

A nota do Ministro da Justiça é corroborada pelo Ministro do Trabalho, Franco Montoro, que declara à imprensa:

"Como responsável pela segurança pública, a palavra de sua excelência, o Ministro da Justiça, merece o respeito e o acatamento de todos. Aos trabalhadores de todo o Brasil que tanto contribuíram para a defesa da legalidade, faço um veemente apelo no sentido de que compreendam o grave momento em que estamos vivendo e, mantendo suas reivindicações dentro de um rigoroso respeito à lei e à autoridade, não dêem ocasião à exploração e violência, que só podem prejudicar o País e o regime."⁽³⁸⁾

⁽³⁷⁾ O Estado de São Paulo, 13/12/61

⁽³⁸⁾ Idem.

A ilegalidade da greve é também lembrada pelos empresários que em comunicado da Indústria Paulista à Nação alertam para as consequências negativas da aprovação do 13º. Alegando que a obrigatoriedade do pagamento viria apenas acelerar o processo inflacionário sem trazer vantagens reais aos trabalhadores, os patrões consideram a medida como puramente demagógica e de interesse "apenas àqueles que procuram solapar a organização política, social e financeira do País, para, do caos, auferirem as condições necessárias a seus desígnios, às vezes inconfessáveis."⁽³⁹⁾

É assim que no dia 13 pela manhã o Comando de Greve, integrado por representantes de pelo menos 68 entidades sindicais, encaminhava os últimos preparativos da greve e lançava manifesto aos trabalhadores, estabelecendo as diretrizes da greve.

Enquanto as sucessivas manifestações dos líderes sindicais eram de firme confiança no Congresso e as forças nacionalistas e de esquerda se arregimentavam para conceder o benefício, um requerimento assinado pelos líderes Meneses Cortes, Pinheiro Chagas, Paulo Lauro, Tristão da Cunha e Plínio Salgado, respectivamente da UDN, PSD, PSP, PR e PRP, pediu o adiamento da votação do projeto por 48 horas, alegando que o Congresso estava sendo pressionado pelo operariado brasileiro.⁽⁴⁰⁾

Apesar de sucessivas reuniões realizadas durante todo o decorrer do dia 13 entre o Ministro do Trabalho, líderes do Congresso e dirigentes sindicais, fracassaram todas as tentativas de conciliação em torno do projeto do 13º, inclusive a proposta sugerida pelo Ministro do Trabalho, de um abono imediato de 30%, ficando a aprovação da lei para 1962.

⁽³⁹⁾ *Última Hora*, 13/12/61

⁽⁴⁰⁾ *Idem*

Ao mesmo tempo as autoridades estaduais organiza-
vam um dos mais completos aparelhos de policiamento de que se
tem notícia em São Paulo. Foi planejado um policiamento monstro
abrangendo todos os setores e mobilizando o efetivo de todos os
quadros ligados à segurança pública. O trabalho de planejamento
correu sob a orientação e responsabilidade do Departamento de
Ordem Política e Social, objetivando a ação racional e rápida
da Rádio Patrulha, Polícia Civil, Guarda Civil, Força Pública,
além do serviço rotineiro nos plantões de zona que passaram a
funcionar com reforço de homens. Constava do plano de ação dos
policiais a mobilização de 4.500 milicianos e do efetivo dispo-
nível da Guarda Civil (6.000 homens), além de 2.000 policiais
civis, sacrificando mesmo em alguns pontos a fiscalização roti-
neira do pessoal ligado à Diretoria do Serviço de Trânsito. Con-
comitantemente, as tropas do II Exército entravam em rigorosa
prontidão, não entrando ou saindo quem quer que fosse dos quar-
téis. Os soldados só podiam sair em caso de extrema necessidade,
ouvidas as autoridades superiores, que mantinham controle perma-
nente desde o início dos preparativos à repressão da greve. ⁽⁴¹⁾

Já na noite do dia anterior à greve, 200 guardas
-civis e 40 investigadores do DOPS, comandados por 4 delegados,
bloquearam o quarteirão da sede do Sindicato dos Metalúrgicos
de São Paulo, o quartel general da greve. Sessenta pessoas fo-
ram detidas, entre elas José Gomes de Sousa, tesoureiro do Sin-
dicato dos Metalúrgicos, José de Araújo Plácido, vice-presidente
do sindicato e Antonio Chamorro, da Federação dos Têxteis. Um
corredor de guardas permaneceu na porta da sede do órgão pren-
dendo todos que tentavam sair ou entrar. O esquema de seguran-
ça adotado pelo governo estadual previa a detenção em massa dos
dirigentes sindicais favoráveis à greve, visando tornar o movi-
mento acéfalo. ⁽⁴²⁾

O número de detidos atingiu a quase 500 pessoas
já nas primeiras horas do dia 14, sendo que os presos começaram

⁽⁴¹⁾ O Estado de São Paulo, 14/12/61 e Última Hora 13/12/61

⁽⁴²⁾ Última Hora, 14/12/61

a ser imediatamente processados através de inquéritos elaborados no DOPS, com base no artigo 1802 da Lei de Segurança Nacional. O Sindicato dos Metalúrgicos, interditado às 22 horas do dia 13, foi definitivamente fechado em nova investida no dia 14 pela manhã. Os 250 trabalhadores que se encontravam no recinto do Sindicato permaneceram praticamente presos, pois se saíssem seriam imediatamente detidos. O mesmo aconteceu com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que foi interditado às 9 horas da manhã, ali ficando detidos vários dirigentes e elementos que se preparavam para formar piquetes e com o Sindicato dos Gráficos que foi invadido e depredado. Na invasão, o DOPS espancou e deteve Dante Pellacani, Luís Ferreira da Silva, presidente em exercício do sindicato, Julião Gouveia da Silva Filho, tesoureiro, e mais uma dezena de trabalhadores que se encontravam na sede e tentaram impedir a invasão. ⁽⁴³⁾

É assim que, com a polícia impedindo a ação dos piquetes, prendendo dezenas de líderes sindicais e centenas de grevistas, a paralisação entra em declínio no decorrer do próprio dia 14, com o governador Carvalho Pinto recebendo congratulações do presidente João Goulart pela "normalidade do trabalho e o respeito ao princípio da autoridade" ⁽⁴⁴⁾

Dessa forma, o movimento termina na noite mesmo do dia 14, quando o Comando de Greve determina sua suspensão, e a partir desse momento os grevistas e dirigentes presos, que totalizavam mais de 5.000 trabalhadores, começam a ser libertados. ⁽⁴⁵⁾

A greve contou com a adesão dos metalúrgicos, gráficos, tecelões, trabalhadores na indústria de papel e papelão, vidreiros, marceneiros, operários do setor químico, trabalhadores nas indústrias de brinquedos, trabalhadores na construção ci

⁽⁴³⁾ Última Hora, 14/12/61

⁽⁴⁴⁾ Última Hora, 15/12/61

⁽⁴⁵⁾ De acordo com o editorial do DIEESE, publicado na RESE, Ano I, nº 4, dez/1961, pg. 2.

vil, padeiros, empregados em hotéis e similares, tendo alcançado no total cerca de 30% dos trabalhadores industriais de São Paulo, ⁽⁴⁶⁾ ou aproximadamente 100.000 trabalhadores. ⁽⁴⁷⁾

Os ferroviários e os trabalhadores em transportes rodoviários não chegaram a aderir ao movimento e os comerciantes embora houvessem declarado sua adesão, também não pararam. ⁽⁴⁸⁾

Nas demais cidades do Estado, entretanto, a adesão foi restrita.

Em Mogi das Cruzes, o parque industrial esteve parcialmente paralisado. Trabalhadores de Suzano, Jundiapéba e Calmon Viana aderiram ao movimento, paralisando várias indústrias, entre elas, a Mineração Geral do Brasil, a Caravelas Tecidos Mogiano, A Valmet, a Schwartzmann, a Serraria Santa Mônica, a Fongra Produtos Químicos, a Guterman e as indústrias de papel e papelão São Simão e de celulose de Suzano. Desde a manhã do dia 14, a Polícia efetuou numerosas prisões, figurando entre os detidos o presidente do Sindicato dos Têxteis e o advogado dos sindicatos de trabalhadores.

Em Ribeirão Preto aderiram à greve os operários das Indústrias Matarazzo.

Em Guaratinguetá a greve contou com a adesão dos trabalhadores filiados ao Sindicato de Fiação e Tecidos e ao Sindicato de Alimentação, num total aproximado de 1.500 trabalhadores. Nessa cidade a greve foi calma com ausência total de piquetes.

Em São Bernardo do Campo foram presos numerosos dirigentes sindicais. A enérgica ação policial impediu a forma-

⁽⁴⁶⁾ Última Hora, 14/12/61

⁽⁴⁷⁾ Miglioli, Jorge, op. cit., pg. 46

⁽⁴⁸⁾ Última Hora, 14/12/61

ção de piquetes, determinando o malogro da greve. Contudo, cerca de 80% das indústrias de marcenaria foram paralisadas. Prosseguiram normalmente as atividades as indústrias automobilísticas que atenderam à reivindicação dos trabalhadores antes da deflagração da greve.

Em Santo André a ação policial iniciou-se na madrugada do dia 14 com a detenção de diversos dirigentes integrantes de piquetes. Apenas uma indústria metalúrgica, a Atlantis, ficou paralisada. Já nos setores têxtil e marceneiro diversas fábricas cessaram suas atividades.

Em Santos o Forum Sindical de Debates decidiu adiar por 24 horas a deliberação sobre a posição a ser tomada e em Sorocaba anunciava-se a impossibilidade de deflagração do movimento. (49)

A greve, embora derrotada, teve uma importância significativa para a reivindicação dos trabalhadores, na medida em que teve um peso importante na garantia da aprovação da lei do 13º que é sancionada sete meses depois.

Mas seu aspecto mais importante foi, sem dúvida, a disposição dos trabalhadores em lutar por uma reivindicação que há tempos vinha sendo colocada, numa demonstração clara de que estavam dispostos a lutar por seus interesses, independentemente da posição adotada tanto pelo governo como pela liderança sindical.

(49) *O Estado de São Paulo*, 15/12/61 e *Última Hora*, 14/12/61.

No que diz respeito ao governo é preciso ter presente que embora o presidente não tenha se colocado explicitamente contra a greve, havia declarado a impossibilidade de conceder o 13º naquele momento,⁽⁵⁰⁾ intercedera junto ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para que tentasse sustar a greve⁽⁵¹⁾ e apoiara todas as medidas repressivas ao movimento tomadas pelo governador Carvalho Pinto, inclusive congratulando-se com ele pelo seu trabalho de repressão aos trabalhadores.

Vale lembrar, também, as posições tomadas pelo Ministro do Trabalho que, após tentar em vão uma conciliação entre empregados e empregadores na base de um abono de 30% do salário - proposta que aliás não chegou a ser considerada pelos trabalhadores - vem a público lembrar o caráter ilegal do movimento.

Também a liderança sindical não era propriamente favorável à greve. Embora os dirigentes sindicais fossem a favor da luta pelo 13º e viessem organizando o movimento no sentido de pressionar para que o projeto 440/59 fosse transformado em lei, a maior parte deles entendia que o movimento deveria se dirigir aos canais legais, pressionando o Parlamento para a aprovação do projeto, sem que fosse utilizado o recurso

⁽⁵⁰⁾ Cadernos do Presente nº 2, op.cit., pg. 79.

⁽⁵¹⁾ Entrevista realizada pela Associação Católica Operária com Santo Comite (já citada).

da greve, considerada como prejudicial ao governo Jango.⁽⁵²⁾

Esse tipo de orientação da liderança sindical no movimento grevista evidencia algumas características que vimos procurando apontar no movimento sindical daqueles anos: ação dirigida para os órgãos do Estado e não para o patronato e subordinação das reivindicações econômicas dos trabalhadores às lutas políticas mais gerais.

Embora a liderança contrária à deflagração da greve tenha assumido inteiramente o movimento a partir do momento em que a proposta de greve venceu, torna-se claro, a partir desses fatos, que nem o governo, nem a liderança sindical conseguiram naquele momento controlar a combatividade da massa operária.

Seria interessante notar, também, que a greve contou com a participação fundamentalmente dos setores privados, vindo comprovar que esses setores encontravam-se mais distanciados da orientação da liderança e vinham conseguindo se mobilizar para defender seus interesses econômicos independentemente das direções sindicais. Ao contrário das greves políticas, a greve do 13º contou quase que exclusivamente com a participação dos setores privados, centrando-se fundamentalmente na categoria dos metalúrgicos. Os setores públicos mantiveram-se numa a-

(52) Antônio Flores refere-se à posição da liderança da seguinte forma: "Tinha so dois dirigentes sindicais paulistas que defendiam essa greve, os outros eram contra. As organizações partidárias existentes também eram contra. Isso porque o Presidente da República era o Jango e então partia-se do princípio de que, se se fizesse uma greve pelo 13º salário, ela seria prejudicial ao governo de Jango. Esqueciam que não seria uma greve contra o Jango, mas uma greve pelo 13º salário."

titude de expectativa, não tendo chegado a aderir ao movimento, como foi o caso dos ferroviários e dos marítimos e portuários de Santos.

Finalmente, seria preciso considerar ainda que a adesão efetiva se torna significativa diante da intensa repressão que se abateu sobre os trabalhadores e das condições extremamente difíceis em que a greve foi deflagrada.

Esses fatos aparecem como uma demonstração da disposição de luta dos trabalhadores, a qual foi suficiente não só para extrapolar os limites tradicionalmente impostos pelo Estado sobre o movimento operário, como para pressionar a liderança para o atendimento de suas reivindicações.

A combatividade da base operária torna-se ainda mais evidente se levarmos em consideração o fato de que as principais categorias envolvidas na greve haviam feito seus acordos exatamente nos dias anteriores ao início da mobilização que desemboca no movimento grevista, tendo sido o aumento inclusive um pouco superior aos índices do custo de vida para o período de novembro de 1960 a novembro de 1961. De acordo com os cálculos do DIEESE, o custo de vida teria subido nesse período 42%, sendo que o acordo firmado no dia 1º de novembro para os metalúrgicos, e no dia 5 para os têxteis, gráficos e trabalhadores nas indústrias de papel e papelão havia sido na base de 45%.⁽⁵³⁾

Ao que tudo indica, os operários não se encontravam alheios às transformações que ocorriam na sociedade. Além do clima de mobilização geral existente na época, o próprio avanço do movimento sindical, a partir do momento em que as lideranças nacionalistas, muito mais combativas que os "pele-

(53) Última Hora, 01/11/61 e 06/11/61.

gos, começam a se tornar hegemônicas nos sindicatos, criava condições para o incremento da combatividade das massas operárias.

É através desse processo que os trabalhadores foram elevando sua capacidade de luta, de maneira a encaminhar uma forma de manifestação autônoma como se constituiu a greve do abono. Sua história é uma clara indicação da combatividade que vinha se desenvolvendo nas bases e que acabaram por colocar o movimento operário e sindical no centro dos acontecimentos políticos daqueles anos. Essa combatividade, que estará presente durante todo o período Goulart, será sem dúvida um dos elementos mais importantes da crise política que se aprofunda durante aqueles anos e que culmina no golpe de 64.

SEGUNDA PARTE

SINDICATOS E GOVERNO

O governo Goulart foi marcado por uma enorme instabilidade econômica e política, decorrente não só do agravamento das dificuldades financeiras, como da crise política que se abriu com a renúncia de Quadros.

A nível econômico, a situação vinha se deteriorando desde o final do governo Juscelino, quando os limites do modelo econômico implantado com o Plano de Metas começaram a se delinear mais claramente.⁽¹⁾ Começando com uma diminuição dos investimentos e uma tendência à desaceleração do crescimento econômico já em 59, a depressão foi se aprofundando juntamente com uma brutal aceleração do processo inflacionário que saiu completamente do controle.

A partir de 1960, o processo inflacionário entrará numa aceleração gápolante colocando o seu enfrentamento como o principal desafio tanto para o governo Jânio, como para o governo Goulart: a taxa de acréscimo dos meios de pagamento passou de 38% em 60, para 50,5% em 61, 63,3% em 62 e 64,4% em 63.⁽²⁾ A taxa de inflação subiu de 22,7% em 57/59 para 52%

(¹) Em relação às características econômicas do período consultar:

- Singer, Paul; "A Evolução da Economia Brasileira: 1955 - 1975", in Estudos Cebrap nº 17, São Paulo, jul/ago/set/1976;
- Lessa, Carlos, "Quinze Anos de Política Econômica", in Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, nº 4, Campinas, 1975;
- Oliveira, Francisco, "Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil (1950 - 1979)", in A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

(²) Lessa, Carlos, *op. cit.*, pg. 70.

60/63⁽³⁾ e a economia entrou em colapso com a taxa de crescimento que tinha alcançado 7,7% em 61, caindo para 5,5% em 62 e 2,1% em 63.⁽⁴⁾

Todavia, o combate à inflação esbarrava cada vez mais na capacidade que os trabalhadores vinham adquirindo de lutar pelas suas reivindicações econômicas. A tendência à deterioração dos salários, aliada a uma conjuntura política de maior liberdade de participação e mobilização dos trabalhadores levou a que eles intensificassem grandemente os movimentos reivindicatórios, na tentativa de impedir que os ônus da crise lhes caíssem sobre os ombros.

As lutas travadas nem sempre foram suficientes, entretanto, para impedir a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores. Embora a partir de 1961 o mínimo tenha passado a ser reajustado anualmente, os reajustes não foram suficientes para acompanhar a inflação. Apesar de ter havido elevação do salário mínimo em 61, tanto em São Paulo como na Guanabara, em 62 os índices do salário mínimo já se encontravam num nível inferior a 1960.

(³) Lessa, Carlos, *op. cit.*, pg. 68.

(⁴) *Idem*, pg. 69.

SALÁRIO MÍNIMO REAL NA GUANABARA E EM SÃO PAULO

ANO	ÍNDICES		VARIÇÃO ANUAL	
	G.B.	S.P.	G.B.	S.P.
1960	100	100	-	-
1961	115,8	111,8	11,5	11,8
1962	98,0	94,7	- 15,0	- 15,3
1963	91,7	87,5	- 6,4	- 7,6
1964	89,1	88,9	- 2,8	1,6

FONTE: Oliveira, Francisco, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", Estudos Cebrap, nº 2, outubro de 1972, pg. 47.

FONTE ORIGINAL DOS DADOS: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL E CONJUNTURA ECONÔMICA.

No que diz respeito aos trabalhadores industriais, a evolução de seus salários indica uma razoável elevação durante o período, apesar de que os dados de 1963 precisam ser relativizados, uma vez que se referem ao conjunto do pessoal ligado à produção, ao contrário dos dados de 59 e 62 que compõem apenas os operários.

ÍNDICES DO SALÁRIO MÉDIO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL

A N O	ÍNDICES DO SALÁRIO MÉDIO REAL (*)
1959	100
1962	110
1963	145

FONTE: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL - IBGE, 1964, pg.82, 1965, pg. 105 e 1966, pg. 130 e CONJUNTURA ECONÔMICA, nº 1, pg. 57.

Observação (*): Valores calculados a partir do rendimento médio mensal (valor nominal) na indústria de transformação brasileira e das taxas de aumento do custo de vida na Guanabara, apresentadas pela Revista Conjuntura Econômica.

Seria necessário considerar, entretanto, que a evolução dos salários não apresentou o mesmo comportamento para o conjunto dos trabalhadores. Comparando-se a evolução do salário médio com a evolução do salário mediano (que representa o teto dos ganhos da metade mais mal remunerada dos trabalhadores), pode-se verificar que os salários reais dos trabalhadores mais mal remunerados caíram de 59 para 62, embora tenham se mantido entre 62 e 63.

SALÁRIO MÉDIO E MEDIANO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL

A N O	SALARIO MEDIO MEN- SAL(1) (Cr\$Antigos)	SALARIO MEDIANO (2) (Cr\$ Antigos)	SALÁRIO MEDIANO REAL
1959	5.660,00	6.115,00	114
1962	16.550,00	13.928,00	100
1963	33.600,00	23.766,00	100

FONTE: Singer, Paul, A Crise do "Milagre", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, pg. 59.

FONTE ORIGINAL DOS DADOS: ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL

Observação: (1) Salário médio: do pessoal ligado à produção (até 1962 só operários;

(2) Salário mediano: até 1963 - calculado para abril de cada ano do pessoal ligado à produção.

Esses dados indicam, portanto, uma evolução diferente dos salários reais da metade mais bem remunerada e da metade mais mal remunerada dos trabalhadores industriais. Comparando-se com os dados da tabela anterior, que indicam elevação nos índices do salário real para o conjunto dos trabalhadores industriais, é possível concluir que essa elevação esteve determinada, basicamente, pela elevação dos salários dos trabalhadores mais bem remunerados (provavelmente os trabalhadores mais qualificados), enquanto os trabalhadores mais mal remunerados (possivelmente os menos qualificados) sofreram uma queda em seus salários reais no período de 59 a 62, embora tenham conseguido manter o mesmo nível

de 62 para 63. Mesmo para o ano de 63, entretanto, é possível que tenha havido rebaixamento no salário desses trabalhadores, na medida em que os dados de 1963 computam todo o pessoal ligado à produção, enquanto que os dados de 59 e 62 referem-se apenas aos operários.

É assim que não são a necessidade de enfrentamento das dificuldades econômicas, como o clima de mobilização política geral da sociedade e o fortalecimento dos sindicatos provarão uma constante mobilização dos trabalhadores que se expressará tanto nas lutas econômicas como nas campanhas e greves políticas organizadas pelos sindicatos. Esses movimentos, que tenderão a se intensificar no decorrer do período, passarão a desempenhar um papel central na crise que se abre em 61, na medida em que as lutas operárias começam a se colocar no centro dos acontecimentos políticos e o seu enfrentamento aparece como uma questão cada vez mais urgente para as classes dominantes.⁽⁵⁾

O desenrolar da crise apresenta, no entanto, dois momentos diferentes que cabem ser analisados separadamente: o período do parlamentarismo e o período que vai da volta do presidencialismo ao golpe.

(5) De acordo com o jornal *Novos Rumos*, o crescimento do movimento grevista no período atinge níveis nunca antes alcançados: 1,5 milhão de grevistas em 1960; 1,6 milhão em 1961; 2 milhões em 1962.
Novos Rumos, 19 a 25 de abril de 1963.

Capítulo 1

O PARLAMENTARISMO

A crise generalizada que acompanha o governo Goulart consiste sem dúvida no amadurecimento de profundas contradições que vinham se gestando anteriormente.

Na realidade, Goulart sobe ao governo tendo que enfrentar uma situação econômica bastante difícil, que lhe havia sido legada pelos governos anteriores, em que se via obrigado a resolver ao mesmo tempo o problema da inflação e do desaquecimento da economia. Por outro lado, a crise política, que se abria com a renúncia de Jânio, não só agravava a própria crise econômica⁽¹⁾ como tornava premente a necessidade de atacar os problemas políticos mais sérios que se antepunham ao seu governo.

Diante das dificuldades acumuladas, Goulart acabou optando pelo enfrentamento dos problemas políticos mais urgentes. A profundidade da crise política e o fato de ter tido seus poderes enfraquecidos com a adoção da emenda parlamentarista, levaram o governo a postergar uma solução mais efetiva para os problemas econômicos e concentrar seus esforços na luta pela volta ao presidencialismo, procurando se aproximar dos sindicatos, cujo apoio para a pressão sobre o Congresso se tornava importante.

Essa aproximação de Goulart com relação aos sindicatos teve como consequência um real fortalecimento do poder das entidades sindicais. Em virtude do apoio que lhe foi presta

(¹) Somente durante o período da crise da renúncia (entre a renúncia de Quadros e a posse de Goulart), o governo emitiu 58 bilhões de cruzeiros. Bandeira Moniz, O Governo João Goulart: Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, pg. 45.

do pelos setores nacionalistas por ocasião da renúncia de Quadros, Jango procurou não só fortalecer esses setores no interior do aparelho sindical, como atender a algumas das suas reivindicações a fim de poder contar com a mobilização dos sindicatos nos momentos mais críticos de enfrentamento com a direita.

Também a nível da atuação sindical, a aproximação do governo em relação aos sindicatos teve repercussões importantes. A aliança entre Goulart e os sindicatos levou o movimento sindical a centrar suas atenções nas lutas políticas que visavam a fortalecer o governo, o que se expressou nas greves políticas do período.

É assim que o período foi marcado ao mesmo tempo por algumas importantes greves políticas voltadas para o fortalecimento democrático e o programa de reformas de base e por uma enorme quantidade de greves econômicas localizadas que corresponderam à reação dos trabalhadores à tendência de deterioração dos seus salários.

Apesar da importância que assumem esse conjunto de greves, que começam desde já a assustar o patronato diante da capacidade de luta dos trabalhadores e da dinamização da vida sindical, serão as greves políticas que terão uma maior repercussão na cena política, tendo em vista seu caráter nacional e sua capacidade, diante da conjuntura de crise, de atrair para si as atenções de todas as forças políticas da nação.

1. As Greves da Legalidade e a Aliança Sindicatos/Governo

A renúncia de Jânio a 25/08/61 gerou uma profunda crise na sociedade brasileira. Embora os setores que haviam apoiado a candidatura do Quadros viessem se colocando frontalmente contra o Presidente, principalmente em virtude de sua política externa independente,⁽²⁾ a subida de Goulart ao governo significava para eles a perda do poder conquistado.

Dessa forma, ao mesmo tempo que aceitaram rapidamente o pedido de renúncia do Presidente, os grupos ligados aos interesses multinacionais (representados por empresários associados ao capital estrangeiro e militares que vinham se colocando contra o esquema populista desde o final do segundo governo Vargas) iniciarão seus esforços no sentido de impedir a posse de Jango.⁽³⁾

Frente ao alerta de que forças golpistas pretendiam impedir a posse do vice-presidente, o pedido de renúncia é seguido quase que imediatamente pelo apelo à defesa da legalidade por parte dos mais variados setores da sociedade, destacando-se militares constitucionalistas, políticos, estudantes e trabalhadores.

(2) Cf. Oliveira, Eliézer Rizzo, La Participation Politique des Militaires au Brésil: 1945-1964, Thèse de Doctorat de Troisième Cycle en Etudes Politiques, Paris, 1980 (mimeo), pgs. 323 e seguintes.

(3) Sobre a renúncia de Jânio Quadros consultar:

- Benevides, Maria Victória, O Governo Jânio Quadros, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Jaguaribe, Hélio, "A Renúncia do Presidente Quadros e a Crise Política Brasileira", in Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 1, 1961.
- Oliveira, Eliézer Rizzo, op. cit.

O ponto inicial de resistência foi o Rio Grande do Sul, onde o governador Brizola, cunhado de Jango, organizou demonstrações populares de apoio a Goulart e mobilizou uma cadeia de estações de rádio (A Voz da Legalidade) a fim de conquistar a opinião pública do país.

A participação dos sindicatos nos acontecimentos inicia-se já no dia seguinte à renúncia com a decretação de greve em defesa do regime pelos ferroviários.⁽⁴⁾ No dia seguinte também os bancários paralisam os principais bancos do país.

No Rio de Janeiro, no dia 28, grande parte dos sindicatos em assembléia permanente já se encontrava com os respectivos comandos de greve prontos para dar a ordem de eclosão imediata do movimento de protesto contra a tentativa de impedir a posse de Goulart.

Com a mensagem do presidente interino ao Congresso, informando que "os ministros militares consideravam a volta de Goulart ao Brasil como inadmissível por motivos de segurança nacional"⁽⁵⁾ seguiu-se o desafio do Comandante do III Exército sediado no Rio Grande do Sul aos ministros militares trazendo mais uma vez à tona a divisão que ocorria no interior das Forças Armadas entre os setores anti-populistas e os setores legalistas do aparelho militar.⁽⁶⁾ Enquanto o general Machado Lopes colocou-se claramente contrário às posições dos mi

(4) De acordo com Lucília de Almeida Neves, "os primeiros ferroviários a desencadearem o movimento são os trabalhadores da Leopoldina que, em número de 18.000 paralisam todo o transporte suburbano carioca e pararam os estados de Minas e Espírito Santo". Neves, Lucília de Almeida, *op.cit.*, pg. 123.

(5) Skidmore, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975, pg. 256.

(6) A divisão já explicitada desde o final do segundo governo Vargas no interior das Forças Armadas tornara-se uma constante a partir de então, tendo sido responsável pelas rebeliões de Jacareacanga e Aragarças durante o governo Juscelino. Ver a esse respeito Oliveira, Eliézer Rizzo, *op. cit.*, cap. 7.

nistros militares, recusando-se a bombardear a sede do governo do Rio Grande do Sul e mobilizando tropas para impedir uma invasão do Estado, os oficiais da Aeronáutica elaboraram um plano frustrado de assassinar Goulart ou impedir a aterrissagem de seu avião no Brasil.⁽⁷⁾

À movimentação na área militar seguiu-se a decretação de greve geral pelo Conselho Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), entidade intersindical que congregava os sindicatos de trabalhadores da Guanabara.

Apesar da intensa repressão coordenada pelo governador Carlos Lacerca, visando impedir que se efetivasse a greve geral, no dia 29 a paralisação foi geral entre os portuários, atingindo também fábricas metalúrgicas e várias gráficas, além dos ferroviários que já estavam parados.⁽⁸⁾

No Estado do Rio a paralisação atingiu os operários navais (3000), trabalhadores da Vicrobrás e Fábrica de Vidros São Domingos (3500), ferroviários, trabalhadores da construção civil (1500), pessoal dos carris (800) e metalúrgicos (Mimetal).⁽⁹⁾

Em São Paulo, reunidos durante os dias 26 e 27 na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, os dirigentes sindicais decidem lançar manifesto conclamando os trabalhadores à greve:

"Jânio renunciou à Presidência como Getúlio em 54 fôra levado ao suicício. O povo conhece, porém as causas dessa situação, como nós trabalha

(7) Oliveira, Eliêzer Rizzo, *op. cit.*, pgs. 332 e 333

(8) Última Hora, 29/08/61

(9) *Idem*

dores, as conhecemos. Foram as forças reacionárias ligadas aos monopólios financeiros internacionais que o forçaram à renúncia. Seu agente é o mesmo: o provocador Lacerda.

Essas forças e grupos que exploram o povo brasileiro e o levam à miséria com a insuportável carestia de vida, são contra a independência do Brasil, o anseio de libertação de nossa Pátria, nosso desenvolvimento econômico, a autodeterminação dos povos, as relações com todos os países e são contra a paz.

Os trabalhadores por seus órgãos sindicais, considerando a gravidade da situação e conscientes de sua força e responsabilidade resolvem:

- 1- greve geral para garantir o respeito à Constituição Federal com a posse do vice-presidente João Goulart, que completará o período presidencial conforme determina o artigo 79 da Constituição;
- 2- convocação imediata de assembleias permanentes de todas as entidades do Estado de São Paulo;
- 3- realização de assembleias sindicais em todos os sindicatos do Estado, dia 28;
- 4- concentração permanente na Praça da Sé, na capital e nas cidades do interior com comícios diários em praça pública.

Trabalhadores:

Que unidos defendamos a legislação constitucional e as garantias democráticas individuais.

Que o parlamento se mantenha firme e coeso e não permita que a Constituição seja rasgada e desrespeitada.

Estamos em luta por novo salário-mínimo.

Estamos em luta pela conquista do abono de Natal.

Estamos em luta contra a carestia.

Que em cada fábrica, navio, escritório, porto, em todos os locais de trabalho, se forme um firme baluarte em defesa da Constituição e dos direitos democráticos e sindicais de todo o povo.

Assim unidos e garantindo as liberdades e o respeito à Constituição é que derrotaremos os golpistas e os monopólios internacionais, seus agentes e sua política e conseguiremos nossas

reivindicações e melhores condições de vida para todo o povo brasileiro.

Temos certeza na vitória do povo e da democracia!

Viva a Constituição!

Abaixo a provocação golpista!

Posse ao vice-presidente João Goulart!

Viva a independência econômica e social do Brasil!"⁽¹⁰⁾

A palavra de ordem de greve geral é também encaminhada pelos estudantes. Todavia, a onda de repressão que se abateu sobre São Paulo foi generalizada. As estações de rádio foram postas sob censura, o aeroporto de Congonhas foi ocupado pela polícia e na área sindical a repressão provocou não só o fechamento de diversos sindicatos, sendo que alguns foram ocupados por policiais do exército, como também a prisão de inúmeros líderes sindicais, além de trabalhadores e estudantes.

Nessas circunstâncias, a greve preparada para o dia 28 ficou acéfala: os trabalhadores compareceram normalmente ao trabalho e apenas os estudantes conseguiram deflagrar a greve preparada pela União Estadual dos Estudantes (UEE), paralisando 95% dos estabelecimentos de ensino na capital.

Mesmo assim, a conclamação à greve conseguiu paralisar alguns setores do litoral, onde no dia 29 a greve se iniciou entre os trabalhadores do cais de Santos (parcial), os trabalhadores de 5 indústrias petroquímicas de Cubatão (Alba, Estireno, Copebrás, Anilina e Union Carbide) e os ferroviários da Santos-Jundiaí (greve parcial). Todavia, a greve foi suspensa no dia seguinte em virtude da ocupação militar da cidade e detenção de vários líderes sindicais.⁽¹¹⁾

(10) Última Hora, 28/08/61

(11) Última Hora, 30/08/61

É interessante notar que entidades sindicais dirigidas pelos "pelegos" se colocaram contra o movimento grevista, alegando que a continuidade do trabalho e a manutenção da calma era a melhor forma dos trabalhadores cooperarem com a nação naquela situação de crise.

Em São Paulo, os "ministerialistas" ligados principalmente às federações e a alguns sindicatos, lançaram manifesto nesse sentido, o qual foi veementemente combatido pelos líderes nacionalistas.⁽¹²⁾

Com a votação da emenda parlamentarista pelo Congresso Nacional a 02/09/61, as greves parciais ampliam-se no Estado da Guanabara e no Rio de Janeiro: além dos ferroviários que mantêm-se paralisados, as greves consolidam-se entre os marítimos que paralisam todas as embarcações do Rio de Janeiro e da Guanabara e os portuários que param completamente o trabalho no porto do Rio de Janeiro. De acordo com Hércules Correa, na indústria as greves parciais também continuavam, sendo os setores mais atingidos o metalúrgico e o têxtil.⁽¹³⁾ Nos dois estados, o movimento só cederá com a posse de Jango.

A greve, ainda que parcial, teve um papel importante na conjuntura de crise que se abriu com a renúncia de Jânio, na medida em que comprovou a disposição de luta de alguns setores de trabalhadores, apesar da grande repressão que se desencadeou sobre os grevistas e os sindicatos.

De certa forma, essa onda de greves indica já algumas características importantes que o movimento sindical virá a adquirir durante esse período.

Em primeiro lugar, o movimento grevista teve sua maior difusão na região do Grande Rio. Este fato comum às várias greves políticas do período deve estar relacionado não

(12) Última Hora, 29/08/61

(13) Última Hora, 04/09/61

sô à importância política que continuava representando o Rio de Janeiro, como também à maior penetração do PTB e do PCB nos sindicatos cariocas do que nos outros estados do país, inclusive São Paulo.

Em segundo lugar, os setores mais atingidos foram os setores públicos como os marítimos, portuários e ferroviários, entre os quais, conforme já indicamos, havia uma maior penetração da ideologia nacionalista.

Em terceiro lugar, apesar do caráter eminentemente político da greve, as reivindicações econômicas, embora de maneira secundária, são também introduzidas, como é o caso das lutas por novo salário-mínimo, pelo reajuste geral dos salários e pela conquista do abono de Natal, mencionadas no documento emitido pelas lideranças sindicais de São Paulo, acima citado. Embora essas reivindicações não tenham tido maior importância no desenrolar da greve, uma vez que ela esteve determinada pela questão da posse de Goulart, concordamos com Erickson que é possível que sua inclusão possa ter predisposto os trabalhadores a aderirem ao movimento. ⁽¹⁴⁾

Seria necessário destacar, entretanto, que apesar da greve não ter redundado imediatamente na conquista dessas reivindicações, Jango atendeu, um mês e pouco mais tarde, a uma reivindicação importante dos trabalhadores, elevando o salário-mínimo em 40%.

O apoio fornecido pelos setores nacionalistas do movimento sindical ao presidente redundará, por outro lado, num fortalecimento desses setores no interior do movimento sindical e numa aproximação bastante grande dos sindicatos por eles comandados com o governo. A aliança que se estabelece, a partir daí, entre os sindicatos e o governo, levou Goulart a colocar sua influência a favor das lideranças sindicais nacionalistas ajudando

⁽¹⁴⁾ Erickson, Kenneth Paul, *op. cit.*, pg. 147.

-os a combater os "pelegos". Essa atitude do governo foi particularmente importante na vitória dos setores nacionalistas nas eleições da CNTI, três meses depois, na qual esses setores contaram com o apoio de Goulart. ⁽¹⁵⁾

(15) Erickson assim se refere a esses acontecimentos:

"A oportunidade para um afastamento definitivo dos pelegos mais impopulares veio com a eleição bienal para a CNTI, quando Goulart colocou o poder da presidência por trás dos homens que o haviam apoiado três meses antes. Goulart veio ao Rio para o Congresso da CNTI e organizou então o afastamento dos pelegos. Os pelegos ocupantes dos cargos-chave exerciam influência sobre os delegados eleitores porque seus postos na Confederação permitia-lhes distribuir oportunidades de viagem, empregos e outros favores. O assessor sindical de Goulart, Gilberto Crockatt de Sã, ofereceu, em troca das propostas dos pelegos, vantagens sustentadas pelo presidente. Àqueles que votassem pela chapa da esquerda, prometeu cargos para amigos e parentes, bem como substanciais pagamentos em dinheiro. Assegurou-lhes, além do mais, que se a chapa dos pelegos vencesse, Goulart colocaria a confederação sob intervenção e convocaria nova eleição que seria vencida pela oposição. Sob tais condições a eleição da chapa oposicionista pareceu certa. Seria tolice, pois, se os indecisos recusassem os benefícios que obteriam se aceitassem o inevitável. De 52 votos, os pelegos haviam assegurado 22 e a oposição 17. Os 13 restantes permaneciam indecisos. A contagem final, de 29-23, indicou que todos os indecisos menos um votaram com a chapa vitoriosa".

Erickson, Kenneth Paul, *op. cit.*, pg. 148 e 149.

2. O Ministério Tancredo Neves e a Greve do Gabinete

Uma vez empossado, Jango procurou consolidar sua posição política formando um gabinete constituído pela maioria dos partidos. O cargo de Primeiro Ministro coube a Tancredo Neves, líder do PSD que havia sido Ministro da Justiça de Getúlio em 1954.

Embora a situação política tivesse se acalmado com a adoção do parlamentarismo e a formação de um gabinete que incluía uma representação da maioria dos partidos,⁽¹⁶⁾ os setores de direita continuavam pressionando o governo e, de acordo com Moniz Bandeira, conspiravam "para derrubar o gabinete do Primeiro Ministro Tancredo Neves, eclipsado segundo eles por Goulart, e constituir um governo forte que exprimisse a tendência conservadora das forças dominantes no Congresso."⁽¹⁷⁾ De fato, apesar de que a polarização entre as forças políticas identificadas com os setores nacionalistas e os setores ligados aos interesses multinacionais e associados tivesse dividido o Congresso entre a Frente Parlamentar Nacionalista (bloco parlamentar surgido em 1956 que se constituía dos setores nacionalistas que apoiavam Goulart e que contava na época com 72 deputados federais⁽¹⁸⁾) e a Ação Democrática Parlamentar (que atuava como frente política dos setores mais conservadores associados ao ca

⁽¹⁶⁾ O gabinete incluía 4 ministros do PSD, 2 da UDN e apenas 1 do PTB: Francisco de San Thiago Dantas que ocupou o Ministério das Relações Exteriores. Cf. Toledo, Caio Navarro, O Governo Goulart e O Golpe de 64, São Paulo, Brasiliense, 1982, pg. 25.

⁽¹⁷⁾ Bandeira, Moniz, op. cit., pg. 46.

⁽¹⁸⁾ Fratti, Rolando, "Contribuição ao Estudo do Movimento Operário", parte V - "da Greve de 53 ao Golpe Fascista", in Revista Debate, nº 23, setembro de 1976, pg. 30.

pital estrangeiro), estes últimos detinham a maioria no Congresso.⁽¹⁹⁾ Esse predomínio dos conservadores no Congresso tornou-se inclusive um dos grandes empecilhos ao governo de Goulart, na medida em que eles conseguiam quase sempre obstruir as medidas preconizadas pelo Executivo, criando uma situação praticamente de paralisia do governo.

Todavia, também por parte dos setores mais próximos ao Presidente, a atitude com relação a Goulart não foi uniforme. Enquanto boa parte do PTB apoiava o governo incondicionalmente, o PCB e alguns setores mais radicais do PTB, embora não deixassem de prestar seu apoio ao Presidente, consideravam que Goulart havia conciliado com os setores golpistas ao aceitar a emenda parlamentarista e que desenvolvia uma política de concessões ao imperialismo e o latifúndio.⁽²⁰⁾

Um certo equilíbrio, no entanto, foi conseguido até maio do ano seguinte quando no discurso do dia 1º em Volta Redonda, Jango criticou o gabinete Tancredo Neves pela forma moderada com o qual vinha encaminhando o debate do anteprojeto de Reforma Agrária de autoria do Ministro da Agricultura, Armando Monteiro, um conhecido usineiro do PSD.⁽²¹⁾ O discurso signifi-

⁽¹⁹⁾ Dreifuss, René Armand, op. cit., pg. 319. Convém destacar que essa polarização entre os setores nacionalistas e os setores associados passou os próprios partidos políticos que passaram a apresentar em seu interior grupos de parlamentares identificados com as forças adversárias a nível nacional da tendência predominante dentro do Partido. Um bom exemplo dessa situação é o grupo "Bossa Nova" da UDN que em geral identificava-se mais com as posições dos setores nacionalistas do que com as posições dos setores conservadores que o Partido representava.

⁽²⁰⁾ Em função dessa divisão entre as forças de esquerda, San Thiago Dantas, que era conselheiro especial do Presidente formulou a tese de que existiam duas correntes: "o movimento de esquerda positivo, no qual entram todos que apoiam plenamente João Goulart e o movimento de esquerda negativo, que critica a política do governo". Koval, Boris, op. cit., pg. 471.

⁽²¹⁾ O discurso de Goulart referia-se à necessidade do Congresso realizar uma reforma constitucional que alterasse o § 16 do Artigo 141 que condicionava as desapropriações de terra à "prévia e justa indenização em dinheiro". Tendo em vista os altos recursos que exigia do governo, o § 16 impedia de fato a realização de uma Reforma Agrária que implicasse numa ampla redistribuição de terras. Cf. Toledo, Caio Navarro, op. cit. pgs. 30, 31 e 32.

cou o afastamento de Goulart com relação ao Conselho de Ministros liderado por Tancredo Neves e já no mês seguinte a perspectiva de renúncia do gabinete, tendo como pretexto o dispositivo constitucional que estabelecia a necessidade de renúncia 90 dias antes das eleições, para os legisladores que pretendessem se reeleger,⁽²²⁾ jogava o país numa nova crise institucional. Com a necessidade de se escolher um novo ministério, os partidos entravam numa verdadeira batalha para decidir quem viria substituir o Ministro Tancredo Neves, eliminando o esforço de união nacional criado com a adoção da emenda parlamentarista e a formação do gabinete Tancredo Neves.

As divergências, já bastante pronunciadas entre os setores nacionalistas e os setores mais conservadores, aprofundaram-se sobremaneira, desembocando numa crise política que se estendeu por mais de um mês, e que era agravada pela generalizada insatisfação popular provocada pela carestia e sonegação de gêneros de primeira necessidade, que vinha ocorrendo nos principais centros urbanos.

Desde o início de junho, os partidos começam a definir sua posição sobre a composição do futuro gabinete, trazendo à tona as profundas divergências que marcavam o cenário político nacional e que vinham se agudizando progressivamente. Enquanto a UDN e o PSD esforçavam-se na tentativa de conseguir formar um gabinete onde as forças mais conservadoras estivessem majoritariamente representadas, pretendendo com isso diminuir a in-

⁽²²⁾ Como as eleições para o legislativo seriam realizadas a 7 de outubro daquele ano, os ministros que compunham o gabinete deveriam renunciar até o dia 7 de julho para poderem se reeleger em seus cargos legislativos.

fluência do presidente e do PTB, este último insistia na necessidade de um gabinete comprometido com as reformas de base, afirmando que defenderia a necessidade de que o novo gabinete assumisse o compromisso de lutar pela contenção da alta do custo de vida, contra a espiral inflacionária, pela consecução do primeiro passo no sentido da reforma agrária e das outras consideradas essenciais para o desenvolvimento nacional, pela manutenção da política externa independente e pela igual independência no plano interno como fator principal para a emancipação econômica do país. ⁽²³⁾

Embora também endossando a necessidade de um gabinete comprometido com as reformas de base, já o PCB denunciava a solução de conciliação com o imperialismo e o latifúndio que tinha sido dada à crise de agosto de 61 pelas classes dominantes, afirmando que a solução encontrada trazia em seu bojo elementos da nova crise, na medida em que a política de conciliação adotada por Goulart tornava o governo incapaz de implementar as reformas de base, ao mesmo tempo que permitia às forças da reação intensificarem sua atividade. Criticando não só o Presidente, como a cúpula do PTB por seus compromissos com as forças reacionárias, o PC propõe a constituição "de um governo nacionalista e democrático, composto de homens capazes de empreender já, sem vacilações, as reformas de estrutura que o povo reclama." ⁽²⁴⁾

As manifestações dos sindicatos sobre o novo gabinete iniciam-se com a resolução da CNTI, a 5 de junho, que, exigindo a formação de um gabinete democrático e nacionalista, conclamava "todos os trabalhadores e suas organizações a realizarem assembléias e reuniões nos seus locais de trabalho; organizarem atos públicos para examinar a situação que atravessa o país e envidarem, desde já, todos os esforços na preparação da greve geral, a ser desencadeada no momento em que ela se torne necessária, sob o

⁽²³⁾ Última Hora, 01/06/62

⁽²⁴⁾ Novos Rumos, 01/06/62 a 01/06/62, "Esmagar os golpistas e formar gabinete que faça as reformas".

comando de suas organizações."⁽²⁵⁾

Para Goulart tratava-se de encontrar um nome que fosse aceitável pelo Congresso, mas que ao mesmo tempo estivesse comprometido com o programa das forças nacionalistas e, principalmente, com a luta pelo Plebiscito.

A tensão em que se encontrava o país acentua-se a partir do momento em que começam a surgir as primeiras notícias de que Goulart estaria inclinado a indicar o nome do Ministro das Relações Exteriores, San Thiago Dantas.

O Ministro vinha desenvolvendo, de maneira firme, uma política de independência nas relações exteriores do Brasil, tendo em menos de três meses estabelecido as relações diplomáticas com a União Soviética, rechaçado as sanções contra Cuba propostas pelos Estados Unidos e defendido a idéia da neutralização de Cuba na Conferência de Punta del Este, que se realizara de 22 a 31 de janeiro de 62.⁽²⁶⁾ Além disso, desde que seu nome começou a ser cogitado para Primeiro Ministro, o chanceler vinha enfatizando sua posição favorável à reforma agrária com extinção dos latifúndios, à reforma bancária e democratização dos bancos, à legislação sobre os investimentos estrangeiros e os dos brasileiros que enviam seus lucros aos bancos do Exterior, à coordenação do sistema de transportes do abastecimento e à renovação do Parlamento, considerando que a adoção dessas medidas deveria interessar mais a cada partido do que a conquista de ministérios na tradicional partilha do poder.⁽²⁷⁾

Logo após tomar conhecimento da intenção do presidente em indicar o Ministro do Exterior para formar o novo gabinete, os sindicatos iniciam manifestação de apoio ao chanceler.

⁽²⁵⁾ Telles, Jover, *O Movimento Sindical no Brasil*, op. cit. pg. 165.

⁽²⁶⁾ Bandeira Moniz, op. cit., pg. 47.

⁽²⁷⁾ Última Hora, 08/06/62 e 15/06/62 .

Já no dia 7 de junho, vários líderes sindicais reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo prestavam homenagem a San Thiago, declarando apoio à sua indicação para Primeiro Ministro.
(²⁸)

Todavia, diante de boatos de que os setores conservadores preparavam uma tentativa de influenciar junto ao Congresso Nacional para que desaprovasse o primeiro e o segundo nomes indicados pelo Presidente da República, a fim de que o Senado, de acordo com a lei, apresentasse o nome que finalmente viria a ser aprovado, a CNTI promove reunião extraordinária no dia 14, onde os líderes sindicais propõem diretrizes mais concretas sobre a greve geral. A greve seria realizada caso o nome sugerido pelo Presidente da República para formar o gabinete, e referendado pelas organizações sindicais, não fosse aceito pelo Parlamento, ou mesmo se o nome sugerido pelo Presidente não fosse aceito pelos sindicatos. Na reunião, que contou com a participação dos dirigentes da CNTI, CONTEC, Federação Nacional dos Marítimos, Federação Nacional dos Portuários, Federação Nacional dos Estivadores, União dos Portuários do Brasil, Sindicatos Nacionais de Aeroviários e Aeronautas, além de dezenas de outras organizações de trabalhadores, foi também formado um Comando Geral de Greve (CGG).
(²⁹)

A 22 de junho, quando a indicação de San Thiago Dantas para constituir o novo Conselho de Ministros se decide, as cúpulas partidárias do PSD e da UDN aumentavam as manobras no sentido de levar suas bancadas a vetar o nome do Ministro, enquanto as organizações sindicais publicavam uma carta impondo as condições para a ratificação do seu nome. As condições eram de que San Thiago se comprometesse "a compor os demais postos do gabinete de Ministros com homens já provados na luta de libertação nacional e lutar pelo Programa de 18 Pontos (já aprovado pelos trabalhadores em suas assembléias)."
(³⁰)

(²⁸) Última Hora, 08/06/62.

(²⁹) Última Hora, 15/06/62.

(³⁰) Ver Nota 9 do Capítulo anterior.

A partir de então, o PSD e a UDN intensificaram a coação sobre os efetivos de suas bancadas. Primeiro, as direções partidárias tentaram estabelecer um dilema ao chanceler e ao Presidente da República: negociar a composição do gabinete através da partilha dos setores administrativos ou levar à derrota de San Thiago em plenário. Todavia, diante da firme disposição do presidente e do chanceler, de levar à frente uma mudança completa nos critérios de formação do gabinete, pretendendo submeter à Câmara um Ministério integrado por nomes de gabarito escolhidos pelo "premier", sem negociações de apoio, as cúpulas partidárias decidiram concentrar todos seus esforços na coação de suas bases para impedir a indicação de San Thiago. ⁽³¹⁾

Ao mesmo tempo, os sindicatos decidiram pressionar pela aprovação do nome de San Thiago, encaminhando mais de 1.000 líderes sindicais do Rio, São Paulo, Minas e Pernambuco à Brasília, para assistir à sessão da Câmara Federal que iria apreciar a indicação de Dantas para "premier" no dia 27. ⁽³²⁾

Diante do veto do Congresso a San Thiago, por 174 votos contrários e 110 a favor, a CNTI volta a conclamar à mobilização para levar à prática, se necessário, a palavra de ordem de greve geral, convocando uma assembléia intersindical para o dia 1º de julho, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a fim de tomar medidas referentes à decretação da greve geral. Ao mesmo tempo, através de carta-aberta, a Confederação dos Trabalhadores apela ao presidente para que indique um segundo nome de alto gabarito capaz de constituir um Conselho de Ministros "democrático e nacionalista sem preocupações de ordem partidária e sem conciliação com os grupos contrários às lutas progressistas do povo brasileiro". ⁽³³⁾

É assim, que no dia 1º os trabalhadores insistem na palavra de ordem de greve geral, caso viesse a ser constituída

⁽³¹⁾ Última Hora, 26/06/62

⁽³²⁾ Idem

⁽³³⁾ Última Hora, 28/06/62 e 29/06/62

do um gabinete "reacionário e contrário aos interesses do povo brasileiro", enquanto Goulart indica o presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, para ocupar o cargo de Primeiro Ministro. ⁽³⁴⁾

Influente político do PSD, Auro tinha, sem dúvida, mais chances de ser aprovado pelo Congresso, embora tivesse defendido um programa que não diferia em essência do Programa de San Thiago, apontando a necessidade de combate à inflação, da reforma agrária, tributária, bancária e administrativa, apoiando a política externa independente e se propondo a apresentar um plano de emergência para atender ao abastecimento da população. ⁽³⁵⁾

Todavia, sua indicação foi também seguida de grande tensão, com a UDN e o PSD disputando a conquista dos cargos do gabinete a ser formado, e o PTB exigindo o apoio ao Plebiscito para aprovar o "premier". Além disso, a UDN exercia intensa pressão sobre Auro com o objetivo de obrigá-lo a excluir de seu gabinete elementos de orientação nacionalista, mesmo que pertencentes às classes produtoras.

Do lado dos sindicatos, a reação é bastante negativa, e seguida do lançamento de um manifesto, pelo CGG, à Nação, aos trabalhadores e ao povo em geral, alertando contra a conciliação e insistindo na preparação da greve geral.

No dia 2 de julho à noite, com a aprovação do nome de Auro Moura Andrade pela Câmara Federal, a crise ainda se agravava mais.

A intenção de Jango ao propor o nome de Auro para Primeiro Ministro era a de indicar um nome que o Congresso aceitasse, mas que fosse favorável à antecipação do Plebiscito. Para garantir também o seu poder no novo Conselho de Minis-

⁽³⁴⁾ Última Hora, 02/07/62

⁽³⁵⁾ Idem.

tros, o Presidente já vinha escolhendo os nomes que ocupariam as principais pastas ministeriais, o que aliás, de acordo com o Ato Institucional que instituíra o parlamentarismo, era de sua atribuição. Todavia, ao tomar conhecimento de que alguns setores políticos, sob a alegação de preservar a ordem legal, pretendiam manobrar para que as pastas militares fossem empalmadas por homens que haviam participado de movimentos golpistas, no passado, principalmente do de agosto de 1961, o próprio presidente começou a retroceder em sua atitude, afirmando que "transigira porque acreditava que sua atitude seria uma contribuição efetiva no sentido da manutenção da ordem legal que tem o dever de defender, mas que jamais iria ao extremo de colaborar na instalação de um governo comandado por aqueles que procuram abafar os mais legítimos anseios nacionais".⁽³⁶⁾

O alerta de Jango é seguido quase que imediatamente pela reação do 1º Exército, sob o comando do General Osvino Alves, que articula um esquema de resistência a tentativas golpistas, colocando de prontidão as tropas de seu exército e declarando que aguardava "ordem do Presidente da República para assegurar, como sempre temos feito, a defesa da ordem e da legalidade."⁽³⁷⁾

É em meio a esse clima de tensão que, em reunião na tarde do dia 4 na sede da CNTI, os líderes sindicais decidem decretar a greve geral de advertência, por 24 horas, a partir da zero hora do dia 5.

A crise que então se estabelece leva Auro a renunciar no dia 4 e, diante da sua renúncia, Jango apela aos líderes sindicais para que sustentem a greve. Após longa e secreta reunião que manteve com Gilberto Crockatt de Sá, Leocárdio Antunes, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, San Thiago Dantas e o general Osvino Alves que, em nome do presidente foram à CNTI pedir a sustação da greve, Dante Pellacani

⁽³⁶⁾ O Estado de São Paulo, 04/07/62.

⁽³⁷⁾ Última Hora, 05/07/62.

responde negativamente aos pedidos presidenciais afirmando: "Nós estamos do lado do Presidente, mas não sob seu controle. Se não tirarmos a greve ficaremos desmoralizados".

É, assim, que a greve se efetiva no dia 5, apesar dos esforços envidados por Goulart no sentido de sua desarticulação.

Aliás, na Guanabara, onde a greve foi mais intensa, alguns setores iniciam a paralisação já no dia 4, como os ferroviários da Leopoldina que param às 19:50 horas do dia 4. A partir dessa hora nenhum trem daquela linha circulou mais. Um choque da PM e outro do Exército foram chamados ao local e o transporte do povo começou a ser feito por caminhões do Estado. ⁽³⁸⁾ Ainda na noite do dia 4, começaram a paralisar suas atividades também os motoristas e trocadores de ônibus e lotações e os empregados nos bondes, completando o esquema traçado pelo CGG, de paralisação de todos os meios de transportes urbanos - peça importante no esquema do comando para facilitar a deflagração da greve nas demais categorias.

Os serviços ferroviários foram também totalmente paralisados, pois seguindo o exemplo dos trabalhadores da Leopoldina, os ferroviários da Central pararam a partir das primeiras horas do dia 5.

Paralisados completamente todos os meios de transporte, inclusive o marítimo entre o Rio e Niterói, os piquetes de greve começaram suas atividades nas empresas industriais. A greve atingiu mais intensamente a indústria metalúrgica, de fumo, gráfica, têxtil, de marcenaria, de confecção de roupas, de bebidas e de construção civil. Na indústria petrolífera a greve foi total. As refinarias de Duque de Caxias e Manginhos paralisaram completamente suas atividades, bem como o

⁽³⁸⁾ Última Hora, 05/07/62

terminal da Guanabara e o pessoal dos escritórios da Petrobrás.
(³⁹)

Os aeroviários e aeronautas do Rio pararam a partir das 9 horas do dia 5 e o tráfego aéreo sofreu colapso quase que total, com exceção apenas dos aviões que chegaram de outros pontos do país. Nenhum avião comercial em carreira normal levantou vôo do aeroporto do Galeão ou de Santos Dumont. Somente as aeronaves de companhias internacionais trafegaram normalmente. Segundo informações da Diretoria da Aeronáutica Civil, a redução do tráfego aéreo por parte das empresas nacionais da Guanabara foi de 90%. (⁴⁰)

Algumas casas comerciais que abriram suas portas no centro da cidade de manhã, fecharam ao meio-dia e a rede bancária do Estado permaneceu paralisada durante todo o dia. (⁴¹)

A repressão desencadeada pelo governador Carlos Lacerda fez várias prisões que só foram relaxadas após o término da greve.

Apesar de ter atingido basicamente o Estado da Guanabara, a greve teve repercussões também em outros estados: em São Paulo o movimento atingiu alguns setores da Capital como os trabalhadores da construção civil, mas não chegou nem a 1.000 o número de trabalhadores industriais que aderiram à greve. Em Santos, entretanto, a paralisação foi quase total, somente não atingindo os serviços de utilidade pública, tais como: água, luz, gás, telefone e hospitais. (⁴²) Acompanhando os demais trabalhadores de Santos, os ferroviários da Santos a Jundiaí pararam completamente, mas a Companhia Paulista de Estrada de Ferro funcionou normalmente e a Sorocabana teve seu tráfego prejudicado

(³⁹) Última Hora, 06/07/62

(⁴⁰) O Estado de São Paulo, 06/07/62 e Última Hora, 05/07/62

(⁴¹) O Estado de São Paulo, 06/07/62

(⁴²) O Estado de São Paulo, 06/07/62 e Última Hora, 05/07/62

apenas no ramal de Santos.⁽⁴³⁾ No ABC, embora o Conselho Sindical tenha prestado incondicional apoio à decisão da CNTI, a greve atingiu apenas São Bernardo, onde algumas firmas, como a Martini Rossi, Cestas Amaral, Termomecânica e Scânia Vabis tiveram suas atividades paralisadas.⁽⁴⁴⁾

Em Pernambuco a greve restringiu-se a Recife onde atingiu a grande maioria de ferroviários e estivadores e os bancários que paralisaram suas atividades.⁽⁴⁵⁾

No Ceará o movimento grevista foi intenso não só na capital como no interior. A Rede de Viação Férrea Cearense ficou totalmente paralisada, assim como o comércio e a indústria de quase todas as cidades e o porto de Fortaleza. Na Capital, cerca de 3.000 trabalhadores em greve organizaram um comício durante o dia e vários durante a noite.⁽⁴⁶⁾

Em Minas Gerais a greve estendeu-se a 4 empresas da cidade industrial e alguns pontos dos serviços ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina.⁽⁴⁷⁾

Na Bahia a greve restringiu-se à capital onde atingiu a região do porto e a Petrobrás, sendo que as atividades portuárias foram totalmente suspensas e na Petrobrás só funcionaram os setores que efetivamente não podem ser paralisados.⁽⁴⁸⁾

Em Alagoas a greve atingiu a zona portuária e os ferroviários. No Espírito Santo houve paralisação dos bondes e da Costeira do Brasil e no Pará a greve atingiu os portuários e os funcionários da Petrobrás em Belém.⁽⁴⁹⁾

⁽⁴³⁾ Última Hora, 06/07/62

⁽⁴⁴⁾ Idem

⁽⁴⁵⁾ O Estado de São Paulo, 06/07/62

⁽⁴⁶⁾ O Estado de São Paulo, 06/07/62 e Última Hora, 06/07/62

⁽⁴⁷⁾ O Estado de São Paulo, 06/07/62

⁽⁴⁸⁾ Idem

⁽⁴⁹⁾ Idem

No Rio Grande do Sul, apesar dos apelos de Brizola, os portuários aderiram à greve e os sindicatos organizaram um comício em Porto Alegre na noite do dia 5. ⁽⁵⁰⁾

Na tarde do dia 5, alguns líderes sindicais se reuniram com Jango em Brasília, a chamado do presidente, mas, apesar dos novos apelos de Goulart, a greve só cessou às 24 horas após reunião realizada na CNTI. No manifesto determinando a cessação da greve, os dirigentes ordenaram às organizações sindicais que se mantivessem em assembleias permanentes e em regime de sobreaviso, pois "novo movimento pode ser deflagrado caso surjam dificuldades à formação de um Conselho de Ministros que não satisfaça aos anseios do proletariado." ⁽⁵¹⁾

Todavia, a situação se acalma a partir do dia 6 e a crise política que se instalara desde a recusa do Congresso em referendar a primeira indicação de Jango resolve-se com a aceitação, por uma imensa maioria (215 votos contra 58) do nome de Brochado da Rocha. Como político do PSD, Brochado era um nome mais aceitável pelo Congresso do que San Thiago, embora defendesse um programa de reformas semelhantes ao de Dantas e estivesse inteiramente comprometido com as pretensões de Jango e do movimento sindical em marcar o Plebiscito para data relativamente próxima.

É importante ressaltar que a crise política desses dias foi ainda mais aguçada com a eclosão de violentos distúrbios que ocorreram no Rio de Janeiro e na Guanabara, devido à falta de alimentos.

Na tarde do dia 2 de julho, após aguardarem em vão desde as primeiras horas da manhã os caminhões da COFAP que deveriam trazer abastecimento de feijão para vender à população, os populares dirigiram-se para o centro da cidade do Rio de Janeiro e iniciaram violento saque aos estabelecimentos comerciais.

⁽⁵⁰⁾ O Estado de São Paulo, 06/07/62

⁽⁵¹⁾ Idem

provocando um prejuízo às casas comerciais de mais de um milhão e meio. A violenta repressão que se abateu sobre a população deixou o saldo de cerca de 30 prisões e 6 pessoas feridas. ⁽⁵²⁾

Três dias depois, exatamente no dia da greve, a rebelião chega à baixada fluminense atingindo principalmente as cidades de Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, além da Guanabara. De maneira muito mais violenta, aos gritos de "queremos feijão", os populares começaram a invadir, deprestar e saquear as casas de alimentos provocando um prejuízo de mais de 7 bilhões de cruzeiros. Novamente a repressão policial foi violenta, com a polícia atirando sobre a multidão enfurecida, deixando como consequência 40 mortos e mais de 1.000 feridos. ⁽⁵³⁾

A observação mais atenta dos fatos que ocorreram durante a greve revela, também neste caso, algumas características importantes do movimento sindical da época.

Mais uma vez o caráter político do movimento e sua vinculação com a campanha pelas reformas de base atestam a importância que esse tema vinha adquirindo no interior do movimento sindical.

Dessa forma, embora as reivindicações econômicas dos trabalhadores também tivessem sido inseridas na pauta de reivindicações, ⁽⁵⁴⁾ a greve é essencialmente política e tem sua dinâmica inteiramente determinada pelas decisões políticas. Embora

⁽⁵²⁾ Última Hora, 03/07/62

⁽⁵³⁾ Última Hora, 06/07/62 e 07/07/62

⁽⁵⁴⁾ Além da reivindicação de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, constava do Programa de 18 Pontos a reivindicação do 13º salário, cujo projeto embora já tivesse sido aprovado pelo Senado não havia ainda sido sancionado pelo Presidente.

como nas greves da legalidade, o movimento tenha desempenhado efeitos posteriores favoráveis às reivindicações econômicas dos trabalhadores, (no caso a assinatura da lei do 13º salário pelo presidente), seu atendimento deve-se menos à própria greve do que à relação que se estabelecia entre Goulart e os sindicatos. Dependendo do apoio dos sindicatos para se fortalecer frente à direita, Goulart via-se obrigado a atender as reivindicações mais importantes do movimento sindical, inclusive para poder continuar contando com seu apoio.

A greve revela, também, a disposição de alguns setores da classe operária em levá-la à prática.

Nesse sentido, é importante considerar que o nível do salário real estava na época bastante deteriorado, encontrando-se 26% abaixo do nível salarial de novembro de 61, época de seu último reajuste. Os estivadores estavam bastante despertados para a greve, uma vez que já vinham pressionando para uma reorganização do trabalho nas docas há vários anos, os metalúrgicos do Rio vinham pressionando para um aumento; os marítimos já haviam entrado em greve para efetivar o aumento salarial obtido em abril e os trabalhadores de transporte na Guanabara também estavam em vias de entrar em greve. ⁽⁵⁵⁾

Novamente concordamos com Erickson que a insatisfação econômica pode ter predisposto a base operária a aderir à greve, apesar de seu caráter eminentemente político. ⁽⁵⁶⁾

Essa predisposição de luta pode ser constatada inclusive pelo fato da liderança sindical não ter aceitado o pedido de Goulart para sustar a greve, alegando que se não tirassem a greve ficariam desmoralizados.

Contudo, o fato da greve ter contado com a adesão principalmente dos trabalhadores dos setores públicos vem demons-

⁽⁵⁵⁾ Harding, Timothy, *op. cit.*

⁽⁵⁶⁾ Erickson, Kenneth Paul, *op. cit.*, pg. 151.

trar que o descolamento da liderança em relação à maior parte dos trabalhadores ligados às empresas privadas, onde a ideologia nacionalista tinha menor penetração, era uma realidade.

Também o fato da greve ter tido pouco êxito em São Paulo e principalmente na Capital vem comprovar a baixa capacidade de penetração da orientação da liderança nesses setores. Aliás esse fato não passa despercebido pela própria liderança que busca fortalecer sua ação em São Paulo através da formação de uma organização de cúpula que sintonizasse a ação conjunta da classe trabalhadora local. ⁽⁵⁷⁾

Mais uma vez a greve redundou também no fortalecimento dos líderes sindicais nacionalistas e dos próprios sindicatos: os líderes sindicais foram chamados a Brasília para participarem com Jango e Brochado da decisão que levou Hermes Lima ao Ministério do Trabalho e estiveram junto com Goulart quando ele assinou a lei do 13º salário, a 13 de julho. ⁽⁵⁸⁾

(⁵⁷) "O movimento sindical paulista, reconhecendo a necessidade de uma cúpula que sintonize a ação conjunta da sua classe trabalhadora, deliberou na noite de ontem, formar um pacto de ação comum destinado a comandar qualquer movimento trabalhista que se faça necessário, inclusive a paralisação geral do trabalho. Após a eleição de sua diretoria provisória, recaíndo a presidência do pacto sobre o deputado Rocha Mendes, presidente do Sindicato dos Gráficos, a primeira deliberação adotada foi a convocação para hoje, às 10 horas, na Rua da Figueira, 233, com a comissão de trabalhadores em transportes (bondes, ônibus, taxis e ferrovias) para debater a ação dessas categorias profissionais dentro do organismo recém-criado."

Última Hora, 07/07/62.

(⁵⁸) Erickson, Kenneth Paul, op. cit. pg. 153.

3. O Gabinete Brochado da Rocha e a Greve do Plebiscito

Logo após a crise do gabinete, Goulart e Brochado da Rocha concentraram seus esforços no sentido de antecipar o Plebiscito que decidiria entre a continuação do parlamentarismo e a volta do presidencialismo, cuja data-limite havia sido fixada quando da instituição do parlamentarismo, em 1965.

Já em agosto, com a aprovação dos 3 ministros militares que publicaram um manifesto apoiando a votação nacional, Jango e Brochado conseguiram que o Congresso estabelecesse a data-limite de abril de 1963 para a votação nacional.⁽⁵⁹⁾ A intenção de Goulart, entretanto, era de forçar o Congresso a marcar o Plebiscito para 7 de outubro de 62, junto com as eleições que seriam realizadas para os cargos legislativos.

A nova crise se abriu no começo de setembro quando o governo se preparava para a semana de esforço concentrado entre os dias 10 e 15 de setembro, em que o Congresso decidiria sobre a delegação de poderes especiais ao Primeiro Ministro para a realização das reformas de base e a fixação da data do Plebiscito.

Novamente a decisão política a ser tomada jogava o país numa profunda crise institucional. Enquanto o presidente, o primeiro ministro e o PTB envidavam todos os esforços para que o Plebiscito fosse marcado para 7 de outubro, a UDN e o PSP procuravam impedir a consulta popular e o PSD encontrava-se dividido.⁽⁶⁰⁾

⁽⁵⁹⁾ Skidmore, Thomas, *op. cit.*, pg. 271.

⁽⁶⁰⁾ Na realidade, naquele momento a maioria das forças políticas era favorável à antecipação do Plebiscito, esperando que a volta do presidencialismo pudesse vir a acalmar a conturbada cena política. Aliás, a posição contrária à antecipação do Plebiscito e à volta do presidencialismo não foi unânime nem mesmo no interior da UDN, em virtude da pretensão de alguns políticos de concorrerem às eleições presidenciais de 1965, como era o caso, por exemplo, de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Cf. Castello Branco, Carlos, *Introdução à Revolução de 1964*, Rio de Janeiro, Artenova, 1975, 1º Tomo, pg. 65.

A participação do movimento sindical nos acontecimentos se dá agora sob a liderança do CGT que, criado no IV Encontro Sindical Nacional, realizado nos dias 17, 18 e 19 de agosto, delibera logo no início da semana enviar um telegrama ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, aos presidentes do Senado e da Câmara Federal e aos líderes dos partidos comunicando-lhes que seria decretada a greve geral se, até o dia 15, o Congresso não aprovasse a data de 7 de outubro para a realização do plebiscito e se não fossem atendidas as resoluções do IV Encontro Sindical Nacional. Anunciava o telegrama que

"o CGT, em regime de esforço concentrado, reunido com representantes dos comandos de todos os estados, comunica a V.Excia. a deflagração da greve geral se não forem atendidas até o próximo dia 15, as seguintes reivindicações:

1. plebiscito no dia 7 de outubro;
2. revogação da Lei de Segurança Nacional;
3. reforma da lei eleitoral sem discriminação de candidaturas e votos aos analfabetos e soldados;
4. aumento de 100% no salário-mínimo, com manutenção de hierarquia salarial para os demais trabalhadores;
5. aprovação do projeto da lei de greve, conforme projeto originário na Câmara Federal;
6. imediato enquadramento e readaptação de todos os funcionários públicos, independente de estudo do DASP;
7. reforma agrária radical que dê terra e meios aos camponeses;
8. rejeição do projeto de reforma bancária, de autoria da comissão especial e delegação de poderes ao Conselho de Ministros para fazer essa reforma e demais necessárias à emancipação econômica do país;
9. congelamento imediato dos preços dos gêneros de primeira necessidade".⁽⁶¹⁾

Nesse mesmo dia, a CNTI afirmava que a greve já havia sido preparada pelos emissários do CGT, que haviam percorrido os estados nas últimas semanas.

⁽⁶¹⁾ O Estado de São Paulo, 11/09/62.

O impasse que as pretensões de Goulart geraram foi se aprofundando rapidamente sem que se abrissem perspectivas de resolução, quer da questão da data do plebiscito, quer da questão da delegação de poderes ao Conselho de Ministros. Já no dia 12, a renúncia do gabinete Brochado da Rocha era eminente, ao mesmo tempo que o Comandante do III Exército, Jair Dantas Ribeiro, enviava despacho ao Ministro da Guerra comunicando-lhe que se encontrava sem condições para garantir a ordem pública em seu território, caso o povo se insurgisse contra o fato do Congresso recusar o plebiscito para antes ou, no máximo, simultaneamente com as eleições de outubro.⁽⁶²⁾

As intenções do Ministro da Guerra, General Nelson de Mello, de punir o General Jair Ribeiro (embora ele mesmo já tivesse se manifestado favorável ao plebiscito) levou o Primeiro Ministro a resolver-se definitivamente pela renúncia para contornar o impasse militar,⁽⁶³⁾ aprofundando ainda mais a crise.

Todavia, em reunião que se prolongou até às 4 horas da manhã do dia 14, o Senado aprovava a emenda Valadares ao projeto Capanema, fixando o Plebiscito para o dia 6 de janeiro, enquanto o projeto Capanema garantia a Goulart a possibilidade de constituir um Conselho de Ministros provisório com prévia anuência do Congresso.

É, nesse momento, que o CGT resolve decretar a greve geral para pressionar a Câmara a aceitar a emenda Valadares. A decisão da greve geral a partir da zero hora do dia 15 é tomada no dia 14 e, nesse mesmo dia, inicia-se a paralisação em alguns setores, como na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em São Paulo e na Estrada de Ferro Leopoldina, refinarias de petróleo, Companhia de Aviação Panair, estaleiros e cais do porto na Guanabara.⁽⁶⁴⁾

⁽⁶²⁾ Última Hora, 13/09/62.

⁽⁶³⁾ Bandeira, Moniz, op. cit. pg.61.

⁽⁶⁴⁾ Última Hora, 15/09/62.

A greve viera num momento pouco apropriado. Além do fato do dia 15 ser um sãbado, a crise política já estava praticamente resolvida quando de sua deflagração, na medida em que a Câmara também já havia aprovado a emenda Valadares nas primeiras horas do dia 15, fixando o plebiscito para 6 de janeiro. Dessa forma, sua eclosão restringiu-se quase que exclusivamente ao Estado da Guanabara, onde paralisaram os transportes marítimos, aéreos, urbanos e ferroviários e ao Rio de Janeiro onde pararam os marítimos e ferroviários.

Nos demais estados a repercussão da greve foi pequena atingindo apenas alguns setores das capitais. Em Porto Alegre pararam os trabalhadores do porto e das ferrovias; em Salvador a greve atingiu os portuários; em Fortaleza pararam os marítimos e ferroviários; em Belo Horizonte houve greve dos metalúrgicos, dos aviãoários e dos ferroviários; em Recife 7 sindicatos de trabalhadores da orla marítima acataram a ordem de greve e em Brasília houve paralisação dos bancários, aeronautas, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil. ⁽⁶⁵⁾

Em São Paulo o movimento não teve praticamente repercussão, tendo atingido apenas a cidade de Santos, onde uma greve dos servidores da SMTC, por aumento salarial, já se alastrara para outros setores alguns dias antes da greve geral, paralisando quase todas as principais atividades da cidade. ⁽⁶⁶⁾

Novamente o presidente tentou em vão sustar a greve. Embora a preparação do movimento tivesse contado com o seu próprio estímulo, ⁽⁶⁷⁾ Goulart começou a se empenhar na sua desmobilização depois da decisão da Câmara. Inicialmente Jango

⁽⁶⁵⁾ O Estado de São Paulo, 15/09/62 e 16/09/62.

⁽⁶⁶⁾ A greve já havia se generalizado devido à violenta repressão que o prefeito da cidade fizera desencadear sobre os grevistas, o que levou o FSD a convocar os demais sindicatos a aderirem à greve em solidariedade aos trabalhadores da SMTC. O Estado de São Paulo, 15/09/62.

⁽⁶⁷⁾ Entrevista realizada com Almino Afonso (já citada).

enviou, já na manhã do dia 15, os seus assessores Gilberto Crockat de Sã e Lafaiete de Almeida à Guanabara para pedirem aos líderes do CGT a sustação da greve. Diante da recusa dos dirigentes sindicais, Goulart voltou à ação na parte da tarde, enviando agora o novo Ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto, para encaminhar apelo no sentido de que a greve terminasse. No novo encontro foi acertado o término da greve em troca do comprometimento do presidente em garantir a liberação de todos os grevistas presos, declarar oficialmente a inexistência de motivos para que a greve fosse considerada ilegal e anular todos os processos existentes na Justiça, contra os líderes grevistas, além de se comprometer a envidar esforços para o atendimento das demais reivindicações da greve, entre as quais se destacavam o aumento de 100% no salário-mínimo e a imediata sindicalização dos trabalhadores rurais. ⁽⁶⁸⁾

⁽⁶⁸⁾ O contato telefônico de Dante Pelacani com Goulart é elucidativo a respeito da maneira diferente como o líder sindical e o presidente encaravam a greve.

Ponderando a necessidade de que a greve fosse cessada no mais tardar até a zero hora do dia 16, "sobretudo porque o governo em face do pronunciamento patriótico do Congresso não pode e não deve mais ficar de braços cruzados", Goulart afirmava: "como Presidente da República serei forçado, contra as minhas próprias convicções, a usar da autoridade do Governo para evitar mal maior. Acho que a greve não tem mais razão de ser, já que o Congresso, na sua soberania, atendeu às aspirações do povo, admitindo o Plebiscito."

Diante da resposta de Pelacani de que os trabalhadores não fizeram a greve simplesmente pelo Plebiscito e de que havia outras reivindicações tanto ou mais importantes quanto o Plebiscito, das quais a liberdade de todos os detidos era a primeira delas, Goulart comprometeu-se a garantir a liberdade de todos os líderes e grevistas presos e de se empenhar no atendimento das demais reivindicações.

O conjunto das reivindicações era: 1. liberdade de todos os detidos; 2. anulação dos processos existentes e garantia da insubstância dos aludidos processos na justiça; 3. declaração oficial de inexistência de motivos para a greve ser considerada ilegal; 4. composição de um governo democrático-nacionalista; 5. garantia de que ninguém será processado por participação na greve; 6. elevação dos níveis de salário-mínimo na base de 100%; 7. alteração da portaria ministerial que regula o reconhecimento e registro dos sindicatos rurais, de forma a facilitar a sua organização; 8. aplicação imediata da lei que dispõe sobre a remessa de lucros para o exterior; 9. aprovação dos enquadramentos de pessoal no serviço público federal, autárquico e paraestatais através de seus próprios órgãos de pessoal; 10. intervenção governamental - não apenas do CEFAP - no poder econômico visando o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, artigos de consumo popular, medicamentos, etc... *Jornal do Comércio, 16/09/1962.*

É assim que, no final do domingo, o CGT suspende a greve. Apesar do seu reduzido sucesso, o que aliás foi admitido pelo próprio CGT,⁽⁶⁹⁾ a greve serviu, como em julho, para aumentar o poder político da liderança sindical na qual Jango se apoiara para se contrapor à maioria conservadora do Congresso.

A greve do Plebiscito concentra, de forma aguda, as características que vimos procurando destacar no movimento sindical desse período: movimento essencialmente político de apoio a Goulart, a greve conta com a participação quase que exclusiva dos setores públicos, restringe-se fundamentalmente à região do Grande Rio e está inteiramente determinada pelo desenrolar da crise política que se abriu com a recusa do Congresso em atender ao Executivo. Novamente, nesse caso, a liderança não deu maior importância às reivindicações de cunho econômico que faziam parte da pauta de reivindicações, tendo inclusive aceitado posteriormente à greve um aumento do salário-mínimo inferior ao que se reivindicava durante a greve para não desviar seus esforços da campanha política pela volta do presidencialismo.⁽⁷⁰⁾

Mais uma vez, entretanto, o fortalecimento dos setores nacionalistas foi efetivo: logo depois da greve os líderes do CGT foram chamados à Brasília para opinar sobre os nomes dos novos Ministros das Finanças e da Agricultura, e foram atendidos em uma importante reivindicação através de novo regulamento do Ministério do Trabalho para facilitar a organização dos trabalhadores rurais.⁽⁷¹⁾

⁽⁶⁹⁾ O Estado de São Paulo, 18/09/62.

⁽⁷⁰⁾ O aumento do salário-mínimo foi de 75%, enquanto a reivindicação era de um reajuste na base de 100%. Apesar da liderança sindical ter considerado o aumento "irrisório", quando de sua apresentação pelo Ministro João Pinheiro ao Conselho de Ministros, no dia 08/11/62, os sindicatos optaram em concentrar seus esforços na campanha pelo não ao parlamentarismo no Plebiscito que iria se realizar no dia 6 de janeiro e acabaram aceitando a proposta do governo. Neves, Lucília de Almeida, op. cit. pg. 41.

⁽⁷¹⁾ Erickson, Kenneth Paul, op. cit., pg. 157.

Após a greve do Plebiscito, "o comando do Executivo passava praticamente para as mãos do Presidente da República"⁽⁷²⁾ e o gabinete provisório encabeçado por Hermes Lima concentrou suas forças na campanha política que visava a derrotar o parlamentarismo no Plebiscito de 6 de janeiro. Os sindicatos voltaram-se também inteiramente para a campanha a favor do presidencialismo, a qual centrou-se, fundamentalmente, na questão das reformas. Cumprindo sua promessa de que apoiaria as resoluções do IV Encontro, Jango vinculou a Campanha do Plebiscito às reformas de base, acentuando a necessidade da volta ao presidencialismo para que o governo tivesse pulso para poder encaminhá-las.

⁽⁷²⁾ Toledo, Caio Navarro, *op. cit.*, pg. 36.

4. Conclusão

As greves da fase parlamentarista refletem a profunda crise institucional que marcou o período, caracterizada pelo contínuo esforço de Goulart em se fortalecer no governo.

Frente às investidas dos setores mais conservadores, o governo procurou apoiar-se nos setores populares e nos sindicatos, buscando desesperadamente a formação de uma composição de forças que lhe permitisse ao mesmo tempo negociar com a direita e isolá-la perante os demais setores que vacilavam com relação à manutenção da legalidade.

A aproximação de Goulart com relação aos sindicatos coincidiu, por sua vez, com as propostas do movimento sindical que, centralizando suas lutas nas campanhas nacionalistas, vinha progressivamente orientando sua atuação no sentido de fortalecer os setores nacionalistas no governo.

Embora esses últimos viessem denunciando a política de conciliação de Goulart, o apoio ao governo se colocava como uma questão importante para o movimento sindical, na medida em que, através dele, os sindicatos abriam espaço para as lutas nacionalistas e pressionavam pelo atendimento das reformas de base que se constituíam no ponto principal de seu programa.

Dessa forma, a aliança que resultou dos esforços convergentes dos sindicatos e do governo propiciou o fortalecimento tanto de Goulart como dos sindicatos, de cujo apoio o governo não podia prescindir.

As greves políticas que caracterizaram a atuação do movimento sindical no período, surgem assim como a expressão dessa aliança. Através delas os sindicatos tiveram decisiva par-

participação no encaminhamento das propostas políticas que se seguiam às constantes crises que marcaram o período, fortalecendo o poder de Goulart, ao mesmo tempo que garantiam o seu próprio fortalecimento. Greves de caráter nacional, deflagradas pelas organizações sindicais de cúpula e pelas organizações intersindicais criadas pelos setores nacionalistas, elas vem demonstrar uma grande capacidade de unificação do movimento a nível nacional e o poder de pressão que os sindicatos vinham adquirindo.

Suas características expressam, no entanto, não só o poder político dos sindicatos, mas também os limites que marcaram o movimento sindical do período. Contando com a participação quase que exclusiva dos trabalhadores dos setores públicos e tendo seu raio de ação limitado fundamentalmente à região do Grande Rio, as greves políticas refletiam a fraca representatividade dos sindicatos entre os trabalhadores dos setores privados da economia e demonstravam sua incapacidade em mobilizar os trabalhadores do principal centro industrial do país representado por São Paulo.

Ao contrário do setor público, os trabalhadores do setor privado mantiveram-se distantes das campanhas nacionalistas embora não tenham deixado de lutar pela defesa de seus interesses econômico-corporativos.

Embora algumas dessas características principais do movimento sindical se mantenham no período que se segue ao Plebiscito, a abertura de uma nova conjuntura virá trazer a presença de novos elementos que levarão também a algumas mudanças na atuação dos sindicatos em 1963.

Capítulo II

DA VOLTA DO PRESIDENCIALISMO AO GOLPE MILITAR

Embora o resultado do Plebiscito, com 9 milhões de votos favoráveis à volta do presidencialismo, tenha significado uma retumbante vitória de Goulart sobre as forças da direita, a garantia dos plenos poderes não foi suficiente para criar condições para o saneamento político e econômico pretendido pelo Presidente.

Pelo contrário, o período que se abre em 63 caracteriza-se pelo aguçamento da crise política, ao mesmo tempo que a desaceleração da economia, que já vinha se aprofundando desde a curta passagem de Jânio pela presidência, transforma-se numa crise econômica aberta e de difícil solução nos marcos daquela conjuntura política.

Apesar de que as eleições de outubro de 1962 haviam fortalecido os setores nacionalistas, a maior preocupação de Goulart a nível político consistiu em fortalecer os setores mais moderados, nos quais pretendia apoiar-se para conseguir barrar tanto a oposição da direita, representada fundamentalmente pela UDN, como a da "esquerda negativa", constituída pelos setores que vinham exigindo do Presidente a imediata implementação das reformas de base.⁽¹⁾ Na verdade, desde a crise

⁽¹⁾ As eleições de 1962 foram extremamente disputadas e a atuação da Ação Democrática Parlamentar (ADP) foi fundamental no evento, servindo de canal para o complexo IPES/IBAD patrocinar os candidatos conservadores e representantes do bloco associado ao capital estrangeiro. Todavia, apesar do apoio que esses candidatos receberam não só do IPES e do IBAD, como também da Divisão Ocidental da CIA Americana, o resultado das eleições foi favorável aos setores nacionalistas que se fortaleceram no Congresso e conseguiram eleger importantes políticos como Leonel Brizola, eleito deputado federal pela Guanabara e Miguel Arraes, que se elegeu governador de Pernambuco. Cf. Dreifuss, René Armand, op. cit., pg. 319 e seguintes.

do Plebiscito, Goulart se aproximava do PSD através do estabelecimento de uma aliança com Juscelino Kubitschek e Benedito Valadares, trocando o apoio de Brizola e dos setores mais radicais da esquerda nacionalista pelos setores mais moderados. Nessa mudança de comportamento Goulart abriu mão inclusive das medidas que vinha pretendendo implementar para viabilizar a realização das reformas de base que, juntamente com a questão do Plebiscito havia sido responsável pela demissão do Ministro Brochado da Rocha.⁽²⁾

Dessa forma, o período que se abre com a volta do presidencialismo e vai até o início de 64 será marcado por um relativo afastamento entre os sindicatos e o governo. Embora o movimento sindical continuasse apoiando Goulart no enfrentamento com a direita, a tentativa governamental de procurar a estabilidade política aproximando-se das classes dominantes e de resolver a crise econômica através de medidas que não contemplavam as propostas dos sindicatos, levou Goulart a afastar-se dos setores nacionalistas e do movimento sindical, os quais responderam de forma crítica às propostas governamentais. Apesar de não ter chegado a romper abertamente com o Presidente, o movimento sindical manteve-se numa posição mais independente com relação ao governo, recusando-se a aceitar suas propostas econômicas, ao mesmo tempo que intensificava seus esforços no sentido de pressioná-lo para o atendimento das reformas estruturais do país.

(2) O comentarista Carlos Castello Branco assim se refere ao episódio: "Em meio a tudo isso, desapareceu o problema das reformas de base, mansamente engolido pelo PSD, que, como preliminar do entendimento, derrotou, no primeiro momento, inexplicavelmente a emenda Oliveira Brito, a tal que reduzia o quorum para permitir ao futuro Congresso a reforma da Constituição nos pontos que a esquerda considerava essenciais para atender às reivindicações do povo. É claro que esse também foi um dos itens do acordo, uma de suas cláusulas secretas".

Castello Branco, Carlos, *op. cit.*, 1ª Tomo, pg. 58.

Embora o PSD tenha protestado contra o que considerou sua fraca participação no Ministério, Jango procurou contrabalançar entre as diferentes forças políticas, dando uma nítida preponderância aos setores moderados do governo.

Apesar de o Ministério do Trabalho ter sido ocupado por Almino Afonso, líder da bancada do PTB na Câmara, que se destacava por suas posições nacionalistas, o Ministério era também formado por políticos conservadores do PSD como Antonio Balbino e Amaral Peixoto e por militares "duros" como o general Amauri Krueel, empossado como Ministro da Guerra. O homem forte do Ministério era entretanto o representante da esquerda moderada, San Thiago Dantas. Juntamente com Celso Furtado, Ministro sem Pasta para o Planejamento, Dantas procurou desenvolver um programa para resolver a crise econômica brasileira ⁽³⁾ calcado no Plano Trienal elaborado no final de 1962 por Furtado.

1. O Rechaço ao Plano Trienal

O Plano visava recuperar a economia brasileira destacando, para tanto, oito objetivos básicos que eram:⁽⁴⁾

- 1- recuperar a taxa de crescimento da economia a um índice de 7% ao ano;
- 2- reduzir de forma gradual o processo inflacionário até chegar a taxas de 10% ao ano;

⁽³⁾ Além do rápido recrudescimento da depressão econômica, a economia brasileira se via afetada pela suspensão da corrente de crédito do país no exterior, interrompida desde a renúncia de Quadros. Castello Branco, Carlos, *op. cit.*, 1º Tomo, pg. 83.

⁽⁴⁾ A análise que se segue sobre o Plano Trienal baseia-se fundamentalmente em Miranda, José Carlos Rocha, O Plano Trienal: O Canto do Cisne do Nacional-Desenvolvimentismo, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1979, e Singer, Paul, "Análise Crítica do Plano Trienal", in Desenvolvimento e Crise, São Paulo, DIFEL, 1967.

- 3- reduzir o elevado custo social, característico do desenvolvimento brasileiro, melhorando a distribuição de seus objetivos. Para tanto os salários reais deveriam crescer a taxas pelo menos idênticas às do aumento da produtividade do conjunto da economia;
- 4- intensificar a ação do governo nos campos da educação, pesquisa, tecnologia e saúde pública;
- 5- reduzir as desigualdades regionais;
- 6- eliminar progressivamente os entraves institucionais à continuidade do desenvolvimento, entre os quais destaca-se a estrutura agrária;
- 7- refinar a dívida externa;
- 8- assegurar ao governo uma unidade de comando crescente dentro de sua própria esfera de ação.

Embora seus objetivos contemplassem várias preocupações dos setores nacionalistas (entre as quais destacam-se a reforma agrária, a eliminação das desigualdades regionais, a intensificação da ação do governo no campo social e a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico entre os vários setores da população), o Trienal constituía-se, na realidade, numa proposta de continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista que mesclava a análise estruturalista da CEPAL encampada pela esquerda, com a ortodoxia dos monetaristas.⁽⁵⁾

A nível mais imediato, a prioridade do Plano consistia na contenção do processo inflacionário a fim de reconduzir o sistema à estabilidade e, a longo prazo, responder pela "melhor utilização da capacidade já instalada no país e por uma seleção mais adequada dos novos investimentos, de forma a elevar a relação produto-capital e manter a taxa de crescimento do produto".⁽⁶⁾

⁽⁵⁾ Cf. Miranda, José Carlos Rocha, *op. cit.*

⁽⁶⁾ *Idem*, pgs. 3 e 4.

Para tanto o Plano considerava como prioritária a planificação dos gastos públicos a fim de evitar as constantes emissões monetárias, propondo a redução do dispêndio público programado e a elevação da carga fiscal. A estratégia adotada para atingir esses objetivos era, entretanto, absolutamente insuficiente.

No que se refere à elevação da carga fiscal, embora o Plano reconhecesse a necessidade de uma reforma fiscal para eliminar o caráter regressivo da política em vigor, não havia nenhuma proposta de como fazê-lo.⁽⁷⁾ No que tange à redução do dispêndio público programado, o Trienal concentrava os cortes dos gastos governamentais nos subsídios. A análise desenvolvida a esse respeito considerava (conforme a orientação monetarista) que a eliminação dos subsídios viria diminuir a procura efetiva da economia, considerada responsável pelo recrudescimento do processo inflacionário. O que se provocaria na realidade seria, conforme sublinhou Miranda, "o aumento dos preços do trigo, pão, transporte e combustíveis, alimentando ainda mais a espiral inflacionária. Isto porque tanto os intermediários mercantis quanto as empresas repassaram ao consumidor suas elevações de custo".⁽⁸⁾

No que diz respeito a esses itens o Plano se aproximava, portanto, mais da ortodoxia monetarista do que das propostas da CEPAL que ressaltavam a importância do redistributivismo.

(7) Singer, Paul, "Análise Crítica do Plano Trienal", *op. cit.*, pgs. 112 e 113.

(8) Miranda, José Carlos Rocha, *op. cit.*, pgs. 31 e 32.

Outro item importante do Trienal consistia no setor externo. Seguindo nesse caso a análise da CEPAL, o Plano considerava o setor externo como fator de desequilíbrio, devido ao fato de que a capacidade para importar vinha permanecendo estável, enquanto a procura de produtos importados vinha aumentando em função do próprio desenvolvimento da economia. As propostas encaminhadas no sentido de enfrentar o desequilíbrio externo eram, no entanto, bastante contraditórias. Ao mesmo tempo que mantinha-se a lei que regulamentava o capital estrangeiro, disciplinando a remessa de lucros para o exterior, a política cambial mantinha a concepção implícita nas reformas cambiais de 1961: "continuava suspensa a concessão de subsídios, via sistema cambial, unificado o mercado cambial e limitada a possibilidade de tratamentos diferenciais pela manipulação do câmbio. Tudo conforme a política de estabilização a que o FMI vinculava sua ajuda ao governo Quadros".⁽⁹⁾

A denúncia de Singer expressa bem a crítica formulada pelos setores nacionalistas na época: "Apesar de reconhecer com lucidez o problema constituído pela contradição existente no setor externo, o Plano não propõe nenhuma medida de profundidade para resolvê-lo. Pelo contrário, as medidas que ele promete que serão adotadas pelo governo só contribuirão para aumentar ainda mais o endividamento externo real do país, a o prever um afluxo bastante vultoso de capital estrangeiro nestes próximos três anos e reservar parcelas expressivas de nossos rendimentos em moeda estrangeira para serem remetidas no exterior como remuneração dos seus serviços."⁽¹⁰⁾

(9) Miranda, José Carlos Rocha, *op. cit.*, pg. 81.

(10) Singer, Paul, "Análise Crítica do Plano Trienal", *op. cit.*, pg. 133.

Singer refere-se nessa passagem aos entendimentos com os Estados Unidos no sentido de renegociar a dívida externa brasileira e obter novos empréstimos, os quais foram seriamente criticados pela esquerda nacionalista como uma capitulação ao imperialismo.

Logo após o resultado do Plebiscito esses setores começaram a criticar duramente o Plano Trienal, considerando que ele não alterava as estruturas que permitiam ao capital estrangeiro continuar explorando o povo brasileiro, mas, pelo contrário, significava uma anuência aos planos de austeridade do FMI que jogavam sobre os trabalhadores os ônus da crise. A partir desse posicionamento, os sindicatos passaram a criticar as medidas que visavam à contenção dos salários e se recusaram a aceitar as propostas do governo que implicavam na deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

Apesar das críticas, Dantas e Furtado procuraram implementar o Plano rapidamente, atacando a inflação através da contenção salarial e das medidas que visavam reduzir os déficits do setor público, como a contenção das emissões e o corte dos subsídios sobre as importações de trigo e gasolina. Paralelamente San Thiago dirigia-se a Washington em março a fim de tentar renegociar a dívida, enquanto o Presidente preparava o projeto de reforma agrária para apresentar ao Congresso, como forma de atender ao objetivo do Plano de eliminar o entrave institucional à continuidade do desenvolvimento constituído pela estrutura agrária e como maneira de atrair os setores da esquerda nacionalista ao governo.

As medidas implementadas logo começaram, entretanto, a produzir seus primeiros efeitos: o corte das emissões gerou uma ligeira recessão na indústria automobilística e de construção civil e o corte dos subsídios levou a um aumento de 40% no preço

dos transportes e do pão.

Além disso, a proposta de contenção salarial implicava obrigatoriamente numa política de controle das reivindicações operárias que se tornava difícil frente ao avanço das lutas dos trabalhadores e à recusa dos sindicatos em apoiar a política econômica do governo. Já em meados de fevereiro, embora o Ministro do Trabalho tenha conseguido evitar uma greve dos trabalhadores em gás e iluminação no Rio e em São Paulo, não pôde impedir que esses setores tivessem o primeiro aumento estranho aos esquemas da política financeira. ⁽¹¹⁾

Com os efeitos da adoção do Plano, a relação entre Goulart e os setores nacionalistas começou a deteriorar-se rapidamente. Aos contundentes ataques de Leonel Brizola ao Plano Trienal e à incapacidade do Congresso em atender "aos verdadeiros anseios da população, promovendo as reformas de base", soavam-se as críticas do CGT e dos sindicatos ao programa de austeridade.

Por outro lado, a viagem de Dantas não produziu os efeitos desejados. O Ministro conseguira fazer um acordo com o governo dos Estados Unidos da monta de 398,5 milhões de dólares, mas apenas 84 milhões foram destinados de imediato (a partir de junho), o restante tendo ficado dependente dos rumos que tomaria a economia brasileira, ⁽¹²⁾ os quais deveriam passar inclusive pela aprovação de uma comissão do FMI que visitaria o Brasil em maio. ⁽¹³⁾ Além disso, o governo americano impusera ao

(11) Castelo Branco, Carlos, *op. cit.*, 1ª Tomo, pg. 125.

(12) Última Hora, 26/03/1963.

(13) Os Estados Unidos queriam ter certeza da capacidade do governo em estabilizar a economia e controlar a inflação, tendo inclusive alertado San Thiago de que os aumentos salariais deveriam ser contidos.

Brasil fechar um contrato de compra da AMFORP (American & Foreign Power) até o dia 1 de julho daquele ano, pelo preço de 43 milhões de dólares. ⁽¹⁴⁾

O acordo com a AMFORP veio trazer o pretexto final para os ataques da direita e da esquerda nacionalista ao Ministério Dantas/Furtado e ao Plano Trienal. Além dos efeitos indesejáveis que a nova política econômica vinha produzindo não só para os trabalhadores como para o capital privado, o acordo, extremamente generoso para a companhia, fornecia fartos elementos de crítica ao governo.

É assim que as relações entre as esquerdas e Goulart vão se tornar bastante estremecidas. A nível do movimento sindical o afastamento com relação ao governo tornou-se bastante pronunciado e os sindicatos procuraram atuar com maior independência com relação a Goulart, o que levou o Presidente a retirar o apoio que prestara no ano anterior ao CGT, passando inclusive a tomar medidas que visavam enfraquecer a entidade. ⁽¹⁵⁾

⁽¹⁴⁾ Bandeira, Moniz, op. cit., pgs. 93 e 94

⁽¹⁵⁾ As desavenças entre Goulart e o CGT realmente se acirraram bastante durante esse período. Os dirigentes do CGT estavam extremamente descontentes com o Presidente e reclamavam a desvinculação do Comando das hostes governamentais pelo fato de Goulart não ter cumprido as promessas que fizera antes da extinção do parlamentarismo, entre elas a de que seriam realizadas as reformas de base.

Jango procurou responder às tentativas de independência do CGT de duas maneiras: por um lado, procurou agir através de seu assessor sindical incentivando a UST. Esta, entretanto, nunca chegou a ter a magnitude do CGT e Goulart teve que acabar desistindo da entidade a partir do segundo semestre de 63.

Paralelamente à UST, Jango tentou subjugar o CGT propondo que no dia 1º de maio o governo criasse a Confederação Geral dos Trabalhadores através de um ato do Poder Executivo. O CGT, entretanto, rejeitou a proposta devido à característica paternalista que o Presidente da República pretendia dar à Confederação Geral dos Trabalhadores e às restrições de ordem organizativa e de mobilização que o governo visava aplicar à entidade máxima do sindicalismo brasileiro.

As contradições entre o governo e o movimento sindical se aprofundaram também em função da atuação de Almino Afonso no Ministério do Trabalho. Ao que tudo indica, Jango nomeara Almino para a pasta do Trabalho na esperança de que a confiança que os setores nacionalistas depositavam no líder do PTB poderia permitir-lhe o controle do movimento sindical enquanto o governo implementava as medidas do Plano Trienal com vistas a resolver a crise. ⁽¹⁵⁾

A atuação do Ministro, entretanto, não correspondeu às expectativas de Goulart. Embora tivesse concordado no início de sua gestão em não alimentar a espiral inflacionária pela pressão dos salários, Almino começou logo depois a engrossar as críticas dos sindicatos ao Plano Trienal e a fortalecer o CGT, além de ter proposto o Forum de Debates Lindolfo Collor para discutir a CLT. Apesar de que o próprio governo vinha encaminhando através do Ministério da Justiça a preparação de um anteprojeto do Código do Trabalho ⁽¹⁷⁾ as medidas tomadas por Almino não foram bem

⁽¹⁵⁾ A respeito do Ministério Almino Afonso, cf. Erickson, Kenneth Paul, *op.cit.* cap. V, "O Ministério do Trabalho na Gestão de Almino Afonso: um estudo de caso de mudança política".

⁽¹⁷⁾ O anteprojeto do Código de Trabalho foi elaborado pelo Prof. Evaristo de Moraes Filho, visando adaptar a legislação trabalhista à Carta de 46, através da eliminação dos princípios corporativistas da Carta de 37. O anteprojeto propunha medidas importantes para a liberdade sindical como a extinção do enquadramento sindical, a eliminação da intervenção administrativa nos sindicatos, a paulatina extinção do Imposto Sindical e a introdução de modificações no regime de unidade sindical, embora não eliminasse a necessidade de reconhecimento dos sindicatos pelo Estado. Quanto ao enquadramento sindical, o anteprojeto o extingue "como quadro apriorístico adrede preparado, dentro do qual se devem encaixar, de forma paralela, dois a dois, quaisquer atividades econômicas ou profissionais" (Legislação do Trabalho, publicação bimestral de legislação social, doutrina e jurisprudência, ano 28, São Paulo, setembro e outubro de 1964, pg. 479), permitindo "a livre formação de entidades sindicais de cúpula que substituem, num verdadeiro regime democrático, as corporações previstas na Carta de 37". (LTR-pg.479). No que diz respeito à intervenção administrativa nos sindicatos, o anteprojeto elimina da organização sindical "quaisquer resquícios de inter-

(continua ...)

aceitas por Goulart^(1ª) que logo começou a tentar sua substituição na Pasta do Trabalho. As reações dos sindicatos foram, ent tanto, sempre hostis às intenções do Presidente que só pôde desvencilhar-se do Ministro em junho, quando houve a mudança de todo o Ministério.

O primeiro momento em que os conflitos entre os setores nacionalistas e Goulart vão se tornar abertos ocorreu no

(continuação ...)

venção administrativa nos sindicatos ou intromissão de pessoas estranhas à vida sindical, quer sejam funcionários ou não; responsáveis unicamente os dirigentes sindicais pelo cumprimento das leis e dos estatutos elaborados pela assembleia geral". (LTR-pg.480)

A modificação introduzida no regime de unidade sindical, permite "um regime de pluralidade de associações profissionais que podem a qualquer tempo, provar que são mais representativas do que o sindicato anteriormente reconhecido e pleitear a cassação do seu registro, passando a substituí-lo como sindicato representativo da categoria" (LTR-pg.480). Tal medida visava a animar "a dinâmica da vida sindical" obrigando os sindicatos a serem "efetivamente representantes da categoria para poderem continuar a falar em seu nome".

Finalmente, quanto ao Imposto Sindical, considerado como altamente inconveniente e nocivo, "na medida em que subordina os sindicatos ao Ministério do Trabalho", o anteprojeto propõe sua extinção gradativa "dentro do prazo máximo de 2 anos a partir da vigência do Código". (LTR-pg-481). Para tanto, os sindicatos deveriam "atrair os integrantes das categorias para a sindicalização dispensando-os do pagamento do imposto, desde que façam parte do sindicato ou venham a ele associar-se. Também quando os sindicatos já possuem mais da metade da categoria associada, deixarão de receber Imposto Sindical. Finalmente poderão, a qualquer tempo, resolver as assembleias gerais dos sindicatos extinguir o imposto para as respectivas categorias. Com isso restituem-se os sindicatos a si mesmos num regime de plena liberdade e responsabilidade social". (LTR-pg.481).

Concluído em março de 1963, o anteprojeto significou a iniciativa mais importante no sentido da autonomização dos sindicatos, apesar de não propor a extinção do sindicalismo de Estado.

Cabe destacar, entretanto, que o anteprojeto Evaristo não teve maior repercussão entre os sindicatos, permanecendo praticamente desconhecido pelo movimento sindical. De acordo com o próprio Almino a instabilidade política do período concentrou a atenção dos sindicatos, não tendo havido oportunidade de se desenvolver um debate mais amplo sobre a CLT, nem sobre o próprio anteprojeto.

(1ª) Entrevista realizada com Almino Afonso, (já citada).

episódio que ficou conhecido como a Batalha da Guanabara e que deveu-se à recusa de Lacerda em autorizar que se realizasse no Rio de Janeiro um congresso de solidariedade a Cuba, que havia sido permitido pelo Presidente. Num pronunciamento feito na televisão em termos insultuosos a Goulart, Lacerda alegara o caráter subversivo do encontro, dizendo que ele iria "violiar a Constituição, que proibia a propaganda da guerra, da luta de classe e da subversão da ordem constitucional".

Ante a atitude de Lacerda, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e os sindicatos começaram a fazer pressão sobre Goulart para que ele se confrontasse com o governador, intervindo na Guanabara para garantir a realização do conclave.

Jango, entretanto, desaconselhou a resistência à proibição de Lacerda e pediu ao seu Ministro da Guerra, General Amauri Kruei para organizar uma demonstração no Rio em repúdio a o governador. As posições do General Kruei eram conhecidas: embora se posicionasse como defensor da legalidade e a favor de Goulart, o general não era simpático à atuação da esquerda, nem do General Osmino Alves, comandante do 1º Exército, bastante próximo dos setores nacionalistas e do CGT.

A atitude de Goulart deixou os setores nacionalistas receosos. Era claro que deixando nas mãos de Kruei a responsabilidade à atitude de Lacerda, o Presidente procurava afastar-se dos setores nacionalistas. Suas hesitações e conciliações (que chegaram ao ponto de levá-lo a fazer dois discursos seguidos atacando "a exaltação da extrema esquerda"⁽¹⁹⁾) assustaram o General Osmino no que desaconselhou o CGT a participar da demonstração, temendo estar em marcha um esquema de intervenção nos sindicatos e em Pernambuco, cujo governador, Miguel Arraes, era fortemente atacado pela direita.

(19) *Bandeira, Moniz, op. cit. pg. 95.*

O fraco cortejo presente à demonstração anti-Lacerda, organizada por Kruel, animou o CGT a provar seu poder ao Presidente. Aliado à UNE e à FPN e contando com o apoio do general Osvino, o CGT começou a organizar um comício público de desagravo ao Presidente.

No dia 7 de abril, enquanto os setores nacionalistas preparavam o comício, o general Osvino Alves proferiu um discurso na solenidade do aniversário do Batalhão de Guardas, criticando "os inimigos das instituições, os bardeneiros profissionais" que "desejam a manutenção de privilégios e espalham in tranquilidade, impedindo o governo de trabalhar". Defendendo as reformas de base, o general anunciou que daria garantia ao povo "para que ele se reúna em praça pública a fim de desagravar seu presidente e manifestar suas justas reivindicações."⁽²⁰⁾

O discurso do General Osvino Alves provocou pronta reação do Ministro da Guerra. Diante da ameaça de punir o comandante do 1º Exército por participar de um evento político não militar, Amauri Kruel transformou o episódio numa crise militar e Jango apressou-se a enviar um telegrama ao presidente da CNTI, Clodsmith Rianni, apelando para que a concentração programada se limitasse "aos patrióticos objetivos de defesa das liberdades democráticas, da política de emancipação nacional e das justas reivindicações populares", e para que fosse adiada a fim de que não viesse a ocorrer durante a Semana Santa.

Num primeiro momento o CGT confirmou a realização do comício. Todavia, no dia seguinte, juntamente com a União Nacional do Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a FPN, o CGT lança um comunicado ao povo, adiando a concentração popular marcada para o dia 11. Conclamando o povo para que se mantivesse "em estado de alerta

(20) Última Hora, 08/04/1963.

e de permanente mobilização, a fim de enfrentar a luta com a presteza necessária que a situação está a anunciar" o comunicado ameaçava, também, com uma greve geral contra qualquer tentativa de golpe. ⁽²¹⁾

A manifestação não chegou, entretanto, a se realizar. Na semana seguinte, a Câmara deveria constituir as comissões para acelerar o andamento da reforma agrária e os setores nacionalistas voltam-se para essa questão. ⁽²²⁾

Já no dia 11, os parlamentares da FPN, unem-se a os líderes sindicais e estudantis para criar um conselho que coordenasse a identidade de propósitos e a unidade de ação dos setores nacionalistas. O Conselho Coordenador da Unidade Parlamentar - Militar - Sindical - Estudantil -, que deveria ser formado por dois deputados da FPN, dois dirigentes do CGT, dois dirigentes estudantis e do deputado - Sargento Garcia - (representando os sargentos), teria como primeira missão "coordenar a batalha parlamentar e, ao mesmo tempo, lutar pela conquista das reformas de base em termos justos e urgentes." ⁽²³⁾

É assim que, mal tendo saído da crise político - militar aberta com o pronunciamento de Lacerda na TV, o país se encaminhava para uma outra crise, que girava agora em torno da questão das reformas. ⁽²⁴⁾

(21) Última Hora, 10/04/1963 e O Estado de São Paulo, 11/04/1963.

(22) A suspensão da manifestação é uma clara evidência do afastamento de Goulart em relação à esquerda nacionalista. A derrota que o Presidente impôs a esses setores, principalmente a seus representantes mais destacados que vinham encabeçando as posições do grupo no conflito da Guanabara, como o general Osvaldo Alves e Brizola, tornava evidente as tentativas de Goulart no sentido de apoiar-se nos setores mais moderados representados pelo general Kruel, pelo general Albino Silva (chefe do gabinete militar da Presidência da República) e por San Thiago Dantas.

(23) Última Hora, 15 e 16/04/1963.

(24) Jango apresentara uma lei de reforma agrária que propunha a indenização em apólices do governo e não em moeda corrente. Requeria, portanto, a lei, uma emenda do artigo 141 da Constituição, o que significava a necessidade de 2/3 (dois terços) dos votos do Congresso. Skidmore, Thomas, op. cit., pg. 300.

A situação, já bastante tensa, se agravava com a perspectiva de decisão do Congresso Nacional a respeito do aumento do funcionalismo civil e militar da União. Os funcionários reivindicavam um aumento de 70% em seus vencimentos, mas a proposta do governo era de apenas 40% em virtude da necessidade de contenção salarial para o controle da inflação e dos acertos da missão brasileira em Washington, nos quais Dantas havia se comprometido a que o governo não estabeleceria um aumento salarial superior a 40%.

As divergências entre o governo e os setores nacionalistas começaram a se acirrar. Apesar de a vigorosa campanha pelas reformas fortalecer o projeto de reforma agrária enviado por Jango ao Congresso, ela rompia com a linha de moderação que o Presidente vinha adotando. Além disso, o apoio do CGT aos funcionários civis e militares, pelo aumento de 70% dificultava a resistência do governo à reivindicação dos servidores.

O apoio do movimento sindical às reivindicações dos funcionários não contava, entretanto, com a simpatia de alguns setores militares, que vinham demonstrando uma crescente irritação em relação à atuação dos setores nacionalistas e do CGT. A 26 de março, os oficiais das três armas decidem repudiar "completa e integralmente o apoio do CGT e do Sr. Brizola" ao protesto dos servidores contra o aumento de 40% em seus salários. Declarando que não podiam levar adiante suas pretensões "apoiados por uma entidade espúria e ilegal" afirmavam o seu total repúdio à "interferência indébita do CGT e grupos extremados interessados apenas na subversão da ordem e na desagregação das Forças Armadas," em seus problemas. ⁽²⁵⁾

Tornava-se patente que o relativo apoio que o movimento sindical tivera dos militares durante o ano de 62, na luta pelo retorno ao presidencialismo, vinha se esvaziando jun-

(25) O Estado de São Paulo, 27/04/1963.

to à corporação militar. Na realidade, o apoio militar às atividades sindicais e do CGT restringia-se nesse momento a alguns poucos oficiais nacionalistas encabeçados pelo general Osvino Alves, que deveria inclusive passar para a reserva dentro de pouco tempo.

A radicalização política vinha já provocando significativas transformações no interior das Forças Armadas, que vinham caminhando em direção a uma atitude cada vez mais impaciente com relação às ações da esquerda nacionalista, indispondo crescentemente os militares em relação a esses setores.

Cabe lembrar, entretanto, que também os suboficiais, fundamentalmente os sargentos, vinham adotando as posições nacionalistas. Suas reivindicações de participação política indicavam que eles vinham desenvolvendo uma consciência política que não tinha possibilidade de expressão no interior do aparelho militar. De acordo com Oliveira, esta consciência comportava dois aspectos: de um lado, o seu papel no interior do aparelho militar, devido à formação profissional que lhes era exigida desde a Segunda Guerra em função da modernização dos armamentos, dava-lhes uma consciência de sua importância política e profissional na instituição militar. Por outro lado, suas relações com o nacionalismo de esquerda foram se tornando muito estreitas, principalmente em função do trabalho que os comunistas faziam entre eles, visando ganhar sua adesão.⁽²⁶⁾

Dessa forma, o apoio militar aos sindicatos restringia-se nesse momento quase que exclusivamente aos sargentos que se mantinham como aliados do CGT e vinham inclusive buscando seu apoio para revogar a inelegibilidade dos suboficiais.⁽²⁷⁾

⁽²⁶⁾ Oliveira, Eliézer Rizzo, *op. cit.*, pgs. 366 e 367

⁽²⁷⁾ Os sargentos que haviam sido eleitos nas eleições de outubro de 1962 estavam impossibilitados de assumir o cargo devido à proibição constitucional de que suboficiais concorressem a cargos eletivos.

A incompatibilidade da corporação militar com a atuação política do CGT se acentuou, alguns dias depois, quando o CGT, a FPN e a UNE unem-se aos sargentos das três armas para fazer um comício em homenagem ao General Osvino. Na manifestação, que contou com a participação de cerca de 600 pessoas, entre as quais o General da Reserva Alceu Jovino Marques, os oficiais lançaram um manifesto - que ficou conhecido como o Manifesto dos Sargentos - de confiança na orientação do general Osvino Alves, destacando seus ideais nacionalistas. Além disso, o subtenente Gelcy Carvalho proferiu um inflamado discurso destacando o apoio dos trabalhadores representados pelo CGT à campanha do funcionalismo civil e militar pelo aumento de vencimentos e a necessidade das reformas salientando:

"Nós, os sargentos e oficiais progressistas, autênticos nacionalistas, pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas juntamente com o povo, e lembrem-se os senhores reacionários que o instrumento de trabalho do militar é o fusil."⁽²⁸⁾

Dois dias depois da manifestação, o General Amauri Kruehl recomendou aos comandantes dos quatro exércitos que punissem "indistintamente todos os militares que venham a cometer crimes contra o Estado e a ordem política e social" e determinou a instauração de inquérito policial-militar para apurar os fatos ocorridos na reunião do dia 11, com ordens de prisão ao General da Reserva Alceu Jovino Marques e ao subtenente Gelcy Rodrigues Correa.⁽²⁹⁾

A reação dos militares, entretanto, não arrefeceu a atuação do CGT, que continuou conclamando pelo aumento de 70% para os servidores, ao mesmo tempo que intensificava a campanha pelas reformas, junto com a FPN e a UNE, propondo inclusive uma greve geral pelas reformas e a ida de uma caravana de dirigentes sindicais a Brasília no início de junho, para pressionar pela re

⁽²⁸⁾ O Estado de São Paulo, 12/05/1963.

⁽²⁹⁾ O Estado de São Paulo, 14/05/1963.

forma do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição.⁽³⁰⁾

A situação tornou-se ainda mais difícil para o governo, em meados de maio, com a chegada da missão do FMI no Brasil, num momento em que o projeto de reforma agrária acabara de ser rejeitado por uma comissão da Câmara dos Deputados.⁽³¹⁾ A rejeição da emenda constitucional que criaria condições para a reforma agrária agravava a situação de Goulart frente à missão do FMI. Além da reforma agrária fazer parte do comunicado conjunto de Dantas em Washington, a decisão da Comissão da Câmara dos Deputados teria como efeito certamente a radicalização do movimento sindical sobre o qual Goulart não tinha praticamente mais nenhum controle.

⁽³⁰⁾ Após a organização de um grande "rush" de mobilização popular pelas reformas em várias regiões do país, juntamente com a UNE e a FPN, o CGT já havia solicitado dos comandos estaduais, a promoção de reuniões de consulta a fim de verificar se seus filiados estariam de acordo com a realização de uma greve geral visando: a obtenção da reforma agrária; o aumento de 70% para os servidores civis e militares; o salário família para todos os trabalhadores; o pagamento de auxílio enfermidade e aposentadoria em valor nunca inferior ao salário-mínimo mensal vigente na região e a regulamentação e execução da lei que disciplina o envio de lucros para o exterior e supressão por um ano da remessa de quaisquer divisas para o estrangeiro a título de pagamentos de juros.

O Estado de São Paulo, 09/05/1963.

⁽³¹⁾ A emenda foi derrotada por 7 (sete) votos (PSD, UDN e PSP) contra 4 (quatro) (PTB e PDC), demonstrando a negação do PSD em aceitar a reforma agrária. Influenciado pelas posições defendidas pela UDN na convenção de abril de 1963 (entre as quais a defesa da intervenção das Forças Armadas e dos Estados Unidos a fim de pôr termo ao "comunismo legal" de Goulart), "o PSD recuará definitivamente face às suas primeiras conversações com o governo", passando a também fechar questão contra a reforma constitucional.

Cf. Toledo, Caio Navarro, op. cit., pg. 56.

Jango resolveu preparar nova emenda para encaminhar ao Senado, enquanto os representantes dos comandos estaduais decidiam dar plenos poderes ao secretariado do CGT para deflagrar a greve geral pelo tempo e no momento em que fosse conveniente e para organizar a ida da caravana de dirigentes sindicais a Brasília no dia 5 de junho, a fim de reafirmar seu apoio à luta pela reforma do parágrafo 141 da Constituição Federal.

Antes mesmo da caravana sair para Brasília, entretanto, um novo conflito estoura com a greve nacional dos aeronautas e dos aeroviários no dia 31 de maio, em virtude da demissão, pela Varig, do Comandante Paulo Melo Bastos que, exercendo mandato sindical na Federação Nacional dos Aeroviários, usufruía de estabilidade provisória assegurada por lei.

Em face da negativa da Varig em readmitir o comandante despedido, depois do próprio Ministro do Trabalho ter feito apelo público à direção da Companhia para que reconsiderasse o ato, o Comando de Greve resolveu pedir a intervenção do governo federal na empresa "para restabelecer a vigência e o respeito à Constituição e à legislação trabalhista."⁽³²⁾

A greve foi considerada como "rigorosamente legal" pelo Ministro do Trabalho, mas o Presidente restringiu-se a fazer um apelo pessoal à Varig, a fim de que não ferisse a lei.

A crise generalizada em que já se encontrava o país ficava extremamente recrudesida com a greve dos aeronautas. Enquanto o CGT, contando com o apoio de Almino ameaçava fazer com que a greve dos aeronautas evoluísse para a greve geral por reformas, Jango desdobrava-se para evitá-la, utilizando-se do Delegado Regional do Trabalho em São Paulo, a quem designou para se entender em seu nome com Almino e com os dirigentes sindicais.⁽³³⁾

⁽³²⁾ Última Hora, 31/05/1963

⁽³³⁾ Castello Branco, Carlos, op.cit., 1ª tomo, pg. 179.

Embora a greve dos aeronautas não tenha evoluído para a greve geral pelas reformas, ela teve o efeito de retardar a demissão de Almino. Diante das dificuldades acumuladas, Jango vinha tentando modificar o Ministério e Almino era um dos principais ministros que o Presidente pretendia substituir. A eclosão da greve, seu relativo sucesso⁽³⁴⁾ e a ameaça do CGT em transformá-la na greve geral forçou Goulart a esperar que o movimento terminasse para destituir o Ministro do Trabalho.

A greve ainda não havia terminado quando chegou a Brasília a caravana dos dirigentes sindicais, contando com aproximadamente 500 trabalhadores, representando delegações de São Paulo, Guanabara, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais, para entregar ao Presidente e ao Congresso um manifesto e vários abaixo-assinados pressionando pela concretização das reformas de base.⁽³⁵⁾

A essas alturas, a situação já era insustentável para o governo. A manutenção do Plano Trienal tornava-se absolutamente impraticável. Além das críticas que vinham de todos os lados, as próprias medidas preconizadas pelo Plano já haviam se tornado inviáveis: a inflação chegara a 25% nos primeiros cinco meses do ano (o nível estabelecido por Furtado para o ano todo⁽³⁶⁾), o aumento de 70% para os servidores civis e militares

(³⁴) Embora a paralisação dos aeronautas não tenha sido geral em todo o país, ela teve uma boa repercussão na Guanabara, onde praticamente todo o setor parou suas atividades e em São Paulo, onde a paralisação chegou a atingir 70% das atividades. Também em Belo Horizonte a paralisação foi bastante grande tendo o aeroporto de Pampulha ficado praticamente inativo durante o movimento. Além disso, a greve obteve a adesão durante 24 horas dos ferroviários da Leopoldina, da Central do Brasil e dos Santos a Jundiá e dos portuários da Guanabara.

(³⁵) Costa, Sérgio Amad. - O CGT e as lutas sindicais no Brasil (1960 - 1964), São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981, pgs. 71 e 72.

(³⁶) Skidmore, Thomas, op. cit. pg. 306.

já era inevitável e o caso da AMFORP acabara gerando uma crise institucional.

No dia 28 de maio, Brizola havia denunciado os entendimentos de Dantas em Washington como um crime de lesa-pátria e criticado a atuação da Comissão Interministerial designada por Goulart que havia concordado com a proposta da AMFORP, demonstrando que as empresas da companhia já tinham recuperado há muito tempo o valor dos seus investimentos, faturando fabuloso excesso de lucros ilegais.⁽³⁷⁾

A Jango não restava outra opção senão modificar seu ministério e afastar-se do Plano Trienal. Sem alternativa para a resolução dos problemas econômicos e não tendo meios para evitar o constante aprofundamento das contradições políticas em meio às quais o governo se mantinha completamente paralisado, Goulart voltou-se para a questão das reformas. A nova opção não levou, entretanto, o governo a se reaproximar dos sindicatos. Pelo contrário, Jango tratou de garantir um novo ministério sem a participação dos setores nacionalistas, procurando manter seu distanciamento com relação à esquerda e ao movimento sindical.⁽³⁸⁾

A análise dos fatos que se desenrolaram durante o primeiro semestre de 63 indica algumas características importantes que vinham se delineando na conjuntura política, bem como algumas diferenças na atuação do movimento sindical com relação ao período anterior.

(37) Bandeira, Moniz, *op. cit.* cap. VIII.

(38) Conforme explicita Toledo, o governo volta-se novamente para o PSD. "Em busca de apoio, aceita mudanças no anteprojeto de Reforma Agrária do Executivo, a fim de torná-lo 'menos radical' e, assim, aceitável para o conservadorismo do PSD. Para isso afastou toda a 'assessoria gaúcha', vinculada politicamente a Leonel Brizola, que não concordava em fazer 'concessões programáticas' no anteprojeto. Porém serão infrutíferos os esforços do novo Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, figura de relevo do PSD, a quem foi atribuída a específica tarefa de articular a antiga aliança PSD/PTB."

Toledo, Caio Navarro, *op. cit.*, pgs. 57 e 58.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que a vitória do presidencialismo não garantiu a Goulart condições para resolver a crise econômica e política. Pelo contrário, tanto a crise econômica como a crise política se aprofundaram rapidamente durante o primeiro semestre de 63, jogando o país num clima de profunda instabilidade.

Na realidade, o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira não havia permitido ao governo a solução da crise generalizada em que se debatia o país. Por um lado, o descontentamento das classes dominantes e dos setores mais conservadores à contínua mobilização das massas, inviabilizava a formação de um bloco de sustentação a seu projeto econômico. Por outro lado, a disposição de luta dos trabalhadores e o fortalecimento dos sindicatos não só dificultava a superação da crise econômica devido à impossibilidade de se impor um maior controle sobre a remuneração das classes trabalhadoras, como agudizava as contradições políticas presentes na sociedade. Frente à intensa mobilização dos setores populares, a crise política evoluía para uma crise do modelo de dominação, na medida em que o Estado não conseguia mais garantir o controle que sempre lograra exercer sobre as classes dominadas.

No que diz respeito aos sindicatos, é importante ressaltar o desenvolvimento de uma atuação mais independente com relação ao governo. Adotando uma linha de atuação que se opunha à política econômica do governo, o movimento sindical encaminhou um trabalho contínuo de crítica às medidas anti-inflacionárias que jogavam o peso da crise sobre os trabalhadores, conforme se pôde notar durante a luta pelo aumento de 70% para os trabalhadores civis e militares. Nessas circunstâncias, a prática sindical desenvolvida durante esses meses levou os sindicatos a uma constante denúncia dos problemas econômicos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que intensificavam seus esforços nas lutas pelas reformas de base, o que se expressou nas

sucessivas manifestações que ocorreram nesse sentido durante todo o semestre e na constante ameaça de greve geral pelas reformas, apesar da proposta não ter chegado a se concretizar.

2. O Desgaste Político do Governo: O Estado de Sítio e o Levante dos Sargentos

Frente à paralisia do governo, a crise se aprofundou rapidamente durante o segundo semestre, sem que nenhum dos objetivos buscados por Goulart tivesse sido alcançado. A instabilidade econômica se acentuara rapidamente e a reforma da Constituição, necessária para a aprovação da reforma agrária, foi se tornando cada vez mais inviável em face da dificuldade do PTB e do PSD entrarem em acordo e do distanciamento progressivo do PSD em relação ao governo.

Considerando que o Presidente não oferecera suficiente reciprocidade ao apoio que o Partido lhe prestara até então, e temeroso com relação ao aprofundamento da crise, o PSD vinha novamente se distanciando de Goulart. Como também os setores da esquerda nacionalista mantinham sua atitude crítica em relação ao governo em virtude do que o "PTB ideológico" definia como sendo vacilações e conciliações do Presidente, Goulart encontrava-se a essas alturas bastante enfraquecido.

É nesse quadro de profundo desgaste do governo que em setembro ocorreram mais dois graves eventos políticos que vieram a enfraquecê-lo ainda mais: a rebelião dos sargentos e a tentativa frustrada do estado de sítio.

A rebelião dos sargentos, que irrompera em função da decisão do Supremo Tribunal Federal, contrária à elegibilidade do sargento Aimoré Zoch Carvalheiro, teve fortes re-

percussões entre os militares.⁽³⁹⁾ Apesar de ter eclodido de forma desorganizada, o levante se constituía numa séria demonstração de indisciplina, repercutindo fortemente no interior do Exército. Em nota de Instrução, o Comandante do II Exército, general Peri Bevilacqua, condenou os insurretos; o CGT e outras organizações intersindicais; as greves políticas e a "ligação espúria" dos sargentos com o "sindicalismo revolucionário".⁽⁴⁰⁾

A nota provocou profundo mal estar no setor sindical e entre os políticos nacionalistas e foi considerada como "inoportuna e inconveniente" por um porta-voz do governo.⁽⁴¹⁾ Ao que tudo indica, entretanto, no interior das Forças Armadas a repercussão não foi negativa. Depois de tentar durante alguns dias encaminhar uma punição ao general Bevilacqua, Jango acabou desistindo do intento por falta de apoio.⁽⁴²⁾ O dispositivo militar do Presidente se dividiu e, conforme sublinhou Oliveira, é notadamente a partir de então que muitos oficiais não identificados com os grupos militares conspiradores se convenceram de que a conspiração militar contra Goulart era uma atitude "legalista" de "defesa das instituições".⁽⁴³⁾ Servindo como pretexto para atitudes mais radicais, o levante acabou vindo alimentar a conspiração golpista que se intensificava rapidamente.⁽⁴⁴⁾

⁽³⁹⁾ Nas primeiras horas do dia 12 de setembro, aproximadamente 600 sargentos da Força Aérea Brasileira e fuzileiros navais invadiram o edifício do Ministério da Marinha, dominando a guarda e impedindo as comunicações com outras comunidades da Armada. Os rebeldes apoderaram-se das instalações da Estação Sul do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos da No vacap, da Central Telegráfica do Departamento de Correios e Telégrafos e dos aeroportos civil e militar, deixando a capital inteiramente sem comunicação. O edifício ficou ocupado até o amanhecer quando forças do Exército iniciaram o trabalho de desalojar os rebeldes. A ocupação do edifício pelas tropas do Exército deu-se sem muita resistência, embora tenha custado a vida ao fuzileiro naval Divino Dias dos Anjos e a um civil, funcionário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, além de ter provocado ferimentos em dois outros fuzileiros. Às 9 horas da manhã, a comunicação já estava estabelecida e às 15 horas e 30 minutos era tomado o último foco de rebelião. O Estado de São Paulo, 12/09/63

⁽⁴⁰⁾ Castello Branco, Carlos, op. cit., 2º Tomo, pgs. 223, 224 e 225.

⁽⁴¹⁾ Idem, pg. 66

⁽⁴²⁾ Leite, Márcia e Solis, Sydney Sérgio Fernandes, "O Último Vendaval: A Greve dos 700.000", in Revista Cara a Cara, nº 2, julho a dezembro/78, pg. 127

⁽⁴³⁾ Oliveira, Eliêzer Rizzo, op. cit., pg. 358

⁽⁴⁴⁾ Entre os dias 18 e 28 de setembro, o governo apreendera farta quantidade de armas e munições pertencentes a grupos paramilitares de conspiradores, mas o resultado das investigações fora abafado. Cf. Bandeira, Moniz, op. cit. pgs. 126 e 127.

A crise do estado de sítio, que vem logo a seguir, desponta como uma comprovação da total perda de controle sobre os acontecimentos políticos por parte do governo e do ponto a que chegara a conspiração.

Logo no início de outubro, em entrevista ao Los Angeles Times, Lacerda acusara Jango de "inepto e favorável aos comunistas", insinuando que ele deveria ser deposto até o final do ano e que só ⁴⁵estava ainda no poder porque os militares hesitavam em depô-lo. ⁽⁴⁵⁾

Os três ministros militares, que já haviam aventado a possibilidade da decretação do estado de sítio durante o levante dos sargentos, consideraram a entrevista como um ataque às autoridades civis e militares, expediram uma nota oficial condenando a entrevista e insistiram na decretação do sítio.

De início, o CGT aprovou a nota dos ministros militares, mas recusou logo em seguida, temendo que o sítio fosse utilizado também contra Arraes e o movimento sindical. ⁽⁴⁶⁾ No dia seguinte ao envio da mensagem de Jango ao Congresso pedindo o sítio, o CGT soltou um manifesto público reiterando seu total apoio "às medidas que o governo federal venha a tomar contra os conspiradores ligados aos interesses estrangeiros, chefiados pelos governadores Ademar de Barros e Carlos Lacerda, já denunciados pelos ministros militares, ao mesmo tempo que se declarava, por princípio, contrário ao estado de sítio, por entender que "a manutenção e ampliação das liberdades democráticas são meios insubstituíveis e necessários às lutas contra os inimigos do Brasil e aos interesses do povo". ⁽⁴⁷⁾

⁽⁴⁵⁾ Skidmore, Thomas, op. cit. pg. 138.

⁽⁴⁶⁾ Ao que tudo indica, os ministros pretendiam usar o sítio não só para intervir na Guanabara e São Paulo, destituindo os dois governadores envolvidos na conspiração, mas também para fazer rolar cabeças da esquerda, assim como adotar medidas que visavam reprimir o movimento sindical.

⁽⁴⁷⁾ O Metalúrgico, nº 215, outubro de 1963.

Percebendo que seu pedido caminhava para a derrota frente à resistência não só da UDN, mas também de grande parte do PTB e das forças de esquerda em geral, além do próprio movimento sindical, Jango resolveu retirar a mensagem no dia 7 de outubro, antes que fosse votada pelo Parlamento.

Goulart se encontrava a essas alturas totalmente na defensiva. Enquanto a direita o deixava imobilizado, as esquerdas e o movimento operário negavam-se a fornecer o apoio irrestrito que o Presidente pretendia. A Frente de Mobilização Popular (FMP) chegara a romper abertamente com Goulart, após o episódio do estado de sítio e, embora o CGT não tenha tomado igual posição, criticando inclusive a decisão da Frente organizada por Brizola,⁽⁴⁸⁾ os sindicatos mantinham sua atitude crítica em relação ao governo.

3. A Greve dos 700.000

É em meio a esse clima de instabilidade que eclode a greve geral de São Paulo, em outubro de 1963, uma das mais importantes demonstrações da capacidade de luta que os trabalhadores vinham adquirindo no conturbado cenário político do período.

Por um lado, seria necessário destacar que a greve eclode num momento em que o movimento sindical encontrava-se bastante isolado: além das tensas relações de Goulart com os sindicatos, estes se deparavam com a crescente impaciência dos setores militares, conforme tornara-se claro com a agressiva nota ex

⁽⁴⁸⁾ A crítica do CGT à atitude da FMP pode ser elucidada pela seguinte declaração de Martinelli: "a posição assumida pelos líderes da FMP, longe de resolver os problemas reivindicatórios da classe trabalhadora, não ajuda também a formar a unidade das forças populares para a luta que empreendem pela aprovação imediata das reformas de base e modificações estruturais que tanto necessita o assalariado brasileiro para ter melhor padrão de vida". Neves, Lucília de Almeida, pg. 47.

pedida em setembro pelo Comandante do III Exército.⁽⁴⁹⁾

Por outro lado, é preciso destacar que, embora abandonado às suas próprias forças, os trabalhadores vinham incentivando os movimentos reivindicatórios numa árdua luta para se contrapor à queda de seu poder aquisitivo. Somente em outubro, o Estado de São Paulo assistira à paralisação dos bancários, ferroviários, funcionários do Departamento de Águas e Esgotos e do Departamento de Estradas de Rodagem e dos professores.⁽⁵⁰⁾

(49) No dia 19, o Comandante do IIº Exército, Peri Bevilacqua, expede nota de instrução condenando os sargentos revoltados e o sindicalismo "revolucionário", dizendo que "ajuntamentos ilegais e espúrios, serpentários de peçonhentos inimigos da democracia, se apresentam sob títulos esdrúxulos de CGT, PUA, FSD, com a veleidade de se erigirem em um superpoder da República." Alegando que "essas organizações sindicais prestam criminoso desserviço à Pátria, manipulando greves ilegais, muitas vezes amorais e desumanas, sob os mais falsos pretextos, para satisfazer seus apetites desonestos de coação, exaurindo num trabalho antipatriótico a economia nacional e agravando as injustiças sociais", o Comandante considerava "humilhante o conúbio entre militares esquecidos do juramento prestado diante da Bandeira, com malfeitores, criminosos de lesa-pátria dirigentes do sindicalismo revolucionário."

O Estado de São Paulo, 19/09/63.

(50) Ferraz, José Amauri, Conflito Industrial e Estado: "A Greve da CNTI", São Paulo, Outubro de 1963. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, (mimeo), pg. 36.

É nesse quadro que a greve de outubro desponta como um movimento de grande importância no período: contando com a participação de 15 categorias profissionais (metalúrgicos, têxteis, gráficos, químicos, marceneiros, mestres e contra-mestres da indústria de fiação e tecelagem e trabalhadores nas indústrias de laticínios, de trigo, calçados, bebidas, mobiliário, artefatos de couro e de instrumentos musicais e brinquedos, massas alimentícias, papel, papelão e cortiça) que englobavam 80 sindicatos e 4 federações (dos trabalhadores têxteis, químicos, gráficos e da alimentação) representando 700.000 trabalhadores do Estado, a greve destacou-se não só por sua magnitude, como pela tentativa de estabelecer uma nova forma de relacionamento entre as organizações operárias e patronais.

Essa tentativa consubstanciava-se na proposta de unificação das datas-base dos acordos salariais das categorias envolvidas na greve e na proposta de que o acordo fosse realizado entre a FIESP e a CNTI, englobando em um único processo os entendimentos entre as diversas categorias econômicas e profissionais da indústria. A proposta adquiria, portanto, grande importância no sentido de unificar a luta das várias categorias profissionais e se chocava claramente com a legislação sindical brasileira. Além de propor que o acordo fosse realizado entre a FIESP e a CNTI, negando na prática o impedimento legal para a atuação das federações e confederações para efeito de acordos salariais,⁽⁵¹⁾ a proposta representava uma tentativa de se contrapor à prática divisionista consagrada pela legislação sindical que estabelecia diferentes datas-base para os acordos das várias categorias profissionais.

(51) De acordo com o artigo 857 da CLT, os acordos salariais são de exclusiva competência dos sindicatos representativos das diversas categorias, sendo, portanto, ilegal o estabelecimento de acordos salariais por federações e confederações quando da existência daqueles órgãos específicos.

Na realidade, a proposta inseria-se no esforço mais geral de unificação dos sindicatos que vinha sendo imprimido pela liderança sindical nacionalista e que se consubstanciava tanto no esforço de ocupar e fortalecer as organizações sindicais de cúpula como no trabalho de criação, fortalecimento e consolidação das organizações sindicais horizontais. A preocupação com a unificação do movimento sindical em São Paulo já havia se apresentado por várias vezes durante o período e a prática de unificar a luta das várias categorias profissionais também já se fizera presente no Estado.

Já em outubro de 1961, logo após a posse de Goulart, várias categorias do Estado - gráficos, têxteis, metalúrgicos, vidreiros, marceneiros, trabalhadores nas indústrias de papel e papelão, carnes e derivados e laticínios - haviam formado um pacto de ação comum para coordenar a luta dessas categorias por aumento salarial. A luta, travada através de ameaça de greve de todas essas categorias resultou num acordo com os representantes patronais através do qual as categorias envolvidas no conflito obtiveram um aumento de 45%.⁽⁵²⁾ Ainda no mesmo ano, a luta conjunta de várias categorias se fizera também presente na greve do 13º salário. O próprio PAC (Pacto de Ação Conjunta) que irá comandar a greve provinha da proposta de união do movimento sindical paulista que tivera lugar em 1962.⁽⁵³⁾

⁽⁵²⁾ Ferraz, José Amauri, *op. cit.*, pg. 22.

⁽⁵³⁾ Ver Nota 57 de Capítulo anterior.

Será entretanto no ano seguinte que a proposta a vançará no sentido de, efetivamente, encaminhar conjuntamente a té o fim a campanha salarial das várias categorias industriais do Estado.

A proposta volta novamente a aparecer no mês de agosto, quando a CNTI começa a traçar a estratégia de unificação dos reajustes salariais das diferentes categorias profissionais e se concretiza na Assembléia Intersindical do dia 6 de outubro, quando as várias categorias profissionais que iriam participar da greve constituíram o Pacto de Ação Conjunta, através do qual se comprometiam a lutar unidas e organizadas pela obtenção de um acordo geral. O PAC passou a ser, então, o órgão coordenador do movimento, ao mesmo tempo que foram concedidos poderes à CNTI para atuar nos entendimentos que viessem a ser estabelecidos com os patrões.

Além da negociação conjunta e unificação das datas-base os trabalhadores estabeleceram na Assembléia a pauta de reivindicações que constava dos seguintes pontos:

- 1- reajuste salarial na percentagem de 100%, a vigorar a partir de 1º de novembro de 1963, para todas as categorias profissionais incluídas na representação encaminhada à entidade patronal;
- 2- revisão após cada período de quatro meses;
- 3- incidência das porcentagens sobre a remuneração vigente em janeiro de 1963;
- 4- garantia aos trabalhadores admitidos após a vigência do acordo da igualdade de remuneração aos de funções ou profissões idênticas a fim de, mediante fraude, não ficar frustrado o acordo e, também, para se evitar a concorrência desleal entre uma empresa e outra similar;
- 5- adicional de 5% sobre o quinquênio de serviço na mesma empresa;
- 6- férias em dobro;

- 7- garantia do livre exercício da atividade dos delegados sindicais nos locais de trabalho, e
- 8- desconto do equivalente a um dia do salário do primeiro mês já reajustado, para ser recolhido em favor dos sindicatos. E onde estes não houver, o desconto será revertido em favor da respectiva Federação, para assegurar a manutenção da assistência social."⁽⁵⁴⁾

Destaca-se claramente na pauta de reivindicações a importância que assumiam as demandas que visavam a permitir o enfrentamento do vigoroso processo inflacionário, que já alcançava a cifra de 70%. Além da proposta de 100% de aumento, a revisão quadrimestral dos salários, o adicional de 5%, a garantia de idêntica remuneração aos trabalhadores admitidos após a vigência do acordo e as férias em dobro incluíam-se nas iniciativas para contrarrestar os efeitos da inflação sobre os salários.

A garantia do livre exercício da atividade dos delegados sindicais nos locais de trabalho aparece como uma proposta importante, na medida em que essa greve é o único movimento de que se tem notícia no período que inclui a reivindicação de reconhecimento dos delegados sindicais. É necessário destacar, entretanto, que sua inclusão na pauta de reivindicações não correspondeu a maiores esforços no sentido de seu atendimento, na medida em que a reivindicação é praticamente esquecida no transcorrer da greve, não chegando a constar dos documentos emitidos pela liderança sindical durante o desenrolar dos acontecimentos e não tendo também sido incluída nos acordos com o patronato que se seguiram à greve.

Mas o ponto central da proposta encaminhada pela liderança sindical e que passou a ser o ponto nevrálgico do conflito encontrava-se na questão da negociação conjunta e na proposta de que os acordos fossem estabelecidos entre a CNTI e a FIESP.

(⁵⁴) O Estado de São Paulo, 19/10/1963.

Do ponto de vista da liderança sindical, a proposta era de fundamental importância, na medida em que permitiria assegurar uma maior unificação do movimento. A proposta fazia, inclusive, parte de uma estratégia mais geral do CGT, no sentido de promover a unificação do movimento sindical, da qual constava uma programação de levar esse tipo de luta aos demais estados do país, até chegar à unificação nacional das campanhas salariais dos vários setores industriais. ⁽⁵⁵⁾

A nível do movimento como um todo, a proposta significava obviamente um avanço nas condições de luta do operariado na medida em que garantiria maior possibilidade de pressão dos trabalhadores frente aos patrões e poderia possibilitar uma elevação dos níveis salariais das categorias mais fracas.

Como a maior parte das categorias industriais do Estado tinham a data-base de seus acordos coletivos situada entre os meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro, a proposta do PAC era de que se unificasse a data-base para todas as categorias a 1º de novembro, com a incidência das porcentagens sobre a remuneração vigente em janeiro de 63, para não prejudicar as categorias que tinham suas datas-base situadas entre novembro e janeiro. ⁽⁵⁶⁾

Para o patronato, a proposta de unificação das datas-base e de consagração da CNTI como órgão representante dos trabalhadores das várias categorias envolvidas para o estabelecimento de acordo salarial consistia, também, o ponto nevrágico da luta. Se aceita, a proposta dos sindicatos significaria um golpe efetivo na estrutura vertical do sindicalismo brasileiro, pautado no desmembramento do proletariado através do

⁽⁵⁵⁾ Essa estratégia foi aludida tanto por Antonio Flores como por Rafael Martinelli, em entrevista à autora.

⁽⁵⁶⁾ Ferraz, José Amauri, *op.cit.*, pg. 42.

enquadramento sindical. É assim que a posição dos industriais se rá, desde o início, de absoluta intransigência com relação à proposta de unificação dos acordos e de estabelecimento de discussões diretamente com a CNTI.

Assim que recebe o primeiro documento, já a 8 de outubro, subscrito pelo PAC, contendo as propostas dos trabalhadores, a FIESP nega-se veementemente a participar de qualquer forma de entendimento conjunto, afirmando que "tais problemas são passíveis de soluções através de apreciação dos mesmos pelos respectivos sindicatos das várias categorias econômicas."⁽⁵⁷⁾ Paralelamente, procurando evitar que a proposta de negociação conjunta ganhasse força, os sindicatos patronais começaram a convocar rapidamente os sindicatos profissionais para reuniões na DRT, a fim de que se iniciassem os acordos em separado.

O conflito começa a se abrir a partir do dia 18 de outubro, quando o delegado regional do trabalho, Francisco Leo Munari, atendendo a requerimento subscrito por Clodsmith Rianni, marca para o dia 21 uma audiência com a FIESP e 48 sindicatos industriais e ela filiados e as respectivas entidades profissionais e a CNTI.⁽⁵⁸⁾

Novamente a reação do patronato é uma firme negativa. Em ofício encaminhado à DRT, a FIESP nega-se a participar de qualquer forma de negociação conjunta, ressaltando a ilegalidade do procedimento pretendido pela CNTI.

Diante do impasse criado, a CNTI requereu o adiamento "sine-die" da mesa redonda na DRT, enquanto o delegado do Trabalho determinava à sua Assessoria Jurídica que opinasse acerca da legalidade do litisconsórcio cogitado pela CNTI. Ao mesmo tempo, o PAC distribuía manifesto aos trabalhadores, insistindo no procedimento da negociação conjunta, conclamando os trabalha-

⁽⁵⁷⁾ O Estado de São Paulo, 14/10/1963.

⁽⁵⁸⁾ O Estado de São Paulo, 19/10/1963.

dores a ficarem em estado de alerta e a comparecerem maciçamente à Assembléia Intersindical, que deveria se realizar no dia 27 no Cine São José do Belém, para discutir a continuidade da luta.

Os preparativos para a greve começaram a se intensificar rapidamente e no dia seguinte, ante a advertência do próprio presidente da CNTI, sobre a possibilidade da decretação de greve geral na assembléia do dia 27, o Ministro do Trabalho, Amaury Silva, resolve transladar-se para São Paulo, a fim de examinar a situação "in loco".⁽⁵⁹⁾

O Ministro do Trabalho chegara otimista a São Paulo no mesmo dia em que a Assessoria Jurídica da DRT terminava seu parecer, favorável à petição da CNTI. Todavia, apesar de inúmeras reuniões com os representantes dos trabalhadores e com os industriais, Amaury Silva não conseguiu nenhuma solução para o impasse e, na Assembléia do dia 27, os 10.000 trabalhadores presentes decretam a greve que deveria ser deflagrada a partir da zero hora do dia 29. Na tentativa de encontrar ainda alguma forma de resolução para o impasse, os líderes sindicais dirigiram-se algumas horas após a decisão da Assembléia à DRT a fim de entregar ao Ministro e ao Delegado do Trabalho mensagem comunicando a decisão da Assembléia e solicitando novamente mesa-redonda com a diretoria da FIESP. A proposta, encaminhada pelo Ministro do Trabalho, foi, no entanto, rejeitada pela FIESP que reafirmou sua posição de não manter entendimentos a não ser de sindicato para sindicato.⁽⁶⁰⁾

Com a inevitabilidade da eclosão do movimento grevista, o Presidente ainda formulou um apelo para que as partes em litígio chegassem a um acordo. O apelo, entretanto, foi em vão e, segundo Clodsmith Riani, "não trouxe nenhuma contribuição aos fatos."

⁽⁵⁹⁾ O Estado de São Paulo, 24/10/1963.

⁽⁶⁰⁾ Diário da Noite, 28/10/1963.

Ao mesmo tempo, intensificavam-se as acusações de que a greve consistia em manobras de elementos subversivos e que possuía objetivos políticos ligados a uma tentativa de intervenção em São Paulo. A liderança sindical procurou desmentir as acusações, vinculando a greve às reivindicações econômicas e responsabilizando a intransigência dos patrões pelo impasse criado.

É assim que, no dia 28, o Delegado Regional do Trabalho enviava ao TRT o processo relativo ao dissídio coletivo entre empregados e empregadores, enquanto os trabalhadores dedicavam-se aos últimos preparativos da greve.

O governo do Estado montou poderoso dispositivo policial sob a responsabilidade do General Aldevio Barbosa Lemos, secretário da Segurança Pública do Estado, o qual colocou nas ruas aproximadamente 11.000 homens da Força Pública, Guarda Civil e investigadores do DOPS. Além disso, o General Pery Bevilacqua, em declaração na Rádio Difusora, na noite do dia 28, ameaçou com a possibilidade de intervenção do IIº Exército, embora tivesse salientado que considerava excelente o aparelhamento policial paulista e que confiava no governo do Estado de São Paulo "que tem-se pautado pelo princípio da autoridade e tem, nas mais variadas ocasiões, demonstrado não ser omisso ante os problemas mais graves."⁽⁶¹⁾

Apesar do aparato policial, na noite do dia 28 algumas horas antes do momento marcado para sua deflagração, a greve se inicia na Companhia Nitroquímica Brasileira em São Miguel Paulista e diversos operários do setor de alimentos e mobiliários começam a parar suas atividades. Na DRT, à zero hora do dia 29, Luiz Tenório de Lima anunciava oficialmente o início do movimento.⁽⁶²⁾

⁽⁶¹⁾ *O Estado de São Paulo*, 29/10/1963

⁽⁶²⁾ *Diário da Noite*, 29/10/1963 e *O Estado de São Paulo*, 29/10/1963

Embora a imprensa e os industriais insistissem em noticiar o fracasso da greve, a paralisação atinge grande parte das atividades industriais de São Paulo e de várias cidades do interior.

"Em Santos é total a greve do pessoal dos moinhos, das empresas gráficas, das casas de obras, das tinturarias, de conservação dos elevadores e dos gráficos do jornal 'O Diário'. Em Campinas a greve atinge as Indústrias Matarazzo, Cottonifício Campinas, a Swift e a Companhia Leco, além dos padeiros. Em Jundiaí param completamente três setores: fiação e tecelagem, produtos químicos e gráficos. No ABC a greve se estende à Metalúrgica São José, em Santo André e à Metalúrgica São Francisco e à Mineração Geral do Brasil, em São Bernardo do Campo. Em Piracicaba a greve é total na fábrica de tecidos da Companhia Boyes. Em São José dos Campos entram em greve os tecelões e o pessoal da Cooperativa de Laticínios e em Americana a greve atinge também os tecelões. Foram ainda afetados pela greve os municípios de Ribeirão Preto, Taubaté, Tatuí e Guarulhos. Em termos de categorias os setores mais atingidos foram: metalúrgicos, gráficos, calçados, couro e curtumes, laticínios e têxteis."⁽⁶³⁾

As acusações sobre o caráter ilegal da greve intensificam-se grandemente a partir do momento em que o movimento é deflagrado. Espalham-se rapidamente as afirmações de que a greve é política, ilegal, subversiva, dirigida pelos comunistas e suas organizações espúrias e de orientação do próprio governo federal visando à intervenção no Estado.

⁽⁶³⁾ Leite, Márcia de Paula e Solis, Sydney Sérgio, *op. cit.*, pg. 130.

A vinculação da greve aos interesses do governo federal foi insistentemente repetida pelos opositores de Goulart.⁽⁶⁴⁾ Investindo abertamente contra o governo, a direita aproveitava-se da situação para atacar ao mesmo tempo o Presidente, a greve, os comunistas e os sindicatos, tentando concomitantemente enfraquecer o governo federal e esvaziar o movimento dos trabalhadores.

(64) As manifestações a esse respeito foram inúmeras e são publicadas constantemente pelos jornais. Alguns exemplos dessas acusações são bastante ilustrativos a respeito da agressividade do ataque da direita ao governo federal:

"O Sr. Hebert Levy considerou o movimento eclodido em São Paulo de caráter político e de agitação, afirmando ainda que tem o movimento orientação do Presidente da República. Disse que o sr. João Goulart para cá enviou emissários - e citou os srs. Dante Pellacani, Clodsmith Riani e Roberto Morena - que viajaram ao lado do Ministro do Trabalho para encabeçarem a causa do movimento grevista, cuja finalidade não é outra senão a de tentar conseguir a intervenção em São Paulo".
O Estado de São Paulo, 30/10/1963.

"Esta greve que os pelegos de Brasília mandaram desencadear em São Paulo, para criar dificuldades ao Sr. Ademar de Barros, é uma monstruosidade porque, além de seus aspectos econômicos apresenta um caráter político que é um atentado à própria integridade nacional. É que a greve foi preparada e está sendo executada - embora, certamente não venha a ter o êxito político que se pretende - de fora, por ser uma greve política. Fosse ela de caráter puramente econômico, processar-se-ia em caráter de ramo da indústria, à proporção que se fossem vencendo os contratos de trabalho. O seu aspecto global e antecipado confere-lhe inegável caráter político. Apresenta o mesmíssimo signo político daquelas greves com que, por mais de uma vez, neste governo do Sr. João Goulart, se pretendeu levar São Paulo a ferro e fogo...

Está-se, por esta forma, dando ao povo paulista a impressão de que se quer fazer voltar o Estado à situação de terra ocupada em que se encontrou depois da Revolução de 30. Esta expressão - terra ocupada - não deveria ter sentido em um país da unidade cultural do Brasil, se houvesse um pouco mais de compreensão do governo federal do que é a Federação, dentro do sistema constitucional brasileiro".

Trechos do editorial do Diário de São Paulo, 31/10/1963

Respondendo aos ataques da direita e dos industriais, o Ministro do Trabalho responsabilizou os empresários paulistas pela eclosão da greve, criticando-os por não avançarem nas questões preliminares, entre as quais o não reconhecimento da CNTI para falar em nome dos sindicatos operários. Amaury Silva declarou que o governo federal estava preocupado com a greve, mas a considerava legítima. Referindo-se às acusações de que o movimento era encabeçado por elementos comunistas, o Ministro afirmou que não levava em conta a ideologia dos dirigentes sindicais, ressaltando ainda que a cogitação de intervenção federal em São Paulo era "ilógica e sem cabimento".⁽⁶⁵⁾

Efetivamente, nada leva a crer que o governo federal tivesse interesse na greve. A nível econômico, as repercussões de uma greve geral em São Paulo só poderiam representar motivo de preocupação para o governo, face à crise econômica que se aprofundava continuamente sem que se vislumbrasse qualquer perspectiva de superação. A nível político, o quadro era caótico: a radicalização dos setores de oposição ao governo, que intensificara-se brutalmente durante o segundo semestre do ano, chegara a níveis quase insuportáveis em setembro. Além do episódio desastroso do estado de sítio, Jango se desgastara profundamente e se encontrava em franca defensiva política.

Nessas circunstâncias, o movimento grevista não apresentava nenhuma utilidade política ao presidente, irrompendo pelo contrário, como mais um elemento conturbador do difícil equilíbrio político buscado pelo governo. A própria posição assumida por Goulart frente aos acontecimentos que antecederam ao conflito denota a preocupação do presidente em evitá-lo. Atuando através do Ministro do Trabalho, o governo fez todos os esforços possíveis para evitar a deflagração da greve. O seu insu

(65) *O Estado de São Paulo*, 30/10/1963.

cesso, entretanto, representa claramente a perda de controle do governo sobre os sindicatos, o que o colocava na incômoda situação de ter que contemporizar com uma greve que vinha agudizar, ainda mais, a profunda crise política que sacudia o país.

É assim que Jango mantém-se numa atitude de dubiedade durante o conflito. Evitando colocar-se abertamente contra o movimento sindical, o governo considera a greve legítima, ao mesmo tempo que se exime de qualquer apoio efetivo ao movimento. Seus esforços resumiram-se à tentativa de resolver o conflito através do Ministro do Trabalho, que procurou inutilmente convencer trabalhadores e empregadores a abrirem mão de suas posições.

A repressão do efetivo policial acionado pelo governador Ademar de Barros agiu de forma violenta no primeiro dia de greve, aprisionando mais de 600 pessoas e dissolvendo os piquetes a golpes de cassetetes, o que chegou inclusive a gerar ferimentos em alguns operários. Temendo uma radicalização do conflito face à violência dos policiais, Amaury Silva pediu ao Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, que entrasse em contato com a Secretaria de Segurança Pública para a eliminação de atritos representados em agressões, prisões e invasões de sindicatos por parte da polícia paulista. ⁽⁶⁶⁾

Entretanto, o movimento recrudesceu no segundo dia registrando novamente a ocorrência de vários incidentes entre a polícia e grevistas. Logo de manhã, em São Miguel Paulista, em frente à Fiação e Tecelagem Lutfalla a polícia dispersou um piquete atirando nos trabalhadores e dois operários foram feridos a bala. O incidente revoltou os trabalhadores e à tarde, 2.000 pessoas saíram em passeata da sede da TRT, onde aguardavam a decisão da Justiça. Quando chegaram à Av. Rangel Pestana, cer-

(66) *Diário da Noite*, 31/10/1963

ca de 200 trabalhadores entraram em choque com policiais que encontravam-se defronte a uma fábrica, desarmando-os e virando para o ar duas rádio-patrolhas. O tumulto resultou na prisão de aproximadamente 350 operários e vários feridos entre operários e policiais. ⁽⁶⁷⁾

A nível jurídico, o segundo dia da greve foi marcado pelo parecer da Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, sobre o processo da CNTI, ⁽⁵⁸⁾ favorável à representação

⁽⁶⁷⁾ O Estado de São Paulo, 31/10/1963.

⁽⁶⁸⁾ Foi o seguinte o parecer do Procurador Regional da Justiça do Trabalho:

1. Deve a Justiça do Trabalho decidir matéria jurídica em que prepondera substancialmente o interesse social. Porque, na verdade, ao apreciar a legitimidade da unificação dos vários dissídios, não se poderá abstrair do problema salarial que gere os vários dissídios e que têm, vencidas ou vincendas, as sentenças homologatórias de acordo ou sentenças anteriores.
2. É o problema social, além da fase aguda representada pela greve, costuma ser angustiado por várias semanas e meses seguidos, pelo mesmo motivo das condições que o custo de vida torna superadas a curto prazo, em razão da inflação cada vez mais acelerada.
3. Por que não unificar os processos, quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria é mandatária e não pretende substituir (o que seria ilegal) os sindicatos ou federações? As vantagens da unificação cede o anteprojeto do Código de Direito do Trabalho do douto prof. Evaristo de Moraes Filho, o qual, aliás, na exposição de motivos observa: Previmos também a hipótese aventada entre nós, de sua reunião sempre à mesma época, acabando assim com a anarquia na produção sempre com crises periódicas. De nada adianta fixar para uma profissão, se logo depois o reajuste se dá em relação a outra. Com a igualdade de vigência desaparece esse inconveniente, permitindo mais ordem na vida econômica e social do país.
4. Estamos, pois, em boa companhia. E, admitindo a unificação, colaboramos contra a "anarquia" e em favor de "mais ordem na vida econômica e social". Naturalmente porque unificados os processos serão alteradas as datas dos vencimentos dos acordos ou sentenças anteriores. Devendo o Tribunal, em aceitando aquela tese, ressaltar que as novas condições gerais fixadas, passam a vigorar à medida em que se vencerem os prazos da vigência dos acordos ou sentenças, das várias categorias.
5. Nem se suponha, que rejeitada a unificação, resultem separados os vários problemas sociais. E isso porque, estando sendo instaurados pelas empresas ou sindicatos patronais os inúmeros dissídios (14 deles com audiência hoje), e estando unificados principalmente em razão da greve que obriga a solução imediata e conjunta, já temos a unificação substancial, sem as vantagens da unificação material.
6. Opina, pois, esta Procuradoria Regional, pelo regular processamento do dissídio ora em exame, prejudicados os demais, suscitados pelos empregados ou empregadores, sindicatos ou federações já naqueles abrangidos." Diário da Noite, 31 de outubro de 1963.

outorgada pelos sindicatos à CNTI.

No dia seguinte, a greve entra em seu terceiro dia contando inclusive com algumas novas adesões, como dos trabalhadores da Santos - Jundiaí, que entram numa greve de advertência em solidariedade aos trabalhadores da indústria, a de alguns setores da Refinaria Capuava em Santo André e a dos padeiros e trabalhadores da Rhodia Brasileira em Campinas, apesar, também, de algumas defecções como a dos têxteis em São José dos Campos e a dos empregados da Companhia Taubaté Industrial. Em São Paulo, o Comando da Greve fazia a seguinte avaliação do movimento:

"Têxteis - a paralisação desse setor é de 60%, sendo que esta porcentagem vem aumentando consideravelmente.

Sapateiros - a paralisação atingiu 90% da categoria

Alimentação - no interior a paralisação é de 100%. Lideram o movimento as cidades de Marília, Cruzeiro, Taubaté, Campinas, Guarã, Limeira (Cia União dos Refinadores), Santos (trigo e açúcar). Na Capital, englobando todos os setores da alimentação, a paralisação atinge 80%.

Químicos - 90% dos trabalhadores químicos atenderam o chamado do PAC. A Nitro-Química continua liderando o movimento com seus 7.000 operários de braços cruzados.

Papel e Paleção - com a paralisação das três últimas fábricas que continuavam o trabalho (Simão, Alfefe e Paulista), a greve neste setor é total. Gráficos - 80% é a paralisação nesse setor, porcentagem que está em crescimento.

Metalúrgicos - neste setor, o mais numeroso, a paralisação é de 90%. Hoje os piquetes pararam várias fábricas, sendo necessária uma enérgica reação contra os policiais que desencadeavam uma repressão violenta sobre os trabalhadores. Das

principais fábricas paralisadas podemos enumerar as seguintes: Phillips, Vlez, Olivetti, Atlas, Aço Paulista, Sofunge, Metalúrgica Matara zzo, Span, General Eletric, Ford, Nadir Figueiredo e outras.
 Marceneiros - a greve atinge cerca de 80% dos trabalhadores."⁽⁶⁹⁾

Novos incidentes voltaram a ocorrer também com espancamento e prisão de grevistas em frente ao Sindicato dos Gráficos. Mas, o principal acontecimento deu-se na esfera jurídica, com a decisão do TRT, contrária por 4 votos a 3, à negociação conjunta.

Logo após a decisão, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho convocou os dirigentes sindicais para que se iniciassem as conversações de sindicato a sindicato. Todavia, o Tribunal acolheu também a participação da CNTI nas negociações a través da presença de seu presidente, Clodsmith Riani e as primeiras audiências começaram a ser instaladas. Os trabalhadores, através de uma comissão de greve estabeleceram as bases do acordo que deveria contemplar todas as categorias: 80%⁽⁷⁰⁾ de aumento com teto mínimo de Cr\$ 21.000,00 e 25% de antecipação salarial a partir do 7º mês de vigência do acordo.

A primeira audiência instalada foi a do setor metalúrgico, na qual, depois de vários entendimentos, o presidente do Tribunal fez a seguinte proposta de conciliação: 80% de aumento sobre o salário resultante do acordo de novembro de 62, teto de Cr\$ 56.000,00, antecipação de 25% a partir do sétimo mês, com teto de Cr\$ 18.000,00.⁽⁷¹⁾

Para todos os setores foi respeitado o teto mínimo de Cr\$ 21.000,00, mais a porcentagem adicional de 80% e a antecipação de 25% a partir do sétimo mês.

(69) O Estado de São Paulo, 01/11/1963

(70) Segundo entrevista de Antonio Flores (um dos participantes da comissão), realizada em setembro de 1978.

(71) A Tribuna, 02/11/1963.

As propostas ficaram de ser analisadas pelos trabalhadores em suas respectivas assembleias sindicais que deveriam realizar-se no final de semana. Ao mesmo tempo, os trabalhadores marcaram uma assembleia intersindical para o domingo, dia 3 de novembro, a fim de deliberar sobre o encerramento do movimento.

Apesar da paralisação continuar ainda no dia 1º, registrando inclusive novos distúrbios, o término da greve já era eminente. Nesse mesmo dia, o Ministro do Trabalho dirige um apelo aos grevistas para que suspendessem o movimento, tendo em vista a celebração dos acordos. Em reunião com Amaury, a liderança sindical acolheu o apelo condicionando-o entretanto à libertação dos grevistas presos que atingiam a mais de 1.000 trabalhadores.

Também nesse mesmo dia esteve em São Paulo o dirigente do CGT, Roberto Morena, que procurou entrar em contato com a diretoria do PAC e da CNTI, visando ao encerramento da Greve. Morena trazia também uma nota de esclarecimento sobre a greve a ser divulgada pelo PAC e pela CNTI. (72)

(72) É a seguinte a nota trazida por Roberto Morena:

A CNTI e o PAC esclarecem a Opinião Pública:
 A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e o Pacto de Ação Conjunta, no momento em que a greve do combativo proletariado paulista se encaminha para a vitória, vêm a público para esclarecer a verdadeira situação do movimento reivindicatório dos trabalhadores de São Paulo.
 Origem da Greve - a greve é de exclusiva responsabilidade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Este organismo criou e cria as dificuldades entre empregados e empregadores, impedindo o diálogo entre eles, dispendendo verdadeiras fortunas com notícias tendenciosas e alarmantes, tentando com isto confundir e intranquilizar os trabalhadores e suas famílias.
 Reivindicam - os trabalhadores, além de salários compensadores de seus esforços e capazes de fazerem face ao alto custo de vida, reivindicam outras medidas eficazes que garantam melhores condições de trabalho.
 A Greve é legítima - o Tribunal Regional do Trabalho, por maioria, decidiu que a greve é lícita e justa, enquanto não forem resolvidas as legítimas reivindicações dos trabalhadores.
 Tanto é assim que os entendimentos entre grevistas e empregadores se processam diretamente no Tribunal Regional do Trabalho, presididos pelo ilustre magistrado Dr. Hélio de Miranda Guimarães, com a participação da
 (c o n t i n u a . . .)

É assim que, após conversações do Ministro do Trabalho com o Secretário da Segurança Pública, os grevistas presos são libertados no dia 2 e na Assemblêia Intersindical do dia 3 os trabalhadores decidem-se pela volta ao trabalho, embora tenham se mantido em assemblêia permanente até que todos os acordos fossem firmados.

Sem dúvida, a greve constituiu-se numa das mais importantes mobilizações operárias do período. Embora seja difícil saber-se com precisão o número de trabalhadores atingidos de

(continuação)

CNTI.

A presença da CNTI - os trabalhadores e o movimento sindical de São Paulo, consagraram a CNTI como sua verdadeira e legítima mandatária. Este mandato honroso, conferido pelos trabalhadores paulistas, foi ainda reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, pelo Delegado Regional do Trabalho, pelo Procurador Regional do Trabalho e também pelo ato do Presidente do Tribunal do Trabalho, acolhendo a representação da CNTI e determinando fosse a mesma submetida à apreciação dos membros da referida Corte.

A CNTI participa, em pé de igualdade, plenamente integrada no conjunto de todas as categorias profissionais em litígio, na solução de suas reivindicações.

Greve Vitoriosa - a greve em pleno desenvolvimento atingiu suas finalidades, unindo os trabalhadores dentro de suas reivindicações sindicais e dando uma alta demonstração do valor de sua força organizada.

O movimento grevista que alcançou os trabalhadores da Capital e mais de quarenta municípios do Interior, é o maior desmentido ao falso e tendencioso noticiário, regiamente pago pela FIESP.

Apesar das medidas de violência e repressão, tomadas pelo governador do Estado de São Paulo, montando o maior aparato policial jamais visto na história do País, a greve se mantém coesa e só terminará com a vitória dos trabalhadores paulistas.

Deixemos público o nosso reconhecimento, em nome dos trabalhadores do Estado de São Paulo, às manifestações de solidariedade vindas de todos os recantos de nossa pátria, as quais traduzem a disposição do movimento sindical brasileiro, no sentido de tomar medidas decisivas para que seja encontrada uma justa solução para as reivindicações de nossos irmãos de São Paulo."

O Estado de São Paulo, 02/11/1963.

vido à discrepância nas informações, é notório pelo número de grevistas presos e pelo alarde feito pela imprensa, pela FIESP e pelo Governo do Estado, que o movimento atingiu grandes proporções. ⁽⁷³⁾

Além disso seria necessário destacar que a proposta de unificação, apesar de derrotada, representava de fato um grande avanço na tática de luta da liderança sindical. Embora a luta pela unificação horizontal do movimento sindical já viesse sendo há muito tempo o ponto central da atuação da liderança, e la tinha se limitado até então à criação de organizações intersindicais que cumpriam a função de organizar, coordenar e liderar o movimento. A proposta de unificação dos acordos salariais das várias categorias envolvidas no PAC e de que as categorias fossem representadas pela CNTI, a quem caberia negociar com os patrões e firmar os acordos englobando num único processo o acordo salarial de 80 categorias do Estado, aparecia não só como uma tática de luta inovadora no interior do movimento sindical, como também de grande significação no que diz respeito à possibilidade de reforçar o poder de luta dos sindicatos.

A greve dos 700.000 constituiu-se, assim, numa das mais importantes expressões da disposição de luta dos trabalhadores e do esforço dos sindicatos em fortalecer seu poder de luta frente ao patronato e o Estado.

Todavia, é preciso salientar que o movimento não deixou de refletir também os limites da atuação dos sindicatos no período.

(73) De acordo com o Jornal O Metalúrgico, o movimento teria paralisado 90% das indústrias de São Paulo. O Metalúrgico, novembro de 1963, nº 216.

Por um lado, a negligência com relação ao trabalho de base explicita-se claramente nessa greve, na medida em que apesar de incluir a reivindicação de livre exercício dos delegados sindicais nos locais de trabalho na pauta de reivindicações, a liderança sindical não dispensa maiores atenções a essa questão no decorrer da greve, conforme já assinalamos.

Além disso, é importante destacar que a estratégia utilizada preconizava uma nova forma de relação entre as classes trabalhadoras e o Estado submetendo-se ao mesmo tempo às demais prerrogativas da legislação sindical que permitiam ao Estado o controle dos sindicatos. Em outras palavras, pretendia-se alterar as relações entre a classe trabalhadora e o Estado, sem alterar o conjunto da estrutura sindical dependente do Estado.

Ao não inserir a proposta de negociação conjunta numa luta mais geral pela transformação da estrutura sindical e pelo fortalecimento do poder de luta dos trabalhadores através da criação de formas de organização nas empresas, os sindicatos limitaram sua própria capacidade de pressionar pelo atendimento da reivindicação de unificação das datas-base.

É assim que, embora o movimento sindical tenha conseguido sustentar uma greve que se tornou uma das principais manifestações dos trabalhadores durante o período, não teve, por outro lado, força suficiente para garantir que sua proposta fosse efetivada.

Face à resistência dos patrões e da Justiça do

Trabalho em aceitar a proposta de negociação conjunta⁽⁷⁴⁾ os trabalhadores tiveram que aceitar a manutenção da forma vigente de negociação, embora a nível econômico os acordos firmados tivessem se mantido acima dos índices pretendidos pelos patrões e inclusive acima dos índices de inflação.

Há que destacar entretanto que embora derrotado a nível político, o movimento teve força suficiente para garantir não só a participação da CNTI nos acordos como também que os patrões aceitassem um acordo que, nos seus pontos principais, foi estendido a todas as categorias.

Nesse sentido o movimento pode ser interpretado como a expressão do poder de luta dos trabalhadores e dos sindicatos. Sua combatividade alçava a luta de classes ao centro dos acontecimentos políticos, conferindo ao movimento operário e sindical importância fundamental na conjuntura de crise que sacudia a sociedade.

4. A reaproximação entre sindicatos e governo e o golpe militar

No final de 1963, o frágil apoio que Goulart havia tido entre as classes dominantes e no interior das Forças Armadas já havia se dissipado completamente. Todavia, apesar

(74) No que se refere à Justiça do Trabalho é interessante destacar que sua decisão não foi fruto de uma negação unânime em atender à proposta dos sindicatos, que contaram, num total de 7, com 3 votos favoráveis: o do revisor Carlos de Sá que argumentou no sentido de que a exclusão da CNTI "do presente litígio provocará a instauração de 80 processos de dissídios coletivos, o que se deverá evitar, por economia processual"; o do juiz Antonio Fava, que acompanhou o pensamento do juiz revisor e o do juiz Bandeira Lins que proferiu seu voto defendendo a tese de que o Tribunal, "ante o fato novo" deveria agir com as funções de legislador e proclamando a CNTI como "a entidade única, verdadeiramente única, para instaurar o dissídio coletivo, por que o fenômeno social e a inflação a todos atingem". O Estado de São Paulo, 01/11/1963.

de isolado pela direita, o Presidente continuou vacilando em aproximar-se da esquerda⁽⁷⁵⁾ e as dificuldades no relacionamento entre o governo e os sindicatos se manterão ainda no final de 1963 e início de 1964, embora tenha adotado algumas medidas que foram aplaudidas pela esquerda.⁽⁷⁶⁾

Nas eleições da diretoria do Departamento Nacional da Previdência Social, a 23 de dezembro de 1963, o governo firmou um acordo com os empregadores para derrubar Dante Pellacani, derrotando o líder do CGT e da CNTI por 2 votos contra 4. Segundo o próprio Pellacani, a oposição do governo à sua reeleição no DNPS deveu-se ao fato dele ter se negado a integrar a chapa de oposição que concorreria ao pleito da CNTI em princípios de janeiro, conforme lhe havia proposto o assessor sindical da Presidência da República.⁽⁷⁷⁾

Na realidade, Goulart estava contrariado com a atuação do CGT, principalmente depois do estado de sítio e Crockat de São estava incumbido de formar uma chapa oposicionista para as eleições da CNTI, constituída por elementos de confiança do presidente.

O CGT reagiu à atitude do governo distribuindo nota em que manifestava o profundo descontentamento do movi-

(75) Em dezembro, depois de alimentar por algumas semanas as ilusões dos setores nacionalistas de que Brizola seria indicado para substituir o Ministro Carvalho Pinto na Pasta da Fazenda, Goulart acabou designando o banqueiro Nei Galvão para o posto, afastando, segundo as palavras de Brizola, as forças populares da "ante-sala do Ministério da Fazenda". Cf. Toledo, Caio Navarro, op. cit., pgs. 66 e 67.

(76) Durante o mesmo mês de dezembro, Goulart assinou o decreto que instituiu o monopólio sobre a importação de petróleo e gasolina e em janeiro de 1964 assinou o decreto que regulamentava a remessa de lucros para o estrangeiro, que já havia sido aprovado desde 1961.

(77) O Estado de São Paulo, 24/12/1963.

mento sindical face à posição do governo nas eleições do DNPS e IAPs, reafirmando "a disposição de obter a revisão dos níveis do salário-mínimo com vigência a partir de 1º de janeiro de 1964: hipotecando solidariedade à atual diretoria da CNTI e convocando para o dia 4 de janeiro todos os presidentes de Confederações, Federações, Sindicatos Nacionais e Federações de Sindicatos das diversas categorias profissionais, bem como os demais dirigentes sindicais, para uma tomada de posição do movimento sindical, caso não venha o governo a decretar o novo salário-mínimo em consonância com os anseios dos trabalhadores."^(7ª)

Preocupado com a posição agressiva assumida pelo CGT, Goulart incumbiu seu Ministro do Trabalho de entrar em entendimentos com a liderança sindical. O Ministro promoveu uma reunião com vários dirigentes sindicais na qual fez um apelo para que não rompesse com Goulart. A reunião, entretanto, não resolveu o impasse: os dirigentes sindicais exigiam uma reparação do Presidente com relação às eleições do DNPS e o governo continuava mantendo uma atitude dúbia e ambígua em relação ao assunto.

É assim que, logo depois do encontro com o Ministro do Trabalho, o afastamento de Dante Pellacani do DNPS é confirmado e aumentam as notícias de que Jango estaria apoiando a chapa de oposição para as eleições da CNTI, encabeçada por João Wagner, Ari Campista e Deocleciano de Ho-

(7ª) *O Estado de São Paulo*, 28/12/1963.

landa Cavalcanti.⁽⁷⁹⁾

Efetivamente, Goulart manobrava intensamente para a derrota da chapa de Riani, através de seu assessor sindical. A manobra, entretanto, fracassou e na última hora Jango conseguiu habilmente desvencilhar-se de seus assessores e apoiar a chapa dos setores nacionalistas, que saiu vencedora das eleições a 6 de janeiro de 1964, por 33 votos a 20.

O apoio de Goulart à chapa da situação significou o fim dos desentendimentos entre o Presidente e os setores nacionalistas. A partir de então, Jango passou a apoiar-se novamente nos sindicatos e no CGT, e tanto o governo como a diretoria eleita procuraram desfazer os desentendimentos.

Logo após as eleições, Riani faz uma declaração de que o Presidente havia agido com lisura durante as eleições, afirmando que quem atuara contra os interesses dos trabalhadores havia sido o assessor sindical da Presidência da República, enquanto o Ministro do Trabalho lança uma nota de

⁽⁷⁹⁾ Hércules Correa assim se refere ao episódio: "Em janeiro de 1964 o Jango acionou tudo que podia para evitar que a chapa que tínhamos organizado ganhasse a eleição na CNTI, ou mesmo concorresse. Ele queria que houvesse uma composição com a outra chapa, liderada pelo João Wagner e pelo Ari Campista. O Jango estava sendo pressionado sei lá por quem - pouco nos interessava - e então chamou o Riani e disse que ele, como membro do Partido Trabalhista, devia esforçar-se para que houvesse aquela composição a fim de não deixar certas figuras como o Luiz Tenório de Lima, participarem da chapa. O Riani disse o seguinte: Sr. Jango, eu sou do Partido Trabalhista e sou seu companheiro. Mas queria lhe dizer que antes de mais nada sou operário. Então, não fico com a sua proposta, mas com a de meus companheiros. A chapa vai ser essa". Correa, Hércules, Depoimento gravado em Estocolmo em março de 1979, in *A Classe Operária e seu Partido*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pg. 48.

apoio à diretoria eleita.⁽⁸⁰⁾

A reaproximação entre Goulart e os sindicatos se efetiva com a decretação do novo salário-mínimo a 19 de fevereiro, prazo fixado pelo PUA, CGT e CNTI. Os líderes sindicais, que já haviam ameaçado com greve se o novo salário-mínimo não fosse decretado até o dia 19 de fevereiro, respondem com um agradecimento ao Presidente pelo decreto de aumento de 100% no salário-mínimo.

A partir de então, até o golpe militar, os sindicatos e o governo voltaram a se aliar. Diante do isolamento em que se encontrava (a oposição ao governo já contava inclusive com a adesão da classe média, premida pelos altos índices da inflação e assustada com a mobilização das classes populares), Jango volta-se para as reformas de base e para os sindicatos, na tentativa de ainda barrar a conspiração da direita.

Esta, por sua vez, já se fazia abertamente. No final de janeiro, o presidente da UDN, Bilac Pinto, fez um apelo às armas numa declaração alarmista a respeito da "guerra revolucionária" que estaria sendo encaminhada no país, a qual contaria com a co-autoria do Presidente. De acordo com o presidente da oposição, os revolucionários estariam já se armando para o combate final, tendo havido distribuição de armas aos sindicatos rurais e da orla marítima.

O governo respondeu às ameaças da UDN advertindo que qualquer tentativa de derrubá-lo pela força custaria mui-

⁽⁸⁰⁾ Cf. Neves, *Lucília de Almeida, op. cit.*, pgs. 49 e seguintes.

to sangue, em virtude de contar com sólido dispositivo militar de caráter legalista e defensivo, apoiado pelo poder sindical.⁽⁸¹⁾

Na realidade, entretanto, a situação não era essa. Naquele momento o CGT e os sindicatos já não contavam praticamente com nenhum apoio entre os altos escalões das Forças Armadas. Seu apoio no interior do aparelho militar se restringia a essas alturas aos suboficiais, com os quais a esquerda nacionalista continuava mantendo uma relação bastante próxima. Esses setores encontravam-se, entretanto, completamente desorganizados e suas manifestações vinham se constituindo num dos mais sérios elementos de apreensão dos oficiais em relação aos rumos políticos do país.⁽⁸²⁾

Diante das dificuldades que se colocavam por todo lado, Jango encomendou a SanThiago a elaboração de um programa mínimo, visando buscar apoio a seu governo.

O programa elaborado por SanThiago baseava-se nas Reformas de Base e contou com o apoio do CGT, dos sindicatos e de praticamente toda a esquerda nacionalista que, liderada pelo PC criou a Frente de Apoio às Reformas de Base, ou Frente Única Democrática.

A Frente Única formava-se assim com o objetivo de prestar o apoio necessário à reforma da Constituição e outros atos do governo no sentido de permitir as reformas estruturais do país, sua libertação em relação ao imperialismo

⁽⁸¹⁾ Castello Branco, Carlos, *op. cit.*, 2ª Tomo, pg. 174.

⁽⁸²⁾ Dreifuss, René Armand, *op. cit.*, pg. 142.

e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.⁽⁸³⁾ Seu programa apresentava como pontos principais: reforma da Constituição no sentido de permitir o direito de voto aos analfabetos e militares e a revogação do artigo constitucional que estabelece a obrigatoriedade de indenização em dinheiro das terras desapropriadas; anistia para os graduados e praças das Forças Armadas e para todos os presos políticos; revogação do artigo 58 da Lei de Segurança Nacional e de quaisquer restrições ao registro de partidos políticos pela Justiça Eleitoral; revogação do decreto - lei 9070 e aprovação de lei que regule o exercício do direito de greve; abolição do sistema de "meias", "terças", trabalho gratuito e pagamento em valores; reforma do sistema tributário, fazendo recair sobre as pessoas fiscais que auferem maiores rendas o maior ônus fiscal; reajustamento geral e periódico dos salários e vencimentos, com o objetivo de elevar efetivamente o nível de vida dos trabalhadores e servidores públicos; aprovação de leis limitando as posições dos monopólios estrangeiros e nacionalização de grandes empresas estrangeiras; condução de política externa independente; declaração de interesse social, para fins de desapropriação, da faixa marginal às rodovias e ferrovias, obras de beneficiamento e vias navegáveis.

Consciente da impossibilidade de realizar as reformas de base através do Congresso, a Frente optou por mobilizar a opinião pública em favor das reformas, através de grandes comícios públicos que dariam ao Presidente a sustentação para realizá-las por decreto.

De acordo com o novo plano, Goulart organizou um

⁽⁸³⁾ Em relação à Frente Única Democrática ver, Koval, Boris, *op. cit.*, especialmente tópico 5 do capítulo X, "As Forças Progressistas unem-se na Frente Popular", pgs. 484 a 493; Castello Branco, Carlos, *op. cit.*, Tomo 2, pgs. 252 a 255 e *Novos Rumos* de 27 de março a 2 de abril de 1964.

comício-monstro na Praça da República da cidade do Rio de Janeiro, a 13 de março. Diante de uma multidão de 150.000 pessoas, Jango assinou o decreto que nacionalizava todas as refinarias de petróleo particulares, o decreto da SUPRA que tornava sujeitas à desapropriação todas as propriedades de mais de 100 ha., localizadas numa faixa de 10 km à margem de ferrovias ou rodovias federais e as terras de mais de 30 ha., localizadas nas zonas que constituem a bacia de irrigação dos açudes públicos federais e prometeu ainda a promulgação de novos decretos, entre os quais destacava-se o do controle dos aluguéis.

O comício funcionou certamente como a gota d'água para a oposição que começou a temer que Jango estivesse predisposto a passar por cima do Congresso para impor as reformas.

À mensagem que Goulart enviou ao Congresso, no dia seguinte, pedindo a aprovação das reformas, os parlamentares responderam com um pedido de impeachment do Presidente.

O CGT ainda ameaçou com uma greve geral, mas a situação já estava irremediavelmente perdida. Os conspiradores já estavam prontos para o golpe, esperando apenas o momento oportuno para deflagrá-lo, o que não tardou a acontecer.

No dia 26 de março, mais de 1.000 marinheiros se revoltaram contra o Ministro da Marinha, Almirante Sílvio. Motta, que havia proibido a comemoração do 2º aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e determinado a prisão do líder do movimento, cabo Anselmo. O movimento se caracterizou por seus aspectos políticos, na medida em que se relacionou com o direito de associação dos marinheiros para a defesa de um conjunto de reivindicações específicas pelas quais eles vinham se manifestando (direito de

voto e elegibilidade, direito ao casamento e reivindicações salariais). Todavia, frente à atitude do Almirante Sílvio Motta, a própria demissão do Ministro, seguida da nomeação de um oficial ligado à esquerda militar, se tornou a mais importante das reivindicações dos marinheiros que se refugiaram na sede do sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, pedindo a solidariedade dos trabalhadores.⁽⁸⁴⁾ O contingente de fuzileiros navais, mandado para debelar a rebelião aderiu ao movimento e foi preciso que o exército intervisse para debelá-lo. Frente aos acontecimentos, Goulart titubeou em punir os marujos e fez com que o Ministro da Marinha renunciasse ao cargo. O novo Ministro, Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, escolhido por Goulart, a partir de uma lista de três nomes, encaminhada pelo CGT, determinou a libertação imediata dos revoltosos.⁽⁸⁵⁾ A participação do CGT nos acontecimentos foi considerada como uma comprovação da penetração do Comando Geral dos Trabalhadores nas Forças Armadas e de sua influência no governo. A exoneração do Ministro da Marinha e a libertação dos revoltosos foram consideradas como sério desrespeito à disciplina militar e interpretadas como sinal para que o golpe fosse deflagrado. No dia 30 de março, o discurso de Goulart numa manifestação de sargentos no Automóvel Clube serviu como pretexto definitivo à deflagração do movimento militar, que iniciou-se logo após o encontro. Falando de improviso, Jango acusou seus adversários, destacando as campanhas difamatórias e as dificuldades que criavam para o governo.

O movimento sindical ainda tentou reagir ao golpe. A palavra de ordem de greve geral, entretanto, foi segui-

⁽⁸⁴⁾ Oliveira, Eliezer Rizzo, *op. cit.*, pg. 375.

⁽⁸⁵⁾ Erickson, Kenneth Paul, *op. cit.*, pgs. 186 e 187.

da por poucas categorias, tendo atingido mais intensamente apenas o Estado da Guanabara, onde pararam os ferroviários, têxteis, portuários, metalúrgicos e bancários.⁽⁸⁶⁾ Em São Paulo a paralisação atingiu apenas os portuários e ferroviários da baixada santista.⁽⁸⁷⁾ Além disso, a greve se desarticulou rapidamente com a prisão da maior parte dos dirigentes do CGT logo após o início do golpe e, no dia seguinte, apenas a Estrada de Ferro Leopoldina permanecia paralisada.⁽⁸⁸⁾

5. Conclusão

Os acontecimentos que se desenrolam a partir do momento em que Jango readquire os plenos poderes espelham a profunda crise que tomou conta da sociedade brasileira no último ano do governo Goulart. Seus desdobramentos refletem não só a mobilização das massas e o incremento da combatividade dos trabalhadores, como o progressivo enfraquecimento de Goulart e a fragilidade de sua proposta de governo para enfrentar o aguçamento das contradições econômicas, políticas e sociais que sacudiam o país.

Tendo atingido seu objetivo principal (a volta do presidencialismo), Jango procurou se fortalecer, a partir de 1963, buscando o desenvolvimento de uma política que atraísse as classes dominantes para o governo. Nessas circunstâncias, a aliança desenvolvida anteriormente com os sindicatos mostrou-se profundamente incômoda a Goulart. Não só as classes dominantes não viam com bons olhos a atuação dos sindicatos, como a proposta econômica, elaborada pelo governo, atritava com

⁽⁸⁶⁾ Costa, Sergio Amad, *op. cit.*, pg. 148.

⁽⁸⁷⁾ *Idem*, pg. 148.

⁽⁸⁸⁾ Erickson, Kenneth Paul, *op. cit.*, pag. 187.

as reivindicações principais do movimento sindical,

Sua política econômica não logrou, entretanto, a tenuar os problemas mais sérios com que se defrontava a economia, transformando-se, pelo contrário, em mais um fator de acirramento das contradições presentes na sociedade. Enquanto os trabalhadores intensificavam os movimentos grevistas visando o contrarrestar as medidas econômicas que jogavam o peso da crise sobre eles, as classes dominantes, insatisfeitas com a contínua deterioração da economia e a crescente mobilização das massas, foram se distanciando progressivamente do governo.

Frente à nova política do governo, os sindicatos passaram a atuar de forma mais independente com relação a Goulart concentrando suas atenções nas campanhas pelas reformas de base e denunciando continuamente a política de conciliação do Presidente. Suas críticas, entretanto, não podiam ter ressonância no governo, na medida em que encampar o programa de reformas defendido pela esquerda e pelos sindicatos significaria a perda definitiva do frágil apoio junto às classes dominantes de que o governo ainda dispunha. Não é por outro motivo inclusive que o governo só veio a se reaproximar daqueles setores no início de 1964 quando a conspiração da direita já se tornara irreversível. A aproximação de Goulart com relação aos sindicatos e às esquerdas constituiu-se, nesse sentido, mais um gesto desesperado visando ainda barrar os conspiradores do que uma tentativa de assentar o governo em novas bases.

Na realidade, ao encaminhar sua atuação no sentido de pressionar o governo para que encampasse suas reivindicações, o movimento sindical e popular manteve-se preso à política populista, esperando que o Estado pudesse se erigir no defensor dos interesses que se imputava aos trabalhadores. O

Estado, no entanto, não podia levar às últimas consequências o discurso populista de representante dos trabalhadores, sob pena de não mais poder levar adiante o modelo de dominação vigente.

Nesse sentido, embora tivesse passado a agir de maneira mais independente com relação ao governo, o movimento sindical continuou dependente do Estado não só por não ter encaminhado a luta contra a estrutura sindical corporativista que atrela os sindicatos ao Estado, mas também por ter-se mantido restrito à política populista, tornando-se incapaz de se transformar em uma liderança autônoma dos trabalhadores.

Apesar da combatividade demonstrada pelo movimento sindical e operário - que intensificando suas lutas de maneira inédita desde a Primeira República, alçaram as contradições de classe a primeiro plano na política brasileira - o crescimento da mobilização sindical não foi suficiente para superar os limites presentes na política desenvolvida pela liderança trabalhista e sindical do período.

Por um lado, a proximidade com o governo e a ilusão de que os setores legalistas constituíam-se ainda em setores poderosos nas Forças Armadas, tornou a liderança incapaz de avaliar a real correlação de forças presente na sociedade naquele momento, o que levou os setores nacionalistas a não se prepararem para o golpe, desarticulando-se rapidamente após a sua deflagração. Por outro lado, o descolamento dos sindicatos com relação aos trabalhadores do setor privado e a fraqueza de organização dos trabalhadores na base vieram novamente se expressar na tentativa de greve geral contra o golpe. Não só a greve praticamente não contou com a adesão dos trabalhadores do setor privado, como desarticulou-se inteiramente a partir do momento em que a repressão se abateu sobre

a liderança sindical. Frente à inexistência de uma inserção orgânica dos sindicatos nos locais de trabalho, os trabalhadores ficaram sem ação quando faltou o comando da liderança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aspecto que mais ressalta à análise do movimento operário e sindical no início dos anos 60 consiste no papel desempenhado especificamente por esses movimentos na conjuntura de crise daqueles anos.

As especificidades que marcaram a conjuntura política que se delineou durante os anos 1961/1964 levaram os trabalhadores a intensificar enormemente suas lutas contra a exploração e dominação do capital, tornando o próprio ascenso das massas uma das principais características do período. A disposição de luta dos trabalhadores e a incapacidade do governo em conseguir controlar as insatisfações das massas destacam-se como elementos centrais do período, tornando-se fatores determinantes na transformação da crise política que se abriu com a renúncia de Jânio numa crise do modelo de dominação representado pelo populismo. Dispostos a não permitir que a resolução dos problemas econômicos que se evidenciavam desde o final do governo Juscelino se fizesse a partir da diminuição de seus salários, os trabalhadores passaram a rejeitar as tentativas de manutenção do pacto populista através da deterioração de suas condições de vida.

Esse processo consistiu não só na elevação da disposição de luta da massa trabalhadora, como também na dinamização da vida sindical que teve lugar principalmente a partir do final dos anos 50 quando os setores nacionalistas começaram a se fortalecer nos sindicatos.

A intensificação das lutas operárias, seja através do movimento sindical, seja através do movimento operário, cumpriu importante papel no desdobramento da crise generalizada que sacudia a sociedade brasileira, alçando a contradição

de classes no centro dos conflitos que tiveram lugar naquela conjuntura. A atuação do movimento operário e sindical torna-se assim o elemento central da crise, colocando o seu enfrentamento como uma das tarefas centrais para a continuidade da a cumulação capitalista.

Nesse sentido, vale ressaltar que o crescimento do movimento operário e sindical apresenta-se como um fator fundamental para a compreensão não só da crise do início dos anos 60, como do golpe de 64 e das medidas repressivas que são tomadas a partir de então.

Convém lembrar, entretanto, que apesar de seu fortalecimento, o movimento sindical não foi capaz de romper as amarras que sempre se impuseram ao funcionamento dos sindicatos no Brasil.

Concentrando seus esforços no sentido de ocupar as organizações sindicais de cúpula e de promover a unificação dos sindicatos através da criação das organizações intersindicais que lhe permitiam exercer um maior poder de pressão sobre o governo, o movimento sindical não foi capaz de canalizar e dirigir a movimentação das bases para formas organizativas que pudessem fortalecer seu poder de luta.

Dessa forma, a tática de luta seguida pelos sindicatos não logrou estender ao movimento operário o processo de fortalecimento que vinha se dando no próprio movimento sindical.

Embora o movimento sindical viesse adquirindo um efetivo poder político que lhe permitia não só embargar propostas do governo que iam no sentido contrário a seus interesses como pressioná-lo para o atendimento de suas reivindicações, os sindicatos não orientaram seus esforços no sentido de criar

formas de organização que permitissem também aos trabalhadores fortalecer seu poder de pressão.

A prática desenvolvida pelo movimento sindical foi marcada, assim, por uma ambigüidade que configurou-se como a característica mais importante do movimento sindical do período. Apesar de seu fortalecimento, o movimento sindical mostrou-se incapaz de dirigir a mobilização das bases, consubstanciada na progressiva intensificação das lutas operárias, no sentido do fortalecimento e da autonomia dos trabalhadores. Orientando sua ação para o governo, objetivando pressioná-lo para o atendimento de suas reivindicações, os sindicatos limitaram a ação que poderiam desenvolver entre suas próprias bases, ao mesmo tempo que se tornaram incapazes de propor a criação de sindicatos verdadeiramente autônomos e independentes.

Esses limites, não tardaram, no entanto, a se refletir no próprio movimento sindical. Carecendo de uma representatividade mais significativa entre o conjunto dos trabalhadores, os sindicatos não puderam resistir, assim como o movimento operário, à violenta repressão que se abateu sobre eles a partir do golpe militar. Em apenas dois anos (1964 e 1965) o governo interviu em 432 entidades sindicais⁽¹⁾ e os trabalhadores, destituídos de sindicatos representativos de seus interesses e de formas de organização em seus locais de trabalho, não tiveram forças para continuar impedindo que a recuperação econômica se fizesse às custas do rebaixamento de seus salários.

(1) *Silva, Roque A., Encadrement et indépendance syndicale au Brésil, tese de mestrado apresentada a Université de Paris I, Pantheon, Sorbonne, 1979, pg. 80.*

FONTES CONSULTADAS

- O Estado de São Paulo
- Última Hora
- Diário de São Paulo
- Folha de São Paulo
- Novos Rumos
- Em Tempo
- Movimento
- O Metalúrgico
- Boletim Informativo da CNTI
- Revista Problemas
- Revista de Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE)
- Revista Conjuntura Econômica
- Anuários Estatísticos do Brasil
- Resoluções do IV Encontro Sindical Nacional
- Resoluções dos Seguintes Congressos de Metalúrgicos:
 - . I Congresso do Brasil (14 a 17/11/1957)
 - . I Congresso do Estado de São Paulo (20 a 22/02/1959)
 - . II Congresso do Brasil (7 a 12/04/1959)
 - . II Congresso do Estado de São Paulo (7 a 10/06/1961)
 - . III Congresso do Brasil (26 a 29/07/1961)
 - . III Congresso do Estado de São Paulo (06 a 08/06/1963)
 - . IV Congresso Brasileiro (11 a 14/07/1963)

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, "O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas", Revista Debate e Crítica nº 6, São Paulo, Hucitec, 1975.

ANDRADE, Regis de Castro, "Movimento Trabalhista e Sindicatos sob o Nacional-Populismo no Brasil", São Paulo, 1974 (mimeo).

ANDRADE, Regis de Castro, "Alguns Resultados da Análise das Características Gerais do Movimento Trabalhista no Triênio 61/63", São Paulo, 1974 (mimeo).

ANDRADE, Regis de Castro, "Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro", in Encontros com a Civilização Brasileira nº 7, janeiro de 1979, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BANDEIRA, Moniz, O Governo João Goulart: Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

BASBAUM, Leôncio, História Sincera da República, (1961-1967), São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

BEIGUELMAN, Paula, "O Processo Político-Partidário Brasileiro de 1945 ao Plebiscito", in Brasil em Perspectiva, Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.

BENEVIDES, Maria Victória, O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política 1956 - 1961, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

BENEVIDES, Maria Victória, O Governo Jânio Quadros, São Paulo, Brasiliense, 1982.

BEZERRA, Gregório, Memórias (2.^a Parte: 1946-1969), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, 2.^a edição.

BOITO, Jr. Armando, "A Ideologia do Populismo Sindical", Teoria e Política n^o 2, São Paulo, Editora Brasileira de Debates Ltda., 1980.

CARONE, Edgar, A Quarta República (1945-1964), São Paulo, DIFEL, 1980.

CASTELLO BRANCO, Carlos, Introdução à Revolução de 1964, Tomo I e II, Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

CHAMORRO, Antonio, "O III Congresso Nacional de Trabalhadores", Revista Brasiliense, set/out de 1960.

CHAUÍ, Marilena, "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", in Ideologia e Mobilização Popular, Coedições Cedec-Paz e Terra n^o 3, Rio de Janeiro, 1978.

CHILCOTE, Ronald H., Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

CORREA, Hércules, A Classe Operária e seu Partido, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

CORREA, Hércules, "A Estrutura Sindical Brasileira: Lutas, Experiência, Proposta", in Encontros com a Civilização Brasileira n^o 21, Rio, Ed. Civilização Brasileira, março de 1980.

COSTA, Luis Flávio de Carvalho, Nacionalismo e Alianças Políticas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1976 (mimeo).

COSTA NETO, Carlos Renato, "O que é o Movimento de Renovação Sindical", Revista Brasiliense, nov/dez/de 1960.

COSTA, Sérgio Amad, O CGT e as Lutas Sindicais no Brasil, 1960 - 1964, São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981.

DREYFUSS, René Armand, 1964: A Conquista do Estado, Petrópolis, Vozes, 1981.

ERICKSON, Kenneth Paul, Sindicalismo no Processo Político no Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

FARIA, Paulo de Tarso Barreto, "Considerações sobre o Movimento Renovador Sindical", in História: Questões e Debates, Curitiba 2 (3): 125-142, Dez. 1981.

FERRAZ, José Amauri, Conflito Industrial e Estado: "A Greve da CNTI", outubro de 1963, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de São Paulo (mimeo).

FRATTI, Rolando, "Contribuição ao Estudo do Movimento Operário", in Revista DEBATE nº 23, setembro de 1976 (mimeo).

FUCHTNER, Hans, Os Sindicatos Brasileiros, Organização e Função Política, Rio de Janeiro, Graal, 1980.

HADLER, Maria Silvia Duarte, Sindicato do Estado e Legislação Social: O Caso dos gráficos Paulistas nos anos 1930, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1982 (mimeo).

HARDING, Timothy, The Political History of Organized Labor; in Brazil, PhD Thesis, Stanford University, 1973, (mimeo).

HUMPHREY, John, Fazendo o "Milagre": Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Brasileira, São Paulo, co-edição Vozes/Cebrap, 1982.

JAGUARIBE, Hélio, "A Renúncia do Presidente Quadros e a Crise Política Brasileira", in Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 1, 1961.

JUREMA, Abelardo, Juscelino & Jango, PSD & PTB, Rio de Janeiro, Artenova, 1979.

JUREMA, Abelardo, Sexta-Feira 13, Rio de Janeiro, Cruzeiro, 1964.

KOVAL, Boris, História do Proletariado Brasileiro 1857 a 1967, São Paulo, Alfa-Omega, 1982.

LEITE, Márcia de Paula, e SOLIS, Sydney Sérgio, "O Último Vendaval: A Greve dos 700.000", Cara a Cara, Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias, Ano I, nº 2, julho a dezembro/1978.

LESSA, Carlos, "Quinze Anos de Política Econômica", Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, nº 4, 1975.

LOYOLA, Maria Andréa, Os Sindicatos e o PTB, Petrópolis, co-edição Vozes/Cebrap, 1980.

MARANHÃO, Ricardo, Sindicatos e Democratização, São Paulo, Brasiliense, 1979.

MARANHÃO, Ricardo, "O Estado e a Política no Brasil (1954-1964)", in História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, 3º Volume, Sociedade e Política, (1930-1964), São Paulo, DIFEL, 1981.

MARTINS, C. Estevão e ALMEIDA, M. Hermínia Tavares, "A Conjuntura de 45-46: Uma Interpretação Alternativa", São Paulo, 1974 (mimeo).

MELLO, João Manuel Cardoso de, O Capitalismo Tardio, tese de doutoramento apresentada ao IFCH, UNICAMP, 1975, (mimeo).

MIGLIOLI, Jorge, Como São Feitas as Greves no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

MIRANDA, José Carlos Rocha, O Plano Trienal: O Canto do Cisne do Nacional-Desenvolvimentismo, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1979 (mimeo).

MOISÉS, José Álvaro, Greve de Massa e Crise Política, São Paulo, Polis, 1978.

MUNAKATA, Kazumi, "O Lugar do Movimento Operário", Comunicação apresentada no IV Encontro Regional da ANPUH-São Paulo, setembro de 1978 (mimeo).

MUNAKATA, Kazumi, A Legislação Trabalhista no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981.

MUNHOZ, Fábio, "Sindicalismo e Democracia Populista", Cadernos do CEDEC nº 2, São Paulo, Brasiliense, 1978.

NEVES, Lucília de Almeida, CGT no Brasil (1961-1964), Belo Horizonte, Vega, 1981.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo, La Participation Politique des Militaires au Brésil: 1945 - 1964, Thèse de Doctorat de Troisième Cycle en Études Politiques, Paris, 1980 (mimeo).

OLIVEIRA, Francisco, "Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil (1950-1979)", in A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", Estudos Cebrap nº 2, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências Ltda., outubro de 1972.

PCB - 20 Anos de Política (documentos), São Paulo, Editora de Ciências Humanas, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, "Trabalho Industrial no Brasil: Uma Revisão", Estudos Cebrap nº 14, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências Ltda., out, nov, dez, 1975.

PIOZZI, Patrícia, O Ato Livre: Considerações a respeito da política operária, Dissertação de Mestrado, USP, 1982 (mimeo).

PIZARRO, C. Crisóstomo e Calsing, Eliseu F., "Sindicatos, Demanda Operária e Reforma Institucional na Década de 70". Versão preliminar do relatório técnico do Projeto de Política Social, CNRH, IPEA, 1982 (mimeo).

PORTANTIERO, Juan Carlos, "Notas sobre Crise e Produção de Ação Hegemônica", Revista de Cultura e Política nº 8, São Paulo, CEDEC, junho de 1982.

PORTELLI, Hugues, "Democratie Representative, Democratie de Base et Mouvement Social", Pouvoirs nº 7, Presses Universitaires de France, 1978.

RODRIGUES, José Albertino, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1968.

RODRIGUES, José Albertino, "Movimento Sindical e Situação da Classe Operária", Debata e Crítica nº 2, São Paulo, Hucitec, janeiro/julho de 1974.

RODRIGUES, Leôncio Martins, "Classe Operária e Sindicalismo no Brasil", in Sindicalismo e Sociedade, São Paulo, DIFEL, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins, Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização, São Paulo, Brasiliense, 1974.

RODRIGUES, Leôncio Martins, "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)" e "O PCB: Os Dirigentes e a Organização", in História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, 3º Volume, Sociedade e Política, (1930-1964), São Paulo, DIFEL, 1981.

RODRIGUES, Leôncio Martins, Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1966.

RODRIGUES, Leôncio Martins, Industrialização e Atitudes Operárias, São Paulo, Brasiliense, 1970.

ROSA, Maria Inês, A Indústria Brasileira na Década de 60: As Transformações nas Relações de Trabalho e a Estabilidade, tese de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1982, (mimeo).

SAEZ, Décio, "Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil", Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas nº 6, 1976.

SILVA, Roque A., Encadrement et Independance Syndicale ao Bré-sil, tese de mestrado apresentada à Université de Paris I, Panthéon, Sorbonne, 1979.

SINGER, Paul, "O Milagre Brasileiro: Causas e Consequências" e "A Evolução da Economia Brasileira: 1955-1975", in A Crise do Milagre, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SINGER, Paul, "Análise Crítica do Plano Trienal", in Desenvolvimento e Crise, DIFEL, 1967.

SKIDMORE, Thomas, Brasil de Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição, Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Tese de livre-docência apresentada à UFRJ, 1975 (mimeo).

TELLES, Jover, O Movimento Sindical no Brasil, São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro, O Governo Goulart e o Golpe de 64, São Paulo, Brasiliense, 1982.

TROYANO, Annez, Estado e Sindicalismo, São Paulo, Símbolo, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck, Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck, "Questões Atuais sobre o Sindicalismo", Revista Escrita/Ensaio, Ano II, nº 4, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências", Revista Dados nº 17, Rio de Janeiro, 1978.

WEFFORT, Francisco C., "Partidos, Sindicatos e Democracia: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964", Revista de Cultura Contemporânea nº 1, São Paulo, CEDEC, 1978.

WEFFORT, Francisco C., O Populismo na Política Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco C., Sindicatos e Política, tese de livre docência apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972, (mimeo).

WEFFORT, Francisco C., "Estado e Massas no Brasil" e "O Populismo na Política Brasileira", in O Populismo na Política Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.